

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS-CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JACIARA LEITE FRAZÃO

**CONFLITOS AGRÁRIOS NO MÉDIO MEARIM-MA (1970-1990):
memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia.**

São Luís
2017

JACIARA LEITE FRAZÃO

**CONFLITOS AGRÁRIOS NO MÉDIO MEARIM-MA (1970-1990):
memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

São Luís
2017

Frazão, Jaciara Leite.

Conflitos agrários no Médio Mearim-MA (1970-1990): memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia. / Jaciara Leite Frazão. – São Luís, 2017.

.118 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

1. Luta pela terra. 2. Camponeses. 3. Igreja Católica. 4. Médio Mearim. 5. Povoado Aldeia. Título

CDU: 333.013.6(812.1)“1970/1990”

JACIARA LEITE FRAZÃO

**CONFLITOS AGRÁRIOS NO MÉDIO MEARIM-MA (1970-1990):
memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia.**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

Aprovada em: 06/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão
(Orientadora)

Prof. Dr. Isaac Giribet Berat
Universidade Estadual do Maranhão
1º Examinador

Prof^ª. Dra. Carine Dalmás
Universidade Estadual do Maranhão
2º Examinador

A meu avô Tomaz de Aquino Leite (*in memoriam*).
A minha Mãe Nilma Leite, minha maior
incentivadora. Aos narradores e narradoras de
Bacabal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida e por essa oportunidade de ter concluído esse trabalho. Senhor não tem palavras que possam expressar a gratidão que tenho em meu ser, obrigado por ter tornado suave a minha carreira acadêmica, tiveram muitos dias difíceis e angustiantes, mas o senhor se fez presente me concedendo às vitórias. Confortava-me lembrar do capítulo 41: 9, 10 e 13 do livro de Isaías: Tu és o meu servo, eu te escolhi e não te rejeitei. Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel. Porque eu, o Senhor, teu Deus, te tomo pela tua mão direita e te digo: Não temas, que eu te ajudo. Tenho essa certeza comigo de que não estou sozinha porque o Senhor se faz presente na minha vida, e que seus planos são os melhores e vão se cumprir na minha vida, amém. Ao Senhor toda honra e glória.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe pelo apoio incondicional e financiamento para que pudesse concluir o curso, pelas suas palavras de ânimo, por sua paciência, enfim por tudo, sou muito grata a Deus por ter me concedido você como mãe. A minha irmã Jacqueline Leite e meu cunhado Paulo Sérgio pelo apoio. Ao meu Namorado Leandro Mendonça pela companhia durante esses anos, pelos incentivos e por toda a torcida.

Aos meus sobrinhos Gustavo Inácio, Lucas Theilon, Sophia Stephany e Crisllayne Lorranny, por terem me feito sonhar como criança e sorrir em meio às lutas.

A Universidade Estadual do Maranhão, seu corpo docente: Helidacy Corrêa, Marcelo Cheche, Yuri Costa, Monica Piccolo, Viviane Barbosa, Henrique Borrhalho, Alan Kardec, Carine Dalmás, Adriano Negreiros, Julia Constança, Carlos Ximenes, Fábio Monteiro, Tatiana Reis e Sandra Rodrigues pelos ensinamentos e contribuições no meu crescimento acadêmico, em especial ao professor Isaac Bernat pelo aprendizado da temática de conflitos agrários. A esta instituição agradeço o fomento da bolsa PIBIC- UEMA.

A FAPEMA pelo fomento do Projeto: História, Memória e Imagem no Maranhão do tempo presente: trabalho, terra, religiões e religiosidades, que possibilitou a realização da pesquisa.

A minha professora e orientadora Marcia Milena, muitíssimo obrigada por todos os ensinamentos, essa orientação foi um grande presente de Deus, pois, você foi muito mais que uma orientadora, foi em alguns momentos psicóloga, confidente, disciplinadora e acima

de tudo amiga. Por vezes teve que puxar a minha orelha e me mostrar o melhor caminho a prosseguir, sei que tudo que você fez foi necessário para o meu crescimento e amadurecimento enquanto pesquisadora. Como você sempre falava: Jaci eu quero te preparar para ser uma pesquisadora, e hoje já posso vislumbrar os frutos do seu grande empenho. Você foi e é muito importante nesse percurso, muito obrigada pelo tempo que você abdicou, por sua dedicação e grande competência profissional. Hoje eu falo com muita alegria que conquistei uma grande amiga.

A turma 2013.1, em especial aos amigos que a História me presenteou: A Adriana Santos uma doçura em pessoa, dotada de intelectualidade. A Camila Lima por ter propiciado as melhores gargalhadas, uma mulher douda na fala. A Francisca Elenildes, a princesinha de Santa Quitéria, uma pessoa muito serena e de bem com a vida. A Larissa Castro, a fitness do grupo, que anda sempre impecável, tem um ar de durona por fora, mas, é uma mulher sensível por dentro. A Samara Ramos dotada de um grande coração, focada e de palavras sempre diretas. A minha amiga Poli Almeida por ter sido uma grande companheira de pesquisa, pelos conselhos, por ter dividido os problemas mais íntimos, enfim meu muito obrigado minha baixinha preferida, e como gosto de falar: nós somos a tampa e a panela. Ao meu amigo Yann Maia, uma mente de grande potencial e que tem o poder da fala, obrigada pela ajuda mutua na pesquisa, pelas duvidas tiradas, pelos bons conselhos, e por sempre me ajudar quando preciso. Louvo a Deus por ter vocês como amigo, hoje sei que tudo é no tempo de Deus, passei na hora certa, pois, Ele já tinha reservado os melhores amigos que ao longo destes anos, tornaram meus dias mais felizes e leves, dividimos angustias, dificuldades, ansiedades, e muitas alegrias. Aquela equipe top que brigava, mas no final dava tudo certo, porque tive o prazer de fazer parte de um grupo de pessoas maravilhosas, competentes e dedicadas. Muito obrigada pelas conversas e boas risadas.

Ao grupo RHIMAS pelas trocas de conhecimentos. A Pablo Monteiro pelas aulas de instrução dos equipamentos que foi muito válido na entrevista, e a José Ribamar por toda a ajuda em Bacabal, meu muito obrigada a vocês pelo o auxilio na pesquisa de campo.

As minhas amigas da vida Gislene Pereira, Daniele Rodrigues e Débora Cavalcante, obrigada pelo incentivo.

A Camila Portela e a Rodrigo Cutrim por terem possibilitado o acesso ao Arquivo da CPT.

A bibliotecária Lauisa Barros pelo carinho e pelas duvidas tiradas, muito obrigada.

Aos narradores do Médio Mearim, parte fundamental dessa história, que me acolheram e muito inspiraram essa pesquisa, muito obrigada.

Enfim, obrigada a todos que fizeram do meu sonho realidade!

“O povo precisa lutar pelos seus direitos hum, pra poder ter vida. Como que vai ter vida se não tem um trabalho, não tem terra pra trabalhar, não tem um salário, não tem nada, vai ter vida desse jeito. Não tem uma educação adequada, não tem uma assistência médica. Então a luta do povo é essa”.

(Antônio José)

“O pobre não existe como fatalidade; sua existência não é politicamente neutra, nem eticamente inocente. O pobre é o subproduto do sistema no qual vivemos e do qual somos responsáveis.”

(Gustavo Gutiérrez)

RESUMO

A partir da década de 1960, milhares de camponeses foram expulsos de diversas áreas rurais do Maranhão e de outros estados do Brasil como Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas. No final da década de 1960 no Maranhão, com a Lei de Terra de 1969, intensificaram-se os conflitos no campo, com a privatização de terras públicas, o incentivo aos projetos agropecuários, agroindustriais e, posteriormente, a introdução da pecuária extensiva. No Médio Mearim, recorte espacial deste plano de trabalho, os conflitos começam a se intensificar na década de 1970 e de 1980. O povoado Aldeia, como exemplo dessa realidade tem sua experiência marcada por intensos conflitos agrários, foi invadido duas vezes na década de 1980. Diante das transformações em curso no campo, a Igreja Católica nos anos de 1950 e nas décadas seguintes passa a interferir também no Maranhão na seara da luta pela terra. Alguns membros e agências ligados à Igreja e inspirados na Teologia da Libertação, voltam-se para a defesa e afirmação política do campesinato. Organizam-se movimentos de resistência e de mobilização política dos trabalhadores rurais com o apoio das CEB's, CPT e da ACR. Propomos analisar denúncias de violência contra camponeses na luta pela terra, através da imprensa, entrevistas e da produção do Frei Adolfo Temme (composta por um diário de desobriga e crônicas), franciscano que atuou na formação política e na defesa do campesinato no Médio Mearim nos anos 70 e 80.

Palavras-chave: Luta pela terra; Camponeses; Igreja Católica; Médio Mearim; Povoado Aldeia.

ABSTRACT

From the 1960s, thousands of peasants were expelled from various rural areas of Maranhão and other states of Brazil such as Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas. At the end of the 1960s in Maranhão, with the Land Law of 1969, conflicts in the countryside intensified, with the privatization of public lands, the encouragement of agricultural and agroindustrial projects and, later, the introduction of extensive livestock farming. In the Middle Mearim, which is a spatial description of this work plan, the conflicts began to intensify in the 1970s and 1980s. The Aldeia village, as an example of this reality has its experience marked by intense agrarian conflicts, was invaded twice in the 1980s. In view of the ongoing transformations in the countryside, the Catholic Church in the 1950s and in the following decades also interfered in Maranhão in the harvest of the struggle for land. Some members and agencies linked to the Church and inspired by Liberation Theology, turn to the defense and political affirmation of the peasantry. Movements of resistance and political mobilization of rural workers are organized with the support of CEB's, CPT and ACR. We propose to analyze allegations of violence against peasants in the struggle for land, through the press, interviews and the production of Frei Adolfo Temme (composed of a diary of relief and chronicles), a Franciscan who acted in the political formation and defense of the peasantry in the Middle Mearim 70s and 80s.

Keywords: Fight for land; Peasants; Catholic church; Medium Mearim; Village town.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Velório de delegado Sindical Francisco Rodriguês, no povoado Palmeiral, município de Bacabal	60
Figura 2: Líder Camponês assassinado em 1984.....	82
Figura 3: Filhos de Manoel Neco choram seu assassinato.....	93
Figura 4: Enterro de Trazibe da Conceição (A). Missa de corpo Presente de Trazibe da Conceição (B).....	95
Figura 5 Caminhada de apoio a Comunidade Aldeia.....	97
Mapa 1: Microrregiões e Mesorregiões do Maranhão	27
Tabela 1: Práticas de Violência no Maranhão.....	59
Tabela 2: Quantitativo de conflitos agrários no Médio Mearim veiculados nos jornais.....	62
Tabela 3: Análise da veiculação da violência no campo nos jornais.....	63
Tabela 4: Denúncia de violência nas crônicas do Frei Adolfo Temme	65

LISTA DE SIGLAS

ACR- Animação dos Cristãos no Meio Rural

AJULAV- Ajuda a lavradores

CEBS- Comunidades Eclesiais de Bases

CELAM- Conferência Episcopal Latino Americano

CEPAL- Comissão Econômica para América Latina

COMARCO- Companhia Maranhense de Colonização

COTERMA- Companhia de Terras do Maranhão

CPT- Comissão Pastoral da Terra

ET- Estatuto da Terra

ETR- Estatuto do Trabalhador Rural

GRET - Grupo de trabalho sobre Estatuto da Terra

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA- Instituto de Terras do Maranhão

JEC- Juventude Estudantil Católica

JK- Juscelino Kubitschek

JOC- Juventude Operária Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNRA - Plano Nacional Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária

TdL- Teologia da Libertação

UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O MÉDIO MEARIM: UM LÓCUS DE PASSAGEM E FIXAÇÃO	27
2.1 A expansão da fronteira agrícola e o fenômeno da migração no século XX	30
2.2 A vivência camponesa e seus desafios.....	36
3. CONFLITOS AGRÁRIOS	43
3.1 Configurando o cenário político e econômico nacional no pós-50.....	45
3.2 A questão fundiária nacional (1964-1990)	48
3.3 A questão fundiária maranhense após a Lei de Terras 2.979.....	53
3.4 As práticas de violência.....	57
4. UM NOVO JEITO DE SER IGREJA.....	68
4.1 Ações Pastorais da Igreja Católica no Médio Mearim.....	72
4.2 Experiências de lideranças e formas de resistências na luta pela terra.....	77
5. ALDEIA: ENTRE O QUERER E O RESISTIR.....	88
5.1 A invasão de 1985.....	90
5.2 “Uma chuva de bala”: a invasão de 1988.....	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE	
Apêndice 1- Histórico dos jornais.....	111
Apêndice 2- Breve Biografia dos Entrevistados.....	114
Apêndice 3- Roteiro de Entrevista.....	117

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, a luta pela posse da terra se tornou frequente. No campo maranhense ela foi marcada por diversas formas de violência (física, psicológica, material e simbólica), praticadas por latifundiários, grileiros e outros agentes que ameaçaram e expulsaram os posseiros da terra. A região do Médio Mearim foi palco de intensos conflitos, por dispor de terras livres e férteis, ser um lugar de condições ambientais favoráveis, abrigar uma frente agrícola de expressão que a fez se tornar conhecida e representada por muitos como “*eldorado*”.

O campo maranhense passou por mudanças significativas na segunda metade do século XX. O aumento do número de migrantes no Maranhão propiciou a disputa por terras e o acréscimo no valor do foro¹, tornando a terra mais concorrida, já que houve ampliação da demanda, resultando em deslocamentos das terras de ocupação mais antiga, como o Vale do Itapecuru para outras áreas em busca de terras livres.

Os migrantes nordestinos e maranhenses de outras regiões do estado fixaram-se então nas chamadas *terras livres*, a região do Médio Mearim, onde houve movimentos migratórios no final do século XIX, estenderam-se nas décadas de 1920 e se intensificaram a partir de 1950. Nessa região, a ocupação deu-se principalmente através da agricultura familiar, com destaque para a rizicultura, constituindo-se uma sociedade com ampla presença de pequenos produtores autônomos.

Nas décadas de 1960 e 1970, a florescente rizicultura, praticada em pequenos e médios lotes de agricultura familiar, cede espaço ao latifúndio e ao gado. Um número significativo de pequenos proprietários e posseiros são paulatinamente expulsos dos lotes de terra e encontram como alternativa a migração para outras regiões maranhenses ou outros estados (especialmente os que contam com exploração de garimpos no Norte do país); o êxodo rural para as sedes dos municípios; ou a mobilização política em prol da luta pela terra.

Como afirma Ferreira (2015), a partir do final da década de 1960, com a Lei de Terras de 1969, intensifica-se a negociação de terras devolutas e assiste-se ao avanço da grilagem e da pecuária extensiva, que transformam drasticamente diversas áreas rurais do Maranhão, dentre as quais, a região do Médio Mearim, representada largamente em narrativas orais, na imprensa e em documentos oficiais como lugar de *terras sem dono* e “espaço vazio”.

¹ Prática recorrente no campo, em que proprietários de terra alugam determinadas áreas e cobram pelo uso uma taxa.

A Lei de Terras de 1969 resultou na expulsão de milhares de camponeses de diversas áreas rurais do Maranhão, pois muitos posseiros não tinham a titularidade da terra, que passou a ser obrigatória com a promulgação dessa lei. Desde então, vai sendo intensificado no campo o processo de privatização de terras públicas, o incentivo aos projetos agropecuários, agroindustriais e, posteriormente, voltados para a pecuária extensiva. Pequenos agricultores não conseguiram comprovar a titularidade, entretanto, os grupos detentores do poder econômico não só apresentaram documentação fraudulenta, como se aproveitaram dos incentivos financeiros do Estado para a realização dos “grandes projetos” que precisavam de ampla extensão de terra. Assim, tais grupos econômicos eliminavam os obstáculos para seus projetos, já que muitas áreas cobiçadas se localizavam onde viviam posseiros e, para expulsá-los, utilizaram-se da grilagem².

Diversos conflitos agrários são deflagrados em vários estados, envolvendo variados atores como posseiros, comerciantes, empresários, grandes e pequenos proprietários de terra, instituições estatais e agentes sociais ligados à Igreja Católica e aos sindicatos. Dessa forma, conforme afirma Pereira (2013), estudioso da luta pela terra no sul e sudeste no Pará, não se pode resumir essa luta a uma disputa entre posseiros e latifundiários, pois são conflitos complexos e compostos por vários atores, resultando em uma situação de vulnerabilidade do campesinato, que não é exclusiva do Maranhão.

Conforme Costa (1994), desde os anos de 1950, a Igreja Católica demonstrava preocupação com os conflitos no campo. Alguns membros e agências ligados à Igreja e inspirados na Teologia da Libertação, voltam-se para a defesa e a formação política do campesinato. A instituição assumiu um compromisso com as necessidades do povo, buscando libertar os considerados oprimidos.

Assim, organizaram-se nas décadas de 1960 e 1970 os movimentos de resistência e mobilização política, com a criação de CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural) visando, dentre outros objetivos, apoiar a luta pela terra e denunciar ações de violência cometidas contra trabalhadores rurais. Comprometidos com essa luta, acabaram sofrendo os efeitos da repressão e da violência, que se abateu sobre religiosos, leigos e lideranças ligados ou não à Igreja Católica. O Brasil recebeu na segunda metade do século XX, inúmeros Freis

² Forma agressiva de expropriação de terra, com a utilização de documentação fraudulenta. Segundo Alfredo Wagner Almeida (1981, p.8), são inúmeros participantes da grilagem de terra, que contam com a proteção do Estado e de seus agentes.

franciscanos da ordem menor, para atuarem nos estados do Piauí e Maranhão, oriundos da Alemanha. No decorrer de suas atividades ministeriais foram sendo imbuídos da Teologia da Libertação, um novo jeito de ser Igreja e de propagar o evangelho olhando para a realidade social dos fieis, buscando libertá-los das formas de opressão. No Maranhão a proposta inicial era trabalhar na diocese de São Luís, porém o projeto é ampliado para Bacabal, e posteriormente para outros municípios do Médio Mearim.

O Médio Mearim, portanto, era ocupado por levas de sujeitos em busca de dias melhores, com experiências de vida diversas, tornando o lugar culturalmente rico e, posteriormente, a partir das transformações no campo, palco de inúmeros conflitos.

O recorte temporal está localizado entre a Ditadura Civil-Militar³ e os anos iniciais da abertura política, conhecido como redemocratização. Dentro desse período, a violência é intensificada contra aqueles que ameaçavam a ordem, dentre esses estão os camponeses que sofreram ações truculentas e desmedidas de um Estado que operava em favor do grande capital e, mesmo após os vinte anos da Ditadura Civil- Militar, continuaram os desdobramentos dessa violência até os dias de hoje, com números assustadores.

Trabalho com a categoria *posseiro*⁴, como sendo aquele que ocupa terras devolutas antigas, trabalha nela, constitui casa e constrói família. Airton Pereira⁵ afirma que “posseiro, em certa medida, é um conceito que foi sendo forjado na luta”. (PEREIRA, 2013, p.12). A categoria *posseiro* passou a ser utilizada para contemplar todos os trabalhadores rurais⁶:

Eram considerados posseiros os trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam áreas devolutas, tidas como posses antigas, que não apresentavam contestação por qualquer pessoa e nelas fizeram moradas habituais de suas famílias. Contudo, uma outra experiência social começa a sobrepor-se a essas práticas mais antigas. Trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do país, que lutavam pela terra, que fossem aqueles que disputavam áreas de terras devolutas consideradas novas, simultaneamente com empresários, fazendeiros ou comerciantes também migrantes, quer

³ Utilizo o termo Civil- Militar na perspectiva de René Dreifuss (1984), que aponta a participação empresarial tanto na organização do golpe como durante administração do governo ditatorial. Tem um caráter empresarial-militar.

⁴LUNA, Regina Celi Miranda Reis. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA*. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

⁵PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. (Tese de Doutorado)

⁶ Termo que utilizo no decorrer do trabalho de forma indistinta, assim como camponês, apesar de entender que o termo “posseiro”, é que melhor atende a proposta trabalhada.

fosse aqueles que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, passaram a ser vistos também como posseiros. Ou seja, os trabalhadores rurais apropriaram-se de uma designação até então usada para significar os ocupantes de terras devolutas consideradas antigas para ajustar-se a uma nova situação ou prática social. Esta apropriação atualizada do conceito de posseiro ganha uma dimensão política inusitada na luta pela terra no Brasil. (PEREIRA, 2013, p.11 e 12)

O intuito desse trabalho monográfico é contribuir para uma reflexão crítica sobre as lutas de trabalhadores rurais, que tiveram negadas suas condições de sobrevivência em decorrência do capitalismo monopolista⁷. Tem-se como objetivo apontar as formas de violência utilizadas, agentes envolvidos nessa luta, e analisar a influência e a contribuição de militantes para a formação de mobilização política e resistência camponesa. Este trabalho é fruto de dois anos de pesquisa, iniciada em julho de 2015 com a participação no PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), sendo orientada pela Prof^ª. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

Trabalho na interface da nova história política com a história cultural. Na nova história política, segundo Marieta Ferreira “a massa passou a ser o objeto central, sendo estudado dentro da política, que perpassar por diversos campos da sociedade, buscando analisar suas transformações e oscilações”. (FERREIRA, 1992, p. 268).

A pesquisa passa pela instrumentalização do conceito de *representação* que na perspectiva de Sandra Pesavento, “são imagens construídas sobre o mundo, é a maneira pela qual o indivíduo percebe a realidade de sua existência”. (2008, p.39). A cultura é então apresentada como forma de expressão e tradução da realidade. Dessa forma os camponeses vão representando sua experiência no campo, suas percepções sociais são representações sobre o mundo, que marcam as práticas dos indivíduos e dos grupos a que pertencem. Para tanto, é necessário compreender a experiência de trabalhadores rurais e sua luta pela terra a partir da aproximação entre política e cultura, no intuito de entender os diferentes modos de vida no campo e suas transformações.

Os discursos produzidos tanto pelo Estado e seus agentes, pela Igreja Católica e suas instituições, quanto por leigos não são neutros, mas carregados de intencionalidade. Trabalho com Foucault (2014) para analisar o discurso, que não pode ser entendido como neutro, mas carregado de poderes, perpassado por um controle e seleção, tanto do que será falado como de quem é legitimado para falar em nome de um grupo, instituição, etc. O Estado

⁷ É um sistema econômico, em que poucos controlam o capital, direcionados para os chamados grandes projetos que visa o interesse dos grupos econômicos dominantes. Para mais informações ver Costa (1994).

se coloca como agindo em nome da Lei, resguardando os direitos da sociedade. Os grandes proprietários se utilizam da Lei para se legitimarem enquanto proprietários como se estivessem apenas resguardando sua propriedade de invasões. Os discursos dos freis são marcados pela palavra “missão” que os legitima enquanto representantes de Deus na terra e como defensores de um povo oprimido. Os líderes dos movimentos de luta pela terra colocam-se como precursores dos movimentos de resistência e se apropriam de vários discursos que os legitimam enquanto representantes dos trabalhadores rurais.

Para pensar essas questões de apropriação social dos discursos, utilizo Roger Chartier, que afirma: “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. (CHARTIER, 1991, p.180). Os discursos, assim, são apropriados e passam por diferentes leituras e recepções dos matérias circulantes ou dos pronunciamentos que defendem uma ideia e tentam convencer o público. São múltiplas as apropriações feitas pela sociedade e as suas representações passam a formular, marcadas por disputas que os permitem interpretar o seu mundo social, não sendo lido apenas como uma imposição dos grupos dominantes, mas como uma disputa que perpassa também o campo do simbólico, que resulta em uma pluralidade dos usos e entendimentos dos discursos sociais veiculados.

Ao analisar as narrativas, trabalho com o conceito de *ilusão biográfica* utilizado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1996), que afirma existir uma descontinuidade nas trajetórias e que, muitas vezes, são silenciados na tentativa de expor uma unidade do indivíduo. O que difere das narrativas dos militantes que relatam uma coerência linear, buscando evidenciar que sua história de vida tem um começo, meio e fim, bem organizados e encadeados. A *ilusão biográfica* perpassa o modo de estruturação das narrativas orais.

O percurso da pesquisa passa pela instrumentalização do conceito de *experiência* em Thompson na abordagem da história de vida, trabalho, religiosidade e organização política de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Também discutimos a atuação dos micros poderes na vida cotidiana, ao analisar o poder que se impõe por parte dos fazendeiros, pistoleiros, da polícia, da Igreja Católica, dentre outros agentes, ou seja, o poder está distribuído em redes que perpassam toda a sociedade.

Em termos de metodologia, são utilizadas fontes escritas e orais, essas documentações são os meios de acesso às experiências de lideranças. Como documentações escritas serão trabalhadas os jornais que estão disponíveis no arquivo da CPT e na Biblioteca

Benedito Leite⁸, e o diário de desobriga⁹ e as crônicas de autoria do Frei Adolfo Temme. As fontes orais compõem-se de entrevistas do acervo da orientadora Marcia Milena Ferreira, (realizadas em 2014) e pela realização de novas entrevistas, em novembro de 2016, das quais participei diretamente.

Propomos trabalhar com fontes orais e escritas. Este diálogo tem permitido o enriquecimento da pesquisa, e busca sanar possíveis lacunas, além de possibilitar a problematização mais complexa de narrativas orais e documentos escritos através do seu confronto entre si e com a bibliografia disponível. Dialogar e confrontar variadas fontes são um exercício importante na pesquisa científica.

O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.230 apud FERREIRA, 2015, p.37)

Nessa abordagem utilizarei a História Oral como uma metodologia que viabiliza a construção do conhecimento da história contemporânea. São feitas *entrevistas* com indivíduos que, de alguma forma, podem contribuir para o entendimento de um fato histórico.

Através da metodologia da História Oral, há possibilidade de que vozes do campesinato maranhense narrem e interpretem suas experiências, muitas vezes relegadas pela historiografia. As entrevistas nos permitem ter acesso ao “passado” concebido pelos entrevistados e possibilitam a discussão de elementos objetivos e subjetivos acionados pelos agentes (freis, mediadores, camponeses). Assim, tornam possível a compreensão de práticas de mobilização política em torno da luta pela terra. Não é a pretensão resgatar *acontecimentos verdadeiros*, no entanto, quero partilhar e analisar relatos dos trabalhadores rurais, que no embate das lutas, buscaram novas estratégias para resistir e permanecer no campo. Verena Alberti afirma que (2005, p.169), trabalhar com História Oral não é uma tarefa fácil. O pesquisador se depara na entrevista com uma multiplicidade de histórias. Ao fazer sua análise, é preciso estar atento a todos os detalhes. A entrevista não deve ser considerada neutra, sua

⁸ Ver Apêndice 1.

⁹ É uma visita pastoral pelas comunidades do interior, em que são realizados batizados, missas, é refletida a administração e a organização da comunidade, e suas necessidades. O diário de desobriga foi escrito pelo Frei Adolfo Temme no de 1978, relatando sua experiência em uma desobriga realizada nas comunidades do interior de Lago da Pedra, resultou na produção do livro Mala de Couro- diário de uma desobriga, publicado em 2011.

realização/produção é um processo marcado por intenções tanto do entrevistador, como do entrevistado.

Na entrevista de história de vida, o roteiro¹⁰ tem o enfoque sobre assuntos que envolvem desde o nascimento, e segue no curso de outros acontecimentos da vida (trabalho, casamento, nascimento de filhos, mortes de entes queridos, vida escolar), por outro lado, a entrevista temática tem questões diretamente direcionadas para o tema proposto. A relação entrevistador-entrevistado é perpassada por resíduos do passado e do presente que são acionados e misturados no decorrer da entrevista, que influenciam e conduzem o rumo da mesma, esses resíduos acabam por torná-la um produto intersubjetivo. A rememoração é assim marcada pelos resíduos que de uma maneira ou de outra interferem nos relatos.

A História Oral tem contribuído na história do cotidiano, político, de comunidade, história de memórias entre outros, conforme Verena Alberti (2005, p.166). Trabalhar com memórias não é uma tarefa fácil. Ao rememorar os fatos passados, os sujeitos selecionam, silenciam e ‘esquecem’ acontecimentos e interpretações. Como afirma Michel Pollak (1989), a discussão da memória e das disputas de memória, requer, também, a problematização de esquecimentos e silêncios. É preciso analisar o dito e o não dito, em depoimentos e monumentos. O silêncio para Pollak não é um esquecimento, é uma forma de resistência, que no momento propício vem à tona, porque não se consegue apagar completamente as memórias. Mesmo que sejam traumáticas, é possível que memórias subterrâneas ganhem dizibilidade e visibilidade em outro momento.

Conforme Verena Alberti (2005, p.167), a memória está em constante negociação, os fatos rememorados são selecionados e instituem a identidade do indivíduo e/ou da sociedade. Nessas disputas, prevalece o que tem importância para um determinado grupo, o que nos ajuda a entender o porquê de tal seleção, pois existem múltiplas memórias em constantes disputas.

As memórias da luta pela terra no Médio Mearim, quando não silenciadas, podem ser perpassadas por traumas e esquecimentos. A interpretação de memórias de pessoas que passaram por situações traumatizantes não é uma tarefa fácil, pois as memórias são divididas e fragmentadas, como afirma Portelli, em sua análise do massacre de Civitella Val di Chiana.

[...]. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas

¹⁰ Ver roteiro de entrevista no Apêndice 3.

envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas. (PORTELLI, 1996, p.106).

Dessa maneira, o pesquisador precisa se afastar do seu objeto e confrontar diversas fontes documentais.

Através de dados disponíveis em jornais e da bibliografia consultada, é possível visualizar e localizar conflitos, as práticas de violências, buscando refletir sobre a heterogeneidade de sujeitos que compõem a resistência e seus possíveis desdobramentos. No mês de julho de 2016, tive acesso ao Arquivo da CPT¹¹. O acervo da CPT contém uma quantidade considerável de fragmentos de jornais que tratam de conflitos agrários no Maranhão nas décadas de 1970 a 2000, disponibilizados no arquivo e no site.

A História Positivista negou por muito tempo os jornais como uma fonte documental válida. Na década de 1970, houve mudanças metodológicas e teóricas, que possibilitaram novos problemas, novas abordagens e a utilização de novas fontes. Entretanto, é preciso ter rigor metodológico para se trabalhar com os jornais, ter um olhar crítico para problematizar as representações sociais de uma determinada época, estar atento para o contexto histórico, e para disputas de interesses que permeiam os periódicos. Ou seja, é necessário perceber a imprensa como muito mais que um veículo das representações sociais, mas como um personagem que age frente às relações de poder de uma época.

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores. CAPELATO (2015, p.115)

No Brasil, na segunda metade do século XIX, os periódicos foram se transformando em empresas jornalísticas. O poder do capital interferiu nas posições defendidas pelos jornais, haja vista que as informações publicadas, além de atender ao público leitor, precisavam preservar as relações estreitas que o proprietário do jornal possuía com os detentores do poder econômico e político, o que acabava por limitar a liberdade de expressão. O jornal, como afirma Maria Helena Capelato (2015, p.121), se tornou uma instituição pública e privada. “No entanto, a partir do momento em que os jornais se modernizaram e se

¹¹O Arquivo da CPT fica localizado na Rua do Sol, n.457, Centro. E o site é o www.arquivoscptma.ufma.br

transformaram em empresas comerciais, eles se constituíram como instituição privada. A imprensa tornou-se, então, uma instituição *sui generis*, ou seja, instituição pública e privada”. Falam em nome de uma opinião pública, constituída também por interesses privado.

Os jornais como representantes de uma “opinião pública”, trabalham no intuito de conciliar também o compromisso com a esfera privada, performam memórias de uma determinada época, e que se desdobrará em gerações futuras. No entanto, essas contradições internas precisam estar bem estruturadas. As relações complexas que perpassam as páginas dos periódicos não são notórias ao leitor comum. As informações são veiculadas como discursos de verdade de forma a convencer o público leitor.

[...]. As relações hierárquicas que sustentam a empresa jornalística, os conflitos gerados por relações de poder e os interesses contraditórios que se manifestam no interior e para fora desse microcosmo ficam ocultos nas páginas do jornal. As omissões, os critérios de seleção e fabricação de notícias, e os interesses que movem os atores responsáveis pela empresa jornalística não se evidenciam para o leitor que vê e consome, com rótulo de veracidade, um produto que representa a síntese de múltiplos e contraditórios olhares. CAPELATO (2015, p.126)

Ao se trabalhar com os periódicos, como chama atenção Capelato (2015), as questões internas também precisam ser levadas em consideração. Os jornais são armas de luta e muito bem utilizados para se vender uma ideia de forma que seja aceita pela opinião pública. Ainda salienta em seu trabalho a força dos periódicos na política e o seu poder de intervenção no rumo do país.

No intuito de estudar os trabalhadores rurais residentes no Médio Mearim, busquei dialogar também com a Antropologia Social. O trabalho etnográfico não é apenas um deslocamento de espaço, para um mundo até então desconhecido, que vai ganhando forma e sentido. Nesse intento nos dias 22 a 26 de novembro de 2016, realizamos a pesquisa de campo na cidade de Bacabal. Fui acompanhada da minha orientadora, a Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira, da graduanda Poliane Almeida, e do graduado Pablo Monteiro, integrantes do Projeto: *História, Memória e Imagem no Maranhão do tempo presente: trabalho, terra, religiões e religiosidades*, com fomento da FAPEMA, em vigência de agosto de 2015 a agosto de 2017. Em resultado dessa experiência consegui realizar dez entrevistas, sendo sete homens e três mulheres¹².

¹²Resumo da bibliografia dos entrevistados no Apêndice 2.

No campo tive acesso às histórias de lideranças, moradores de Bacabal, de um Frei da Igreja Católica e de moradores do Povoado Aldeia. Durante a pesquisa de campo foi possível reduzir o ângulo de observação para o estudo de caso do Povoado Aldeia, em virtude da grande repercussão que teve nos jornais trabalhados na pesquisa, e sinalizados nas entrevistas realizadas em 2016, as duas invasões sofridas, sendo a primeira em 23 de novembro de 1985, e a segunda em 14 de fevereiro de 1988. O Povoado Aldeia, assim como outros povoados da região do Médio Mearim, são exemplos de comunidades que resistiram na posse, lutando contra a investida dos detentores do grande capital. A partir da análise da micro-história dos conflitos na década de 1980 em Aldeia foi possível perceber as várias relações de conflitos vividos, as formas de resistências, e como vão sendo remorados essas experiências pelos trabalhadores rurais na região do Médio Mearim. Cada dia era um aprendizado, diante da diversidade humana que se apresentava.

É, portanto, para chegar a esta postura (ou para chegar próximo a ela) que o etnólogo empreende sua viagem e realiza sua pesquisa de campo. Pois é ali que ele pode vivenciar sem intermediários a diversidade humana na sua essência e nos seus dilemas, problemas e paradoxos. Em tudo, enfim, que permitirá relativizar-se e assim ter a esperança de transformar-se num homem verdadeiramente humano. (DAMATTA, 1987, p.173)

No trabalho de campo é um momento em que os pesquisadores fazem o exercício de afastamento do objeto, e estão abertos para adentrar em um mundo desconhecido, com novos valores, ideologias, cultura, dentre outros elementos. Como afirma, Roberto DaMatta (1987), o trabalho de campo é como um *rito de passagem*, em que o pesquisador é afastado da sua sociedade, dos seus laços de pertencimento, configura uma morte do indivíduo, para que ocorra uma ressurreição de um novo homem, moldado em um novo ser social. (...) “Isolados de suas relações substantivas e individualizados, noviços e antropólogos ficam predispostos a ser socialmente moldados antes do seu renascimento social”. (DAMATTA, 1987, p.174). O novo homem, ao voltar para sua sociedade, vem imbuído de uma nova visão e de novos valores.

Inicialmente pensava que encontraria na pesquisa de campo um lugar totalmente exótico e teria que me preparar para o estranhamento. Entretanto, compreendi que o exótico e o familiar são mais complexos do que imaginava. Em muitos momentos, realmente sentia-me em outro mundo, já em outros, parecia bem familiar. Essa transformação de familiar em

exótico e vice-versa perpassa o trabalho etnográfico. Fazer esse exercício não é uma tarefa fácil, mas se faz necessário para entender o processo internamente.

Digo apenas que, para que o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico. Do mesmo modo que insisto na transformação do exótico em familiar para que possamos ter uma análise verdadeiramente sociológica. (DAMATTA, 1987, p.186)

Os dias de trabalho de campo vão se passando e pensava nos questionamentos que ainda me intrigavam, buscava insistentemente uma resposta. Até que compreendi que não encontraria uma resposta pronta e acabada. Era preciso analisar não só a fala, mas os olhares, o silêncio, os gestos e, por vezes, o choro. A resposta para as minhas inquietações estava além do que cheguei a imaginar. Precisava juntar as partes do quebra-cabeça.

[...]. Os dados, por assim dizer, caem do céu como pingos de chuva. Cabe ao etnólogo não só apará-los, como conduzi-los em enxurrada para o oceano das teorias correntes. De modo muito nítido verifiquei que uma cultura e um informante são como cartolas de mágico: tira-se uma coisa (uma regra) que faz sentido num dia; no outro, só conseguimos fitas coloridas de baixo valor.... (DAMATTA, 1987, p.195)

Dessa forma, interessa investigar como se organiza a resistência e a mobilização política de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região de estudo, avaliando a importância ou não da atuação de entidades ligadas à Igreja Católica – CEBs, CPT, ACR- e da apropriação de ideias e concepções inspiradas na Teologia da Libertação na trajetória e experiência de lideranças.

O primeiro capítulo dessa monografia será dedicado a pensar como se configura o espaço do Médio Mearim, sua ocupação por correntes migratórias e a formação de um campesinato plural e diverso, que foi aprendendo a se reinventar no cotidiano.

No segundo capítulo me debruçarei para analisar historicamente as rupturas e as continuidades ao longo do recorte temporal trabalhado na pesquisa, que perpassa o período ditatorial com um projeto político e econômico que se desdobrará em longos vinte e um anos, e os anos iniciais do processo de redemocratização. Intento pensar as transformações em relação à questão fundiária no Maranhão, especialmente após a Lei de Terras de 1969, que resultou em diversos conflitos agrários e em um cenário de intensa violência cometida contra trabalhadores rurais que buscaram novas formas de mobilização e resistência na posse da terra.

Diante desse estado de recessão e de intensa violência vivido no Brasil, parte da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, juntamente com as agências ligada à mesma, torna-se uma aliada daqueles que estão à margem do novo modelo de governo instaurado. O terceiro capítulo será voltado para as transformações e a atuação da Igreja Católica, e das entidades a ela vinculadas, em defesa do campesinato. Interpretando as experiências de Freis franciscanos e leigos, e as suas contribuições para as formas de resistência no conflito agrário.

O quarto capítulo é reservado a uma breve história da luta pela terra no povoado Aldeia, que fica localizado no município de Bacabal. O povoado foi invadido duas vezes na década de 1980 e a comunidade vivenciou diversas formas de violência. Aldeia foi se configurando como um espaço de intensas disputas, ao sofrer as investidas dos latifundiários e dos seus cúmplices no intuito de expulsar seus moradores. A participação da Igreja Católica e de suas entidades foi de grande importância na luta pela permanência na terra. O povoado Aldeia é a materialização de uma experiência de conflito e resistência.

2. O MÉDIO MEARIM: UM LÓCUS DE PASSAGEM E FIXAÇÃO

A atual microrregião do Médio Mearim localiza-se na região central do estado do Maranhão, é um espaço que vivencia constantes transformações perpassadas por diversos personagens que vão criando e modificando o cenário, como uma trama de enredos múltiplos. As trocas culturais são riquíssimas, tornando o local plural, no tecer de experiências cotidianas que engrandecem sua história. Para analisar o atual Médio Mearim nas décadas de 1970-1990 proponho voltar ao século XIX, para pensar configuração desse espaço, que fazia parte do Alto Mearim.¹³



Mapa 1: Microrregiões e Mesorregiões do Maranhão
 Fonte: Rede ANA Amazônia – Portal de Agroecologia da Amazônia
<http://redeanaamazonia.blogspot.com.br>

Conforme Ferreira (2015), o atual Médio Mearim, tem um histórico de desmembramento de muitos municípios. Bacabal e Pedreiras, por exemplo, foram

¹³ Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira. *Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)*. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015, p.47.

desmembrados de São Luiz Gonzaga, a mais antiga das cidades da região, instituída ainda no século XIX, chegando atualmente a 21 municípios.

Bacabal, Bom Lugar, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Santo Antônio dos Lopes, Poção de Pedras, Vitorino Freire, São Luís Gonzaga do Maranhão, Trizidela do Vale. (FERREIRA, 2015, p.45)

No século XIX, o Império Brasileiro buscou estabelecer políticas com o objetivo de conquistar o território, se utilizando de um discurso de civilização para os projetos desenvolvimentistas. O governo da província do Maranhão, seguindo essa lógica avança com políticas sobre o território indígena no intuito de discipliná-los e torná-los mão-de-obra para o desenvolvimento da nação. Assim são criadas as Diretorias e Colônias indígenas, onde os índios recebiam tanto uma orientação espiritual como seriam ensinados a trabalhar na terra.

A conquista avança sobre o Alto Mearim e seus habitantes nativos. Missionários e diretores são seus primeiros adversários na disputa pela ocupação e exploração da terra. “o amor ao trabalho e à vida social” é a forma violenta com que o discurso civilizador tenta englobá-los. Os diretores devem lhes ensinar “a lavrar a terra à maneira do país”. O projeto de nação em curso pressupõe trabalhadores num molde específico, ao qual as práticas culturais e sociais indígenas não se adéquam. Suas reações a essa configuração do espaço fazem-se também mediante reclames de maus tratos. (FERREIRA, 2015, p. 48)

O avançar da “civilização” e a promulgação da Lei de Terra de 1850, modifica o espaço do Alto Mearim. As terras ocupadas pela população nativa passam a assumir valor de mercado, sendo vendidas para atender aos interesses dos projetos desenvolvimentistas. Como resultado, tem-se o deslocamento dos índios para o sertão da província e a ocupação das terras por fazendeiros e lavradores. Posteriormente, também vai ser ocupado por levas de migrantes que fugiam da seca de 1877- 1879¹⁴.

Expulso o “mal selvagem” para os sertões da província, a civilização avança implacável sobre o Alto Mearim, que passa a ser alvo de fazendeiros e lavradores como antes fora o vale do Itapecuru. Nessa região chegam, duas décadas depois, tangidos pela seca de 1877-1879, muitos migrantes de outras províncias do então norte do Brasil. (FERREIRA, 2015, p. 49)

¹⁴ É conhecida como a *maldita dos três setes*, a seca que castigou a região do atual Nordeste, sendo a província do Ceará a mais atingida.

A ocupação do Médio Mearim por correntes migratórias de nordestinos já existia desde o final do século XIX, na época da *maldita dos três setes*, seca de 1877-1879. E na década de 1950 torna-se uma região de abertura para “frente de expansão agrícola”, recebendo considerável contingente populacional, como afirma Regina Luna (1984, p.4 e 5).

As migrações são iniciadas no século XIX, com ações dos governos provinciais e imperiais. As migrações foram explicadas pela seca de 1877, que direcionou os retirantes¹⁵ do Ceará, província mais atingida, para as províncias menos atingidas pela estiagem. As províncias vizinhas recebiam um contingente significativo de retirantes que fugiam desse fenômeno, que não pode ser entendido apenas como climático, envolvia questões sócias, econômicas e políticas.

O problema da seca vai tendo impacto cada vez mais intensificado nas capitais, onde se tornou um lugar de refúgio para o homem do campo. O problema passa a ser pauta das discussões e políticas são formuladas para atender a problemática da seca. O incentivo por parte do Estado começa a ser deflagrado, passagens são disponibilizadas para os retirantes em direção das províncias vizinhas. Inicialmente o recebimento dos retirantes era uma política assistencialista, que posteriormente foi sendo pensada como uma forma de suprir a necessidade de braços para a lavoura.

Como afirma Ferreira (2015), a seca não atinge todos da mesma forma, e são diversos interesses que perpassam esse fenômeno. Geralmente atinge de forma mais enfática as famílias camponesas, os agregados que, por mais que contem com certa proteção dos latifundiários, no momento de estiagem não tem como ser resguardados e acabam tendo que migrar. Poucos são os casos de agregados que permanecem. Os latifundiários por mais que sintam as dificuldades providas da seca, não chegam a migrar, porque tem suas reservas.

O recebimento de migrantes não se restringe apenas ao Maranhão, outras províncias menos atingidas pelas secas também receberam-nos, como Bahia e Piauí. Na província do Maranhão são criadas as Comissões de Socorro¹⁶, que acolhiam e davam suportes para os migrantes da seca. Isso não quer dizer que estava livre da estiagem, todavia, sendo menos atingida se tornou uma opção emergencial diante da problemática da seca.

¹⁵ Um termo utilizado para designar grupo ou pessoa que abandona sua terra por situação de miséria e da seca, se deslocando para outro lugar que possibilite condições de uma vida melhor.

¹⁶Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira, 2015, p.53-54.

No final da década de 1870, podemos empreender como uma primeira experiência de migrantes nordestinos¹⁷ no Médio Mearim, porém ao acabar o período da seca, o governo imperial deixa de incentivar a migração. Alguns retirantes voltam a sua terra de origem, outros se deslocam para a Amazônia, no auge da borracha, ou permanecem na região.

A composição desse espaço é também constituída pela população de ex-escravos, que na década posterior são libertos do sistema escravista. As terras passam a ser ocupadas por descendentes de escravos, homens pobres livres e pequenos proprietários. Muitas terras foram abandonadas pelos antigos donos ou deixadas por heranças aos ex-escravos. Ao elaborar a história do Mearim, os camponeses referem-se a “terras livres”, “terra sem dono” e, ao mesmo tempo, a “terra dos negros”, como sendo aquelas terras de herança deixada pelos senhores aos ex-escravos. (LUNA, 1984, p.XXIII)

Como afirma Ferreira (2015), desde o final do século XIX, já se tinha uma produção de um pequeno excedente a ser comercializada na região do Médio Mearim, que se expandiu no século XX. Um espaço de trânsito tanto de pessoas como de comercialização de produtos. Diante da dificuldade de navegação fluvial, o transporte era feito nos lombos do burro pelos tropeiros, outro personagem do Médio Mearim. A criação da estrada de ferro São Luís-Teresina, no início do século XX, facilitou a comunicação, e a comercialização de produtos agrícolas, da pecuária e do extrativismo vegetal com outras regiões. No alvorecer do século XX, a região passa a ser um pólo da agricultura maranhense. A floresta vai sendo aberta, dando lugar aos centros¹⁸, destinado as produções de diversos gêneros agrícolas. Resultando na expansão da fronteira agrícola.

2.1 A expansão da fronteira agrícola e o fenômeno da migração no século XX

O Médio Mearim é um lugar em constante transformação, composto por indivíduos que, com experiências diversas, constroem sua história e a história desse espaço, como afirma Ferreira (2015). A região torna-se morada de migrantes maranhenses e nordestinos que ali tecem e reinventam práticas culturais. Como salienta a autora, “o espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural,

¹⁷Termo utilizado para diferenciar as províncias do então norte do Brasil, atingidos pela estiagem e que tiveram a intervenção do Estado. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2001.

¹⁸Uma área distante das vilas, destinadas a botar roça. Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira, 2015, p.26.

mutável, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades. (FERREIRA, 2015, p.99)”.

O Médio Mearim é um espaço em construção e de trocas culturais. Os sujeitos que para lá se deslocaram, levaram na bagagem marcas de suas experiências e de uma esperança de dias melhores que os moviam nessas “aventuras” para um lugar desconhecido. O pouco que se sabia advinha da propaganda de parentes e conterrâneos que já tinham vindo de uma experiência anterior nessas terras e propagavam que o Maranhão é o “*eldorado*”, uma ideia- imagem¹⁹, disseminando o *imaginário social*²⁰.

Essa visão positiva não era unânime, mas fazia parte do imaginário de uma maioria, que já vinha sendo castigada tanto pelas intempéries da natureza (secas), como pelos conflitos agrários, o que tornava a terra ainda mais escassa para os trabalhadores rurais. Dessa forma, os motivos que trouxeram migrantes tanto de outros estados do Nordeste quanto de outras regiões do Maranhão, são distintos, mas em alguns momentos tais correntes migratórias se encontram em busca de um recomeço.

O deslocamento de maranhenses e descendentes da primeira leva de migrantes nordestinos para a fronteira agrícola vai se dando na segunda década do século XX. Como afirma Márcia Ferreira, (2015), os conflitos entre pequenos e grandes proprietários na região mais antiga do estado do Maranhão passam a serem deflagradas, as disputas por terras, que vão se tornando mais escassas e a cobrança de elevado foro vai sendo uma realidade. A disponibilidade de terras livres e com os recursos naturais propícios servia de atrativo para a ocupação do vale úmido do Médio Mearim.

A migração de nordestinos na década de 1920 é também sinalizada por Otávio Velho estudioso das *frentes de expansão* e da estrutura agrária na Amazônia, ao destacar que a decadência da borracha teria direcionado o fluxo migratório para o Maranhão.

E’ uma hipótese plausível que a decadência da exploração da borracha amazônica tenha estimulado o movimento nessa direção a partir de 1920, o que evitará a interrupção do fluxo de nordestinos que já estava se dando e lhe dará uma nova forma que constituirá um marco significativo nas transformações da exploração agropecuária no Brasil. E’ também o que emprestará ao Maranhão sua feição atual tão marcadamente agrícola. (VELHO, 1972, p. 96)

¹⁹Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira (2015).

²⁰ Nessa pesquisa trabalho com o conceito de imaginário social pensado por Sandra Pasavento, como representações coletivas do real. “A representação do real, ou o imaginário, é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.18, 1995. PESAVENTO, Sandra Jatahy

As correntes migratórias que ocuparam o Maranhão até o início do século XX estabeleciam-se principalmente na região do Itapecuru, como afirma Viviane Barbosa (2013, p.139), mas foram direcionando-se para o vale do Médio Mearim em busca de *terras livres*. O movimento migratório ocorreu de forma intensificada na metade do século XX, ocasionando um desequilíbrio na demanda de terras disponíveis para os camponeses. “Desse modo, a partir da década de 1950, as frentes de expansão agrícolas foram ocupando o estado na direção do Itapecuru para o Mearim e chegando também as chamadas “terras livres” do Pindaré.” (LUNA, 1984, p.4-5).

Conforme Viviane Barbosa (2015), provavelmente a elevação do valor do foro da terra, levou camponeses nordestinos e maranhenses a migrarem para o Oeste do estado, em busca de novas oportunidades, fixam-se nas chamadas *terras livres*.

A ocupação do Médio Mearim advém de migrantes nordestinos, principalmente do Ceará e Piauí, e de maranhenses que se deslocam de terras antigas do Leste do Maranhão como de Itapecuru e do vale do Parnaíba em direção ao lado Oeste, se fixando na região Central do Estado.

Uma frente maranhense e uma frente nordestina rumam concomitantemente ao Médio Mearim, região de muitas terras soltas e muitas águas. Os migrantes maranhenses que se dirigem para essa região vêm majoritariamente de áreas de ocupação mais antiga, o Itapecuru e do vale do Parnaíba, onde, provavelmente, o aumento do foro e a impossibilidade de viver como posseiros estimula-os a buscar terras devolutas dentro do próprio estado. (FERREIRA, 2015, p.25 e 26)

Como afirma Barbosa (2013), o Maranhão era representado como *eldorado*, aberto a possibilidades de uma vida melhor para aqueles que fugiam das secas cearenses e de outros nordestinos que, por motivos diversos, migravam. O sentimento por dias melhores motivou esse deslocamento, mais muitos se depararam com os mesmos problemas dos quais fugiam. Barbosa (2013, p.136) analisando a narrativa de uma migrante cearense residente no Médio Mearim aponta que “a ideia de Maranhão como eldorado, como lugar propício à constituição de uma nova vida, aparece de forma clara em seu discurso e essa mesma representação fora bastante veiculada pela imprensa maranhense principalmente a partir dos anos de 1930”.

O Médio Mearim recebeu ao longo das décadas de 1930 a 1970, de forma mais intensa, migrantes oriundos do Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, e de outras regiões maranhenses. O estado do Piauí que apesar de não ter sido atingido de forma tão severa pela estiagem, sofreu invernos e colheitas fracas. A região do Médio Mearim nas décadas de 1930 a 1940 é povoada principalmente por migrantes de naturalidade do estado do Piauí. Essa predominância muda na década de 1950, quando o Ceará toma a ponteira da migração. Os piauienses foram atraídos para o Maranhão, por ser propagado com disponibilidade de terras férteis e chuva abundante, além de ser fronteira próxima.

O Médio Mearim, no período anterior à Lei de Terras de 1969, era uma região propícia para plantio, dotada de muitas terras devolutas e de abundância de águas das chuvas, rios, lagos e igarapés. No Mala de Couro- diário de uma desobriga de autoria de Adolfo Temme (2011, p.77), também faz referência à abundância de água na região, e relata como alguns migrantes do estado do Piauí deslocaram-se em busca desse recurso natural, fugindo da seca de 1953.

A experiência da seca é uma problemática que continuou no século XX, como por exemplo, a de 1915, 1932, 1942, 1951, 1953, 1950, 1970. O Ceará continuava a ser um estado bastante atingido. O governo cria medidas emergenciais²¹ para atender às necessidades básicas, e buscava conter o homem no campo, controlando assim a migração, para não ter perdas de força de trabalho.

Na década de 1930 inicia-se o discurso nacionalista de que é preciso integrar as regiões isoladas do país. O governo como iniciativa oficial desenvolve ações de deslocamento controlado de trabalhadores para os “espaços vazios”. O Maranhão veiculado com disponibilidade de terras a ser ocupada, foi uma alternativa para o acolhimento dos retirantes, visto como bom trabalhador, um braço forte para cultivar a terra, o que incidiria no crescimento do estado, tornando-se um pólo agrícola. A migração foi tanto dirigida como espontânea, os migrantes eram oriundos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará, do Piauí, do Pará e a migração de maranhenses, principalmente das ocupações mais antigas, como o vale de Itapecuru.

O sertão nordestino enfrenta a seca de 1942, a situação de calamidade é novamente é vivenciada e como medida o governo prossegue dando “continuidade a política de ocupação dos “espaços vazios” do território brasileiro levam o governo do Estado Novo a

²¹Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira, 2015, p.76

elaborar como solução a formação do exército dos soldados da borracha na Amazônia”. (FERREIRA, 2015, p.87).

O cenário nacional liderado por Getulio Vargas favoreceu o discurso que o sertanejo era o homem forte para desbravar a Amazônia e expandir a fronteira, integrando os espaços vazios da nação. Agricultura e industrialização devem caminhar juntas para o desenvolvimento da nação. Na década de 1940 o Médio Mearim teve um decréscimo de migração externa, explicado pelas iniciativas governamentais de encaminhar a população do sertão nordestino para Amazônia.

No Maranhão o fenômeno da semi-seca foi ganhando cena no início da década de 1940, quando se discutia a entrada do estado no polígono da seca²². O medo da estiagem se propagava e o interesse por verbas federais, impulsionava os debates e as solicitações de ajuda ao presidente da República. Outra problemática a ser enfrentada era o êxodo rural, assim, o apoio às políticas que incentivassem a permanência do homem no campo foi ganhando força.

Conforme Ferreira (2015) o Maranhão na década de 1950 volta à imagem do “eldorado”, seja por ações de investimentos na agricultura, o que torna o estado promissor, seja pela propagação de *terras sem dono*. O fluxo migratório ascende no Médio Mearim, nessa década o Ceará passa a liderar o pólo expulsor de migrantes para a região, seguido do Piauí. O pólo expulsor interno diminui em relação às décadas anteriores. O enfrentamento da seca entre 1951 a 1953, e em 1958, explica, em parte, o aumento das migrações espontâneas de nordestinos para o Maranhão (especialmente o vale do Médio Mearim), para o “sul maravilha” e para o empreendimento da construção de Brasília.

As famílias de migrantes eram atraídas pelas propagandas do governo, que se mostravam solícitos em receber as famílias e em disponibilizar os recursos necessários para sua mudança e adaptação, além do Maranhão ser veiculado como um lugar próspero de recursos naturais, como água em abundância, o que tornava um atrativo se forem levadas em consideração as experiências severas da seca como a que ocorreu em 1953, terras livres, oportunidades de trabalho, dentre outras ofertas.

Como afirma Ferreira (2015), o Médio Mearim na década de 1950 tem um maior impulso demográfico, essa configuração muda na década de 1960, quando deixa de ser receptora de migrantes e passa a expulsá-los para outros estados, como Pará e Amazonas. Na busca por uma melhoria econômica, o que dispensou um número significativo para os

²² Ver a Tese de Márcia Milena Galdez Ferreira, 2015, p.92-95.

garimpos do Norte do país. As correntes migratórias de nordestinos vão se direcionando para o sul e sudeste do Maranhão.

As décadas de 1960 são marcadas pelas contínuas migrações de nordestinos, principalmente do Ceará seguido do Piauí e de outros estados e de maranhenses para a região do Médio Mearim, entretanto, outras regiões do Maranhão tornam-se atrativos para os migrantes, como afirma Ferreira (2015, p.129), “A diminuição da probabilidade de acesso à *terras sem dono*, decorrente do adensamento populacional e da prática da grilagem e da usurpação de terras devolutas de usufruto de posseiros, contribui provavelmente, para o enfraquecimento do potencial atrativo da região”. Essa mudança foi potencializada no ano de 1966, quando o governo do estado é assumido por José Sarney, com a promulgação da Lei Terras (Lei nº 2.979, de 17/07/1969), que acarretou mudanças drásticas no campo maranhense.

Na década de 1970 o Médio Mearim ainda recebeu levas de migrantes, entretanto, investimento na pecuária extensiva também resulta na modificação do cenário maranhense, deixando de ser um *locus* de atração. O capim vai tomando conta das terras e o acesso aos babaçuais vai sendo restrito, são deflagrados conflitos no campo maranhense. O “tempo do coco liberto” vai dando lugar ao “tempo do coco preso”, como afirma Barbosa (2013, p.171):

O processo mais intenso de cercamentos no Médio Mearim iniciou-se nos anos 1970, quando fazendeiros/grileiros, muitos de outros estados da federação, apropriaram-se de terras cercando-as em grandes áreas (fazendas) para o desenvolvimento de projetos agropecuários. O incentivo à pecuária, respaldado pelo governo do estado, foi crescentemente agravando a situação dos camponeses quando áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim. Esse período tem sido construído pela memória dos camponeses como a passagem do “tempo do coco liberto” (período anterior aos anos 1970) ao “tempo do coco preso” (pós- 1970, com o desencadear dos conflitos).

Muitas famílias encontravam nas migrações para outras regiões do estado ou para os garimpos, especialmente no Pará e em Roraima, que nas décadas de 1960 a 1970, torna-se uma alternativa diante das transformações, outra saída foi resistir na permanência da terra. O Médio Mearim nessas décadas vai deixando paulatinamente de ser um pólo receptor para ser um pólo expulsor²³.

²³ Para mais ver as tabelas de migração por estado e por região maranhense, na Tese de Marcia Milena Galdez Ferreira. (2015, p.135 e 136).

Ao longo do século XX, a região sofre modificações significativas. Os recursos naturais tornam o lugar atrativo para os migrantes, que buscam a livre ocupação de terras e dias melhores, posteriormente, passa ser um local de violentas disputas em torno da propriedade da terra.

2.2 A vivência camponesa e seus desafios

No cotidiano da família camponesa a migração é recorrente nas narrativas. As motivações para as narrativas são diversas, geralmente ligadas à questão da terra, seja por conflito ou pela necessidade de encontrar terra propícia para a agricultura. As dificuldades do cotidiano também potencializavam a busca por um lugar em que se pudessem viver, com disponibilidade de terra livre, recursos naturais, por exemplo, a água, que em muitos lugares era uma preciosidade, em decorrência da seca que assolava alguns estados do Nordeste. O fluxo migratório dentro do próprio estado, também é recorrente.

A decisão de migrar se potencializava pela necessidade de sobrevivência, a esperança de dias melhores. As viagens eram longas e difíceis, utilizavam os animais como meios de transportes ou vinham em paus de arara. Luís Gonzaga de Souza Machado (2016)²⁴, um dos entrevistados em Bacabal, relata um pouco dessa realidade, ao falar da experiência do seu pai, um migrante do Ceará.

É, a infância do meu pai, é, não é nem de se contar, é das piores do mundo, que ele, a família pobre, vieram de burro de lá do Ceará. Chegaram no Maranhão, a mãe dele morreu no caminho, ele foi criado pela uma tia, era oito filhos, foi uma, ele era o menor, o caçula. (GONZAGA, 2016)

As famílias camponesas geralmente são constituídas de prole numerosa. A perda do cônjuge também potencializava novas uniões consensuais resultando em aumento significativo das famílias. Em tais famílias numerosas era comum a necessidade de os filhos desde cedo contribuírem para o sustento da mesma.

[...] Meu pai era, ficou viúvo, minha mãe ficou viúva, os dois se casaram. [...] Minha mãe tinha sete filho, meu pai tinha cinco, e eu sou da do, dos tercidios, eu sou, um, dois, três, quatro, sou cinco do da outra família que são seis da, ela tinha sete, meu pai cinco, depois tinha mais seis. (GONZAGA, 2016)

²⁴ Para mais ver no Apêndice 2, uma breve biografia dos entrevistados.

Choques culturais também podem ser sentidos nesse *locus* de passagem e de permanência que se chama Médio Mearim, já que o maranhense ainda tinha uma vivência em coletividade, como as plantações de roças ou construção de casas feita em mutirões, que ainda causa um estranhamento diante de uma sociedade que foi sendo moldada a prezar pelo individualismo.

Na entrevista de Guilhermina Aguiar (2014)²⁵, são narradas mudanças no campo maranhense com a chegada dos migrantes nordestinos, que trouxeram a cultura da acumulação, enquanto entre os maranhenses ainda prevalecia o uso comum da terra e dos seus frutos.

[...] São raro os grandes proprietários propriamente maranhenses, não tem, raramente, são muito pouco, os grandes proprietários daqui da região eles não são maranhenses. Pernambucanos né, são migrantes, são pessoas que vieram do Ceará, mas legitimamente maranhense, não, é raro encontrar um, eles sempre, eles, porque o maranhense cedeu a casa pro outro, cedeu como aquela coisa de acolher e esse outro se apropriou da casa, então, o maranhense ficou, até também pelo fato do maranhense com aquela visão de é, por base nos dois grupos étnicos né, indígena e afro, não tinha essa visão de acumulo né, então não tava preocupado com isso, hoje acho que as coisas seria totalmente diferente, mas naquela época, ninguém vendia arroz, se alguém matava um boi, ninguém vendia não, matava porco, eu lembro, meu avô matava um porco, naquele dia ninguém matava porque todo mundo tinha carne, então, era muito aquela coisa de troca, alguém fazia farinha, distribuía. Mas naquela época, ninguém vendia arroz, se alguém matava um boi, ninguém vendia não, matava porco, eu lembro, meu avô matava um porco, naquele dia ninguém matava porque todo mundo tinha carne, então, era muito aquela coisa de troca, alguém fazia farinha, distribuía. Na minha família ainda se mantém um pouco ainda, por exemplo, hoje eu recebi meio saco de feijão, risos. Que dizer, meu irmão, meus irmãos, quando eles produz, tem um que produz essas coisas, ele manda pra mim que ele já sabe, que vou distribui entre os outros né, então, tem, tem um pouco ainda dessa, dessas raízes, não tão de forma intensa como já foi né, mas tem.

Os camponeses que se estabeleceram no Médio Mearim desenvolveram a agricultura familiar, voltando-se para a rizicultura que foi largamente praticada. A agricultura familiar envolvia toda a família desde crianças até os adultos. As famílias tinham plantações de roça, com uma diversidade de produtos. Esses eram para o seu consumo, em alguns casos trocavam produtos com outras famílias. O extrativismo do coco babaçu também era uma

²⁵ Guilhermina Aguiar é um das entrevistadas em 2014 e 2016. Nasceu em 1957, em Bernardo do Mearim, que na época era município de Pedreiras. É uma liderança atuante na ACR (Animação dos Cristãos no Meio Rural). Para mais ver breve biografia dos entrevistados no Apêndice 2.

atividade muito praticada, quebravam o coco e vendiam para os comerciantes a preço baixo para comprar os produtos que não produziam, estes por sua vez vendiam os seus produtos a preços elevados para o camponeses. Essa comercialização desleal fazia parte do cotidiano dos trabalhadores rurais que se constituíram no Médio Mearim.

Ah nessa roça aí a gente teve muita fartura, melancia, melão, pipino[sic], muito arroz, muito milho, muito legume[sic], todos os legumes[sic] que a gente planta na roça, a gente já teve muita fartura, muita fartura mesmo. Tudo era só pra consumir, a gente tinha um paiol de arroz era maior que essa sala aqui (faz gestos mostrando a sala), o paião de arroz cheio de arroz e muito milho. A gente trabalhava para outras pessoas né, fazia alguma empreita de pé de arame, [...] fazia outras atividades pra poder ajudar. A gente vendia coco, quebrava o coco, quebrava o coco aí ia vender o coco pra comprar açúcar, café, às vezes o querosene pra botar na lamparina que não tinha energia. Aí fazia essa troca lá no comércio. (ANTONIO JOSÉ, 2016)

A coleta e a quebra do coco babaçu são atividades que envolvem homens, mulheres e crianças, mas predominantemente é praticada pelas mulheres. A utilização do babaçu é bem diversificada, da amêndoa se faz azeite, sabão; das palhas se fazem tetos e paredes para as habitações.

A extração do babaçu em propriedades privadas pelos camponeses passou a ser organizada pelos grandes proprietários que por sua vez passam a comercializar a amêndoa. A venda desse produto é uma atividade lucrativa. A sua exportação rendeu bons frutos e a chegada de empresas estrangeiras para a exploração do babaçu movimentou a economia maranhense. Os trabalhadores que coletam e quebram o coco babaçu são esquecidos do cenário maranhense, um trabalho não reconhecido, associado à imagem de atraso, que ainda rendem pouco a economia em decorrência das suas técnicas rudimentar, a modernização é apresentado como o caminho para o aumento de produção. Conforme Barbosa (2013), há uma invalidação desses trabalhadores como força do mundo do trabalho.

O apagamento da presença do campesinato maranhense nas representações dos símbolos e da produção econômica da região certamente se relaciona ao processo ideológico de ocultação ou minimização das mobilizações camponesas por todo o país, que consagrou a ideia inventada de passividade e incapacidade do trabalhador do campo. (BARBOSA, 2013, p. 53)

Além da imagem negativa do trabalhador rural como força de trabalho, o Estado nega as condições básicas de sobrevivência e os direitos essenciais de um cidadão como o de frequentar uma escola. Segundo as leituras de *Mala de couro* do Frei Adolfo Temme (2011),

é possível perceber referências à omissão do Estado, que deixa a população camponesa à margem da sociedade. A negligência em relação à saúde é relatada como alarmante, e teria como resultado a morte de parcela significativa da população. A falta de escola seria outra necessidade básica nessas comunidades.

A única escola do Limão é o depósito do Antônio, onde nós estamos alojados. Neste salão não tem nada que lembre uma escola. O professor é um jovem chamado João que de dia trabalha na roça e de noite ensina por iniciativa própria. Os pais dão um agrado para ele. (...) João é um daqueles que ainda tem vantagem: ele tem o terceiro ano do primário completo e o quarto incompleto. (TEMME, 2011, p.76).

Outra questão apontada é referente à idade que as crianças começam a frequentar uma “escola”, que geralmente é improvisada pelos pais ao contratar algum professor, que mesmo não tendo uma formação que o habilite a lecionar, consiga pelo menos ensinar o “básico”, superando as condições precárias e os desafios que vão surgindo nessas experiências.

Eu comecei a estudar com oito anos. O meu pai me botou pra estudar a noite. A gente trabalhava o dia, aí nesse tempo, eu tinha uma fase de crescimento muito grande, o pessoal manda era procurar um médico, tava crescendo demais. O pessoal tudo desse tamanho, aí eu tinha, aí eu era caí dos bancos, a professora, tinha vez que eu só via os bif! De noite. Com sono, a gente trabalhava, com oito anos já trabalhava, mas eu estudei, fiz até a quinta série. Mas com professora, naquele tempo as professoras era arrumada, aí fulano de tal que não sabia talvez, *a minha professora mesmo não sabia nadinha*. Era, uma cunhada minha lá que ensinava só mesmo pra... Aí todo mundo, naquela época não tinha prefeito pra pagar as coisas, aí todo mundo dava 10,00; 5,00. (GONZAGA, 2016)

O mundo escolar fez parte de algumas vivências no campo, em outros casos foi totalmente negado, como o de dona Raimunda que abandonou totalmente a escola para ajudar no sustento da família. O analfabetismo faz parte da realidade campesina, mesmo que hoje possamos falar em algum avanço ainda falta muito para mudar essa situação. A mudança de fase de criança para adulto ocorria de forma acelerada, desde cedo aprendem a ter responsabilidades como a enfrentar o trabalho ainda na meninice, que rapidamente finda, com casamentos precoces, perdas dos pais na adolescência etc.

Eu mesma fui criada assim que, fui criada sem pai, mesmo meu pai mesmo morreu novo, meu pai morreu com 45 anos, aí eu fui criada pelo um pai adotivo, aí não tive nem tempo de estudar, né, só mais trabalhar para ajudar

minha mãe a criar os outros irmãos mais novos. Eu não tive estudo, porque depois que os pais da gente falecem, né, a gente não tem mais aquela atividade que agente tem quando os pais da gente é vivo. Aí eu fui bolando, me casei muito nova. Me casei com 13 anos (risos). (RAIMUNDA, 2016)

A infância de muitas crianças foi tolhida. É uma etapa intrigante, em que os entrevistados geralmente referem-se como um momento de muito trabalho e dificuldade, não se nega que quando podiam “brincavam”. Seu Gonzaga (2016), por exemplo, nem chama de infância. As crianças tinham uma rotina de muito trabalho, geralmente as famílias eram compostas por uma quantidade significativa de filhos, então precisavam trabalhar para ajudar os pais a criarem os irmãos menores. Passavam algumas privações, desde alimentação, o direito do lazer, dentre outros.

Eu não chamo infância, eu não, eu sempre digo por onde eu passei, que eu de criança eu fui adulto, nunca tive, eu nunca subi do que foi brincar de papagaio, de jogar peteca... Com oito anos eu já tava tocando minha vida, comprando minha roupa, quebrando coco pra sustentar o resto da família. Na época eu ainda me lembro com onze anos, minha mãe ficou, deu, ficou tuberculosa, nós tivemos que sustentar a família todinho com onze anos de idade, quebrando coco, meus dedos era tudo (...) calçãozinho, tudo sujo de manga nas beiradas, que não tinha, era uma infância das piores. (GONZAGA, 2016)

A visão da infância como um momento negativo da vida não é uma regra geral, não se pode negar que trabalhavam muito, tentavam se refugiar nas brincadeiras e descontração de crianças, e que por vezes podia até amenizar ou “esquecer”, se é que podia das situações difíceis que enfrentavam. Guilhermina, diferente de outros entrevistados, considera sua infância como boa, apesar dos sofrimentos.

Ah é engraçado, hoje eu fico pensando assim na infância, é o que hoje, hoje eu iria ser contra, considerando o avanço de hoje, a gente ia ser tratado como trabalho escravo (...), que na verdade, não era trabalho escravo né, era, era a forma de sobrevivência da família, porque como eu já disse pra vocês, agente era doze irmãos, éramos não, somos, graças a Deus!, nunca não morreu nenhum, mas agente só tinha água nos poços dos outros, que ainda negavam né, mas agente não se dava conta disso, eu lembro que agente vivia uma infância tão boa, assim no sentido de não perceber as coisas né, não perceber a exploração e eu lembro que, (choro). Agente era muito maltratado, não pelos pais né, mais pela vida né. (GUILHERMINA, 2016)

Assistência a saúde foi também uma área bastante renegada por este omissivo Estado, o que resultou na morte de vários trabalhadores, o que poderia ter sido evitado com

políticas preventivas, com medicação acessível e postos de saúde que atendessem a carência de um povo que também precisa. Não desistiam da vida, e mesmo com todas as dificuldades iam aprendendo a se reinventar.

Nessa época tinha acesso em alguns lugar, outros não. Tinha lugar que era burro, era a pé, era na rede, era de todo jeito. O pessoal levava até onde tinha acesso de carro. [...] Às vezes trazia, aí onde pegava carro trazia. Tinha lugar que era na rede quando tava mal mesmo, não tinha negocio de moto, de bicicleta, nesse tempo não tinha isso não, ou era na rede, ou então pronto, ou era no burro se desse, num animal. Naquela época o, é chega dava dó, chegava, porque que a gente se envolvia mais conflito, a gente via as crianças, todo mundo, bichinho velho com o bucho inchado, cheio e não era de menino não, era de doença mesmo. (GONZAGA, 2016, grifos meus)

Diante de um quadro de vulnerabilidade, e da política de um Estado, que se utilizou de um discurso de progresso para atender ao interesse do capital monopolista, enquanto a maioria da população fica desprovida das condições básicas de sobrevivência, como o direito de ter um pedaço de terra para o sustento de sua família, acesso à escola, posto de saúde, uma moradia com infraestrutura, entre outros direitos.

Outro desafio que foi se configurando no Médio Mearim, foram os intensos conflitos e as diversas formas de violência contra os trabalhadores rurais. As terras que antes eram livres foram sendo paulatinamente cercadas e ocupadas. O incentivo do governo era voltado para os grandes projetos, sendo liberadas quantias financeiras consideráveis e a venda de terras também foi acelerada, vendido por preço irrisório para empresários do Sul do país e de outras regiões. Sendo pautado em relações que favoreciam a sua chegada e compra das terras maranhenses, o conflito é deflagrado gerando assim uma tensão social.

Se você procurar aqui um fazendeiro maranhense, vai ser difícil encontrar. É muito Rio Grande do Norte, Pernambuco, né, é... do Ceará, Paraíba, Sergipe... A maioria daqui são paraibano e sergipano. Inclusive, o Zé Vieira é paraibano. O grupo dele todinho é paraibano. É esse pessoal de Vitorino Freire tem uma grande fazenda, que o pessoal é sergipano, que as fazendas têm até o nome sergipano. Então, os fazendeiros mesmo latifundiários mais... Rio Grande do Norte, o pessoal dos Maias aí. (GUILHERMINA, 2014)

Os trabalhadores rurais que se estabeleceram no Médio Mearim, chegaram com o sonho de terem encontrado o *eldorado*, mas não demorou em se depararem com os conflitos agrários e buscarem formas de resistência diante dos embates com latifundiários, grileiros e outros agentes, que utilizando pistoleiros, prática ainda recorrente, efetuaram inúmeras mortes

e expropriação de trabalhadores da terra. Foi esse cenário de violência generalizada e institucionalizada que possibilitou a execução de projetos na lógica desenvolvimentista do Estado.

3. CONFLITOS AGRÁRIOS

A questão agrária, não é uma problemática que se iniciou no alvorecer do século XX, é um objeto de estudo que perpassa diferentes tempos históricos. Se voltarmos na história para analisar como a sociedade foi lidando com o tema referente à terra, teremos um problema com raízes antigas e com necessidade de soluções enérgicas e imediatas. Trata-se de uma convulsão social e que ainda hoje são perceptíveis seus desdobramentos nas reivindicações em curso.

Pode-se estudar a questão agrária no Brasil durante o período colonial, no qual as características principais são o trabalho escravo, monopólio de propriedade da terra pela Coroa e a posse entregue em concessão de uso apenas a alguns grandes latifundiários. Da mesma forma, pode-se estudar a questão agrária no final do século XX, caracterizada pelas influências do capitalismo globalizado, pelas empresas agrícolas transnacionalizadas e pelo capital financeiro. (STEDILE, 2013, p. 643)

A propriedade privada tornou-se um bem estimável e de disputa por aqueles que no empreendimento de obter lucros, investiram fortemente nessa nova estratégia de acumulação de capital, através da concentração de terra. No período colonial o uso da terra era feito através da concessão dada pelo rei, através da sesmaria, existindo, porém, uma separação entre o domínio que pertencia ao rei e a posse que pertencia a quem o rei concedia a terra, porém tinha que produzir. A contribuição do Estado foi fundamental, organizou-se juridicamente para atender uma parte da população, dentro dos propósitos de um projeto de colonização.

A Lei de Terra de 1850²⁶, por exemplo, trouxe uma mudança significativa em relação à terra. Nesse momento é reconhecido o direito de posse como direito de propriedade. Na segunda metade do século XIX, o sistema escravista estava vivenciando momentos de esfacelamento, até que no ano de 1888 foi promulgada a Lei Áurea, que anunciava o fim da escravidão. O trabalho “livre” não significou as mudanças sociais esperadas por aqueles que, enfim tinham se libertado do jugo escravista, mas continuou a beneficiar frações da sociedade, que agora não buscavam ostentar na compra de escravos e sim em propriedades, que passaram a representar o *status* social. Os cidadãos que tivessem capital para comprar os hectares de terras seriam seus proprietários, a nova Lei, limitou considerável parte da população de poder ser detentora de uma propriedade privada.

²⁶ É uma Lei que passa a determinar os parâmetros sobre a obtenção de terras, dando início ao processo de comercialização fundiária do país.

A terra, que antes era vista como um bem da natureza foi se tornando uma mercadoria dentro da lógica capitalista, e dividiu opiniões. Para a visão conservadora, o desenvolvimento capitalista na agricultura, propiciou e tem propiciado um resultado positivo, como o aumento da produção e da produtividade. Contrapondo-se a essa visão, temos os críticos marxistas, que fazem outra leitura da situação. Segundo eles, o envolvimento do capitalismo na agricultura tem resultado em problemas nos aspectos econômico, social e ambiental. Dentre eles, podemos citar como afirma Stedile (2013), a expulsão de diversas famílias do campo, aumento da violência, transformação da paisagem local, modificação do modo de produção, degradação do solo, uso de venenos agrícolas, mecanização da agricultura, entre outros. O estado do Maranhão, não ficou fora dessa lógica de transformar a terra em mercadoria, passando a ser palco de inúmeros conflitos.

A luta pela terra não se restringe apenas a posseiros. É um processo complexo que envolve também agentes ligados à Igreja Católica, políticos, órgãos do governo, instituições privadas, dentre outros, que fazem as denúncias com diferentes interesses aos órgãos competentes, que, por outro lado, tem se mostrado omissos diante da conduta do processo e do seu respectivo julgamento aos crimes cometidos, por uma gama de pistoleiros a mando de grileiros, policiais, funcionários do Estado, dentre outros envolvidos.

Utilizo o trabalho de Airton Pereira (2013), para refletir sobre a historiografia que por muito tempo fez uma leitura equivocada do conflito agrário, dividindo ele em dois grupos e de forma homogênea. Após analisar algumas obras sobre o tema, se apreende que a luta pela terra é complexa e composta por atores com interesses diversos, essa luta não se resume apenas ao confronto entre posseiros e grandes proprietários, envolve outros grupos como comerciantes, empresários, pistoleiros, aparelho do Estado, instituições de mediações, como entidades ligadas a Igreja Católica. A teia é grande e diversificada. Uma leitura simplista não daria conta de compreender os problemas agrários que ocorrem nacionalmente, tendo que ser levado em conta as especificidades das experiências, que ocorrem em espaços e temporalidades diferentes, mas que se entrelaçam em algum momento. Nesses conflitos, apesar da impunidade ter imperado, persistiu a luta pela permanência e acesso a terra. Para refletir esse contexto, faz-se necessário analisar a configuração política e econômica em que está inserido o Brasil.

3.1 Configurando o cenário político e econômico nacional no pós-50

A República Brasileira é permeada por um clima de instabilidade política, decorrente de acordos feitos entre os grupos heterogêneos que disputam o poder, desde sua proclamação e seus desdobramentos chegaram à contemporaneidade. A experiência de redemocratização no Brasil foi possível em 1945 com o fim do Estado Novo, momento de muita repressão e autoritarismo liderado por Getúlio Vargas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido entre as duas superpotências mundiais: os Estados Unidos e seus aliados, defensores do capitalismo e do outro lado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e seus aliados, defensores do socialismo, momento histórico chamado de bipolarização mundial. A segunda metade do século XX é marcada por uma disputa no campo ideológico, político e econômico.

Os Estados Unidos passam a liderar um projeto de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. Além de conter a entrada do comunismo nos países aliados da América Latina, um campo rico de matérias-primas e aberto ao capital estrangeiro. O discurso de industrialização para desenvolver os países subdesenvolvidos vai sendo montado. Com o objetivo de contribuir para sua economia é criada em 1948 a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

O cenário mundial foi modificando e interferindo na política dos países aliados. Como afirma Mendonça (1986), os projetos disputados no Brasil passaram a girar em torno do liberalismo e nacionalismo. Na volta de Getúlio Vargas ao poder em 1951, fez-se uma opção por uma política econômica nacionalista, sofrendo assim duras pressões externas e internas, pois alguns setores como o industrial se sentiam prejudicados com essa política, que foi se tornando insustentável. O desenvolvimento da indústria nacional era de forma restringida, pois para os investimentos se utilizava os recursos financeiros de impostos cobrados do setor agrícola, acabando por gerar uma dependência. A intervenção estatal despertou muitos opositores que defendiam a abertura do Brasil ao capital estrangeiro.

A palavra chave da segunda metade do século XX é desenvolvimento, marca forte do governo Juscelino Kubitschek, que venceu as eleições de 1955. O novo modelo econômico adotado no Brasil é pautado na abertura ao capital externo para redefinir o setor industrial, em associação ao capital privado e do Estado. Como afirma Mendonça (1986), essa reorientação econômica foi possível, pela concentração do capital privado nacional, a transformação do mercado interno e a mudança ocorrida na conjuntura internacional. Essa mudança possibilitou uma liberdade da dependência do setor agrário, em contrapartida, tornou-se dependente do

capital estrangeiro, que resultou ao país uma grande dívida externa, pois ao se utilizar de um discurso de modernização, fizeram-se gastos públicos exorbitantes e não se conteve a inflação.

A modernização do país e a ocupação dos “espaços vazios” continuavam como metas a serem alcançadas. O discurso do homem do campo como personagem principal para o progresso era veiculado a discursos oficiais e a imprensa. No cenário nacional eram debatidas ações para a sobrevivência do homem do campo que estava sendo atingido por epidemias, como a malária. Os esforços giravam em torno da higienização e medicalização.

No governo JK, Celso Furtado foi convidado a pensar um projeto que viesse sanar as disparidades entre as regiões do país, seu alvo era o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, como o Nordeste, que há décadas sofria com as constantes secas que passam a ser encaradas como um fenômeno social e não apenas natural. Trabalhos no intuito de garantir o progresso técnico da região Nordeste foram realizados, no ano de 1959 foi criada a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), tendo Celso Furtado como superintendente, para a execução do projeto.

A conjuntura política no início da década de 1960 é marcada por uma crise na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, ao cargo da presidência da República, os opositores se aproveitaram e tentaram a todo custo golpear a frágil democracia, ao tentarem impedir a posse do Vice João Goulart. Conhecido popularmente como Jango, logo no início do seu mandato recebeu o país em crise política e econômica, tendo que negociar com os golpistas para conseguir governar. Assumiu o país em setembro de 1961, após uma grande luta conhecida como a Campanha da Legalidade, pois os opositores ao governo não queriam que ele assumisse. Governou inicialmente com o regime parlamentarista, no qual seu poder ficaria limitado, só voltou ao sistema de governo presidencialista, após um plebiscito realizado em janeiro de 1963.

O modelo de governo de João Goulart²⁷ logo incomodou os opositores com a proposta do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado então Ministro do Planejamento, tinha como objetivo manter as taxas de crescimento da economia e conter a inflação. As Reformas de Base foi outra proposta do governo que recebeu ataque direto, pois as políticas promoveriam grandes reformas que tocariam nos aspectos da distribuição de renda, educação, taxação de remessas de lucros para as empresas estrangeiras, reforma agrária, dentre outras

²⁷ Para uma análise política e econômica do governo de João Goulart, ver o trabalho de FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

medidas inconcebíveis para aqueles que queriam tomar o poder e não aceitaram políticas voltadas para as classes populares e nem sua participação política. O debate sobre a concentração fundiária e a defesa por uma reforma agrária passou a ser pauta do governo, em 1962 criou-se a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), dentre outros órgãos. Aos poucos o cenário nacional estava voltando seus olhares para o campo.

As convulsões sociais no campo aumentavam, destacando o trabalho desenvolvido das Ligas Camponesas²⁸, que ressurgiram ao cenário nacional em 1955 com a liderança de José dos Prazeres, que fez um grande trabalho em Pernambuco. Francisco Julião foi outra liderança de destaque. As mobilizações e organização das Ligas Camponesas foram ganhando visibilidade, os opositores os viam enquanto ameaça aos interesses capitalistas e temiam a transformação do Brasil em uma revolução no modelo a Revolução Cubana de 1959.

Diante de um quadro de enfrentamento do grande capital e dos setores conservadores, Jango foi deposto da presidência do Brasil em 1964, dando início a Ditadura Civil-Militar, que perdurou por 21 anos, foi um retrocesso à frágil experiência de democracia vivida em anos anteriores. Um plano bem organizado e orquestrado por forças militares e empresariais, que com um discurso de moralidade política e de proteção do Brasil do comunismo. Os mecanismos utilizados para manter uma suposta ordem no país foram variados, repressão, torturas, prisão, perseguição aos movimentos sociais e as lideranças vistas como uma ameaça e proliferadores das ideias comunistas, assassinatos, dentre outros meios.

A abertura política foi um processo gradual, possível pelo próprio desgaste do governo ditatorial, e que envolveu fatores externos e internos.²⁹ Podemos destacar a mudança da política externa americana, com a eleição em 1976, de Jimmy Carter, que em suas estratégias defendia os direitos humanos, e se mostrava crítico aos governos que os violassem. O apoio dos Estados Unidos as ditaduras militares latino-americanas, estaria se esgotando, sendo sinalizado pelo novo presidente. Internamente o Brasil passava por uma crise econômica, intensificada pela crise do petróleo em 1973 e as altas taxas de juros internacionais, ocasionando a desestabilização da economia e do discurso do Milagre

²⁸ Para a História das Ligas Camponesas ver o trabalho de MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil. Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 157-186.

²⁹ Ver o trabalho de SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245-279.

Econômico³⁰. O momento foi também marcado por uma pressão interna, que contou com a participação popular nas ruas solicitando as Diretas Já, surgindo outros atores como lideranças sindicais, estudantes, artistas entre outros. Em 1984, foi eleito de forma indireta no Colégio Eleitoral Tancredo Neves para a presidência, processo marcado pelas negociações entre os partidos, sendo uma solução pactuada, como forma de garantir o controle das elites políticas. A transição democrática no Brasil, em um momento de desgaste do governo ditatorial. Novos acordos são feitos pela classe política e econômica. Nesse momento não podemos falar em uma ruptura total, pois o que se observa é uma continuidade de práticas, porém com uma roupagem diferente.

3.2 A questão fundiária nacional (1964-1990)

As raízes da desigualdade social que foram e ainda permanecem como as marcas do Brasil, passam por um processo de reconfiguração, sendo criados novos personagens que defendem um ideal de modernidade a contrapelo da realidade social. As elites que dominam as relações econômicas e políticas adentram nesse mundo, saindo de senhores de escravos para senhores de terras. “Ser grande proprietário de terras no Brasil é sinônimo de prestígio, *status* e autoridade”. (BRUNO, 1997, p.11). As velhas estruturas de um passado escravista se apresentam com novos atores e uma nova roupagem, em um contexto de novas experiências de dominação, marcado por tensões sociais que tem se desencadeado em atos de violência e monopólios fundiários.

Como afirma Bruno (1997), o primeiro ano do governo ditatorial, tendo a frente do país Castello Branco, teve como medida inicial a criação do Estatuto da Terra. È a primeira Lei de Reforma Agrária brasileira que foi apresentada como um projeto reformista que composto em uma mesma lei aspecto distributivista e produtivista, mostrando-se, portanto ambígua. As discussões sobre a questão conflituosa do campo tornam-se ainda mais acaloradas, a reforma agrária é pauta governamental, uma bandeira de luta que foi cooptada pelo governo como estratégia política em resposta as reivindicações sociais, prevenir que o modelo da Revolução Cubana fosse praticado no Brasil, ao mesmo tempo visava à reorganização fundiária no perfil desenvolvimentista, e uma tentativa de golpear os

³⁰ Foi um rápido e excepcional crescimento da economia brasileira durante a Ditadura Civil- Militar entre os anos de 1969 a 1973. Como resultado teve a inflação elevada, aumento da dívida externa e do abismo da desigualdade social.

latifúndios improdutivos, tidos como um obstáculo para a modernização da agricultura por meio do qual se alcançaria o crescimento econômico com o uso mais racional da terra.

A nível de política fundiária propriamente dita, o governo Castello Branco apresentou uma especificidade que é a “coexistência”, numa mesma política, de duas estratégias diferenciadas: uma, nitidamente “distributivista”, pela democratização da propriedade da terra e pela reforma agrária; outra, produtivista, concentradora, já apontando para a opção que viria a prevalecer nos anos 70, daquilo que se convencionou chamar de “modernização conservadora”. (BRUNO, 1997, p.106)

A defesa da dita modernidade foi amplamente difundida, no entanto, o Brasil continuou um país subdesenvolvido e dependente cada vez mais do capital externo. A modernização da agricultura foi sendo assim propagada como necessária e eficaz. Os grandes proprietários se aproveitaram dessa logística, se mostrando preparados para se enquadrar nesse modelo de desenvolvimento para o campo, buscando um aparato econômico, tecnológico e as políticas em curso. Os latifundiários passam a se representar enquanto produtores rurais que estariam usando a terra de forma racional, e que assim estariam contribuindo para o desenvolvimento do país e seu crescimento econômico. É uma forma também de deslegitimar a pequena produção, que, vista como uma forma arcaica, não teria condições de permanecer.

O Estatuto da Terra foi pautado em uma reforma agrária de forma moderada. Para pensar o projeto do Estatuto da Terra foi criado o Grupo de trabalho sobre Estatuto da Terra (GRET). O projeto inicial tinha como proposta um ataque a propriedade improdutiva tida como um obstáculo para a modernização da agricultura. Dividia-se entre uma política agrária e uma política agrícola, esta na prática foi a que teve maior desenvoltura, pois o governo priorizou os incentivos para a modernização da agricultura.

O Estatuto da Terra aparece então como instrumento de intervenção do Estado em dois níveis: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola. Em sua essência, o perfil de reforma explicitado no texto do ET é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem. (BRUNO, 1997, p.43).

Os proprietários rurais tiveram ampla participação para o impedimento de uma reforma agrária como instrumento de modernização política, justiça social e que modificasse a estrutura fundiária na sua base econômica, de uso e posse da terra. O *patronato rural* que

apoiou o governo ditatorial não se sentia mais representado, e teve seus interesses ameaçados pelo mesmo. Quando tentou uma democratização da propriedade privada no projeto de Lei do Estatuto da Terra, defendia com unhas e dentes como um bem sagrado que não poderia ser tocado. “Não há negociação possível! A noção de propriedade como um bem “sagrado” é o principal imaginário ordenador e identificador do conjunto das classes e grupo dominante no campo”. (BRUNO, 1997, p.35). A possibilidade de desapropriação em prol da reforma agrária foi vista como um ataque suscitando diversas reações de oposição ao governo.

Os antirreformistas criticavam de forma incisiva o projeto do governo, justificavam que a questão não era a propriedade e sim a falta de uma política de Estado que viabilizasse uma infraestrutura favorável à modernização do latifúndio, buscavam a todo custo preservar o direito a propriedade. Muitas foram as argumentações utilizadas, o que acabou resultando em modificações do anteprojeto, de forma a beneficiar o grande latifúndio e continuar a concentração de terras.

A proposta de reforma agrária difundida na Ditadura Civil- Militar não resultou em mudanças na estrutura fundiária, não passava de uma falácia e da tentativa de neutralização da luta pela terra. As pressões dos antirreformistas inviabilizaram a execução da proposta do ET, o que resultou no recuo do governo e em um direcionamento primordial voltado para a modernização da agricultura. O projeto foi reformulado visando atender aos interesses dos grandes proprietários rurais, mediante negociações, e inúmeras concessões às elites rurais. A sua aprovação no Congresso Nacional foi no dia 21 de novembro de 1964.

O Estatuto da Terra estabelecia que a propriedade não seria mais absoluta e precisaria cumprir uma função social. Esses dois elementos tiveram grande importância na própria luta dos movimentos sociais, que passaram a utilizá-los para reivindicar seus direitos. Ficaram então estabelecidos os limites da reforma agrária, por outro lado, não se pode negar a importância da aprovação do Estatuto da Terra, que passou a ser uma bandeira de luta pela sua efetivação no que diz respeito aos artigos que beneficiassem aos trabalhadores rurais. No tocante à desapropriação de áreas para a reforma agrária em propriedades que não estivessem cumprindo a função social, recorreram ao aparato jurídico nas suas estratégias, portanto, passou a ser uma reivindicação na luta pela terra, uso e posse.

A luta pela aplicação do ET passou a ser um instrumento de barganha política dos trabalhadores, e nas regiões em que o movimento social era forte, os trabalhadores negaram, na prática, e ultrapassaram os limites do Estatuto. E a reivindicação pela aplicação do ET assume então uma dimensão

particular: ela é conduzida pelos setores mais avançados do movimento sindical e mais diretamente ligados aos interesses dos trabalhadores rurais, repousa sobre uma base social mais ampla e representa, talvez, luta mais ampla do que o simples acesso à terra. (BRUNO, 1997, p.128)

A modernização da agricultura e a racionalização do uso da terra favoreceram um desenvolvimento rural que beneficiou os grandes proprietários rurais, contando com o apoio fiscal do Estado. Nesse intento, é criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural, que cedia elevada quantia fiscal para ser empreendida na compra de grandes extensões de terra, com isenção de impostos. Foi criado em 1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com objetivo de planejar e promover o desenvolvimento da Amazônia, gerando incentivos fiscais e atraindo investimentos na sua realização. O setor financeiro geriu essa lógica de desenvolvimento capitalista, no campo, com o capital interno e externo.

Outro instrumento largamente utilizado foi o incentivo fiscal direcionado para subsidiar a compra de grandes extensões de terras por empresários urbanos, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Essas operações eram estimuladas por meio de renúncia fiscal sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda, permitindo a aplicação maciça de capital financeiro na aquisição de imóveis rurais. Também se fez uso amplo da concessão de incentivos fiscais e crédito subsidiado para estimular a instalação de capitais privados nacionais e estrangeiros na região amazônica, incluindo também as regiões Nordeste e Centro-Oeste, através de iniciativas como a criação de pólos agropecuários e minerais. (PERREIRA; ALENTEJANO, 2014, p.80)

O interesse do capital nas áreas ocupadas pelos camponeses e a concentração fundiária tem contribuído para a dizimação de milhares de trabalhadores que resistem a esse modelo de desenvolvimento que por vezes tem se mostrado irracional.

Outra possível tentativa de uma reforma agrária no Brasil aconteceu em 1985, quando se vivia o momento de transição política. É anunciado pelo então Presidente da República, José Sarney, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)³¹. “Mesmo pautada nos marcos do Estatuto da Terra, a proposta do PNRA tinha um mérito: ela tentava resgatar do Estatuto, a desapropriação por interesse social como instrumento prioritário da reforma agrária.” (BRUNO, 1997, p.47). Foi uma medida social diante dos conflitos e reivindicações no campo, a proposta foi, em certo sentido, uma resposta para tentar conter a convulsão social em decorrência da enorme dívida com a população rural. Sua política foi centrada na criação

³¹ PEREIRA, Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). Revista Tempos Históricos, volume 18, 1º semestre de 2014, p. 73-111.

dos assentamentos rurais, o que se pode chamar de *política compensatória*³², mas não de uma reforma agrária genuína. São ações de um governo que age em situações extremas de conflitos, aparece não em defesa daqueles que realmente precisam, mas como protetores da propriedade privada.

As populações marginalizadas nesse processo continuaram a reivindicar a implantação de uma reforma agrária ampla, pois o que se tinha eram inúmeras promessas e um governo que agia de forma conciliatória, em localidades em que o conflito já estava deflagrado. A Legislação Agrária não tem se efetivado na prática. Há uma grande quantidade de terras privadas improdutivas e áreas devolutas que poderiam ser destinadas para a reforma agrária, mas os órgãos responsáveis não têm mostrado interesse na questão.

Conforme Bruno (1997), os antirreformistas atacaram duramente a proposta do governo. Nesse cenário acalorado surge a União Democrática Ruralista (UDR), em junho de 1985, como uma resposta ao governo, e como defesa aos direitos da propriedade privada, valendo-se da violência, característica dessa instituição. A criação da entidade ocorreu em Goiânia, e sua propagação se deu para outros estados. No caso do Maranhão teve sedes regionais em Imperatriz, São Luís e Bacabal. Os associados são prioritariamente os pecuaristas, mas conta também com setores da agroindústria, dentre outros. Para além das questões de propriedade fundiária, buscou ocupar mais espaço e uma representação política no Congresso Nacional.

A UDR não via no governo uma proteção dos seus interesses, dizia-se ameaçada pelas constantes ocupações das propriedades, o que justificava suas ações de violência como uma defesa, em seus discursos falam em contra-ataque às ações dos “invasores” das suas terras, que seriam incentivados e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Igreja Católica e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), considerados seus inimigos. Apropriam-se de um discurso de defesa a sua propriedade ao extremo, justificando a formação de milícias muito bem armadas, sendo acusados de estarem por trás de diversas ações violentas, e em alguns casos chegam à efetivação de assassinatos.

O uso da violência como opção para solução dos conflitos de terra e “proteção” da grande propriedade fundiária é seguramente a face mais conhecida da UDR, sua marca registrada. Ela atualizou o uso da pistola e incentivou a formação de milícias privadas. (BRUNO, 1997, p.81 e 82).

³² CARVALHO, Horacio Martins de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação de Reforma Agrária. Revista Negra, ano 7, n.5, p. 113- 122. Agosto- dezembro de 2004.

Diante da pressão dos antirreformistas, o PNRA foi reformulado, evitando a desapropriação como instrumento fundamental, sendo atingidas as propriedades improdutivas. Novamente a experiência de uma reforma agrária genuína não passou de especulação, o quadro nacional continua a preservar a concentração fundiária e os conflitos explodem como pólvoras geridas pelos velhos e novos atores sociais, que tem a propriedade com um bem indivisível e sagrado. “Por tudo isso, não é difícil concluir que, mais do que um simples mediador de interesses, o Estado foi o protagonista desse processo”. (PERREIRA; ALENTEJANO, 2014, p.80). Suas ações são um reflexo de defesa de interesses de uma elite rural a contrapelo da situação campesina, em que são pensadas políticas públicas ineficazes a sua real realidade de abandono.

O questionamento que fica é se realmente o governo não resolve a questão fundiária por omissão, incompetência ou por opção? Acredito pelo cenário nacional que a situação é um reflexo de uma opção política e econômica que não visa uma mudança nas bases da estrutura agrária que permanece concentrada nas mãos de poucos. A união de força política e econômica entre latifundiários, empresários, grileiros, bancários, indústrias, governo e seus agentes têm permitido entender o marasmo da problemática fundiária e da falta de interesse para a efetivação de uma reforma agrária. O que se tem é uma manutenção dos latifúndios. A política compensatória de assentamentos rurais tem atendido aos interesses do mundo neoliberal. A realização de uma reforma agrária ampla é uma esperança que ainda vive nos corações daqueles que não desistiram da luta pela terra.

3.3 A questão fundiária maranhense após a Lei de Terras 2.979

O estado do Maranhão possui um vasto território, porém com alto índice de concentração de terras nas mãos de poucos. Esse cenário se intensificou na segunda metade do século XX. A representação de um “eldorado” tão propagado por migrantes, em jornais de circulação, entre outros veículos, foi dando lugar aos grandes latifúndios, as chamadas “terras livres”, foram desaparecendo do imaginário social, que passou a vivenciar intensos conflitos no que diz respeito à terra.

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km². Significa também que ocupa o montante de 33.336.560 hectares do país, sendo o oitavo Estado da Federação em extensão territorial e o segundo da região Nordeste. Apesar de imenso, o Estado possui um pequeno número de proprietários que detém a

maioria das terras, causando conflitos e violências no campo. Grande parte da população vive na zona rural (2.511.008 - 48,08%) e é constituída por posseiros (cerca de 200 mil). (PEDROSA, s/d, p.1)

O campo maranhense vivenciou mudanças complexas ao longo do século XX, a modernidade chegou de forma acelerada, como afirma Martins (1998), as mudanças da contemporaneidade não apagam os costumes desses homens e mulheres de fronteira que tiveram que aprender a reconstruir suas vidas em virtude da propriedade privada, que foi mudando a paisagem: a terra, antes livre, passa a ser cercada e ocupada por pastagens.

O final da década de 1960 é marcado pelo pleito eleitoral que tinha como protagonista o então jovem José Sarney, que venceu as eleições para governador em 1966. Ao assumir seu mandato trazia como marca em seu discurso o Maranhão Novo³³, que atendendo a lógica desenvolvimentista nacional, investiu fortemente na infraestrutura do Estado com construções de estradas, por exemplo, atraindo consideráveis investimentos. Outra medida tomada foi à criação de Reserva Estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 1968, resultando em uma problemática fundiária, tendo uma ação dirigida pelo Estado e seus agentes que atuavam nas diversas instituições governamentais³⁴ criadas para contribuir com a ocupação e titulação das terras devolutas do Estado. Como afirma Vitor Asselin:

O passo seguinte consistiu na elaboração da Lei 2.979, e regulamentada pelo Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969. Com a nova lei, facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares. (2009, p.152)

O resultado da Lei de Terras (Lei nº 2.979, de 17/07/1969) foi devastador para o campesinato maranhense que passou a conviver com intensos conflitos, em virtude de um discurso desenvolvimentista que considerava as terras dos pequenos proprietários rurais

³³Ver o trabalho COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JUNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). História do Maranhão em Tempos de República. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

³⁴ Sobre o assunto, ver ASSELIN, Vitor (2009), em sua pesquisa vai apresentando algumas das instituições criadas no final da década de 1960 e nas duas décadas seguintes como: a Delegacias de Terras criada em 1968, a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) criada em 1971, substituída em 1979 pela Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), substituída em 1981 pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), essas instituições ajudaram na organização e execução das políticas fundiárias do Maranhão, pautada no desenvolvimento do capitalismo no campo.

improdutivas, por não produzirem em larga escala, sendo então incentivados os grandes projetos e a expulsão dos trabalhadores rurais, que resistiram às medidas impostas.

Como se observa, a dubiedade parece operar nas formas da lei e a tendência a um determinismo econômico é evidentemente expressa, o que veio a favorecer a expulsão camponesa em massa de terras já habitadas nas áreas onde os projetos econômicos de grande vulto interessaram ao Estado (BARBOSA, 2013, p.143).

Dessa situação resultam mudanças significativa no valor da terra, gerando um desencadeamento de conflitos que se intensificaram no campo maranhense com a Lei 2.979, mais conhecida como Lei de Terra Sarney, que tornava obrigatório a comprovação de titularidade, respaldava a privatização das terras públicas e incentivava a expansão de projetos agropecuários, agroindústrias, dentre outros. “Aos poucos a terra que era livremente usufruída pelos camponeses foi assumindo valor de mercado”. (LUNA, 1984, p.42-43).

A comprovação de titularidade passou a ser obrigatória no Maranhão especialmente após 1969, como afirma Pedrosa: “O complexo e inacessível processo de legitimação dos títulos de propriedade também é responsável por um verdadeiro processo de exclusão e expropriação da grande maioria dos posseiros no Estado”. (s/d, p.25). Os títulos fraudulentos vão sendo apresentados como legitimadores da posse. Transformação que não fazia sentido para muitos posseiros que se apresentam como pioneiros por terem desbravado as terras virgens quando chegaram ao Maranhão, e não por possuir uma documentação. “[...] Da parte dos pobres, dos posseiros, e dos seringueiros, outra concepção de direito à terra. O direito se legitima pelo trabalho sobre a terra bruta. ” (MARTINS, 1998, p.671). O sentido que a terra tinha para muitos deles era de uma dádiva concedida por Deus, ou seja, era um bem comum, tendo o direito aquele que trabalha na terra.

Diante de um quadro de convulsões sociais em luta pela terra entre pecuaristas e posseiros, como afirma Pedrosa (s/d) às regiões do Pindaré e do Mearim, passaram por um processo de ocupação dirigida pelo governo, sendo implantados os Projetos de Colonização atendendo uma lógica nacional que era preciso ocupar os ditos espaços vazios e desviar os focos de conflitos. Na teoria esse projeto deveria atender a assentamentos de famílias camponesas, porém na prática beneficiou os grupos detentores do poder econômico, que contou com a Lei de Terras de 1969 (Lei n.º 2.979), um instrumento jurídico que fomentou a venda das terras públicas do Maranhão, para grupos de empresas que, munidos de um discurso de modernização, tiveram facilitadas as compras de terras e o apoio dos agentes do

Estado para que os “empecilhos” fossem retirados do caminho. O assassinato de diversos trabalhadores foi uma triste realidade que abateu o campo maranhense.

As Empresas, grupos de fora do Maranhão, foram atraídas mediante anúncios de terras baratíssimas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária. Alguns grupos, para comprarem maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas, conseguindo até 100 mil hectares. Muitas delas depararam-se com posseiros dentro da áreas compradas. Organizou-se, com a participação das polícias e de milícias armadas, a “operação limpeza” das terras, uma triste página da história fundiária do Maranhão. (PEDROSA, s/d, p.19)

As terras devolutas do Estado passam a ser propriedade privada, seus donos além de comprarem as terras por um valor irrisório, ainda recebiam incentivos fiscais financiados pela SUDENE e SUDAM para dar continuidade ao projeto de modernização, que foi sendo utilizado como um bem comum à sociedade. O que se observa é que poucos grupos foram privilegiados, e que a modernização do campo de forma acelerada não trouxe o dito progresso tão propagado, e sim a expulsão de diversos camponeses que não atendiam à lógica capitalista de desenvolvimento.

Diante de um quadro de vulnerabilidade, a população camponesa buscou formas de resistir à política de um Estado, que se utilizava de um discurso de progresso para atender o interesse do capital monopolista, enquanto a maioria da população ficava desprovida das condições básicas de sobrevivência, como o direito de ter um pedaço de terra para o sustento de sua família, que seus filhos tivessem acesso a uma escola, a postos de saúde, a moradia com infra-estrutura, dentre inúmeros que poderia citar. Assim, “os direitos econômicos da renda fundiária e do lucro dominam tudo; sobrepõem-se aos direitos sociais do viver, do habitar, do comer, da intimidade e da vida privada.” (MARTINS, 1998, p.676).

A política fundiária que se desenvolveu no final da década de 1960 e que continuou nas décadas seguintes, favoreceu os proprietários dos grandes latifúndios, que contaram com o Estado, seus agentes e todo o aparato jurídico na venda das terras devolutas, na aprovação e desenvolvimento dos seus projetos. Os cartórios foram grandes aliados também nesse processo, registrando diversas documentações fraudulentas.

A consequência de todo esse quadro foi a desmoralização dos órgãos que deveriam estar a serviço do povo e que foram tanta vezes apontados como os responsáveis pela situação. De fato, foi sobejamente demonstrado que eles não passam de instrumentos a serviço do poder estabelecido, que contribuem,

sem medir esforços, para manter a espoliação. Seus quadros são preenchidos por fiéis executores, que formam os “destaques da sociedade”. O Judiciário foi castrado, a Polícia corrompida, os cartórios aliciados, e assim por diante. (ASSELIN, 2009, p.172)

No tocante a questão agrária ainda hoje tem se mostrado complexa, a concentração fundiária nas mãos de poucos tem agravado a desigualdade social e intensificando a invisibilidade de uma reforma agrária genuína. Os conflitos e os números assustadores do quadro de violência que tem se alastrado no campo, é um dos exemplos da disparidade resultante do modelo político e econômico que tem favorecido as classes dominantes em detrimento de uma população que clama pela sobrevivência.

3.4 As práticas de violência

Diante das mudanças em curso do final da década de 1960, no tocante a venda de terras públicas do estado do Maranhão muitas famílias são expulsas do campo, porque tinham a posse, mas não a titularidade da terra. A prática da grilagem se tornava cada vez mais frequente, os proprietários argumentavam estar agindo dentro da Lei, mesmo apresentando títulos fraudulentos. Como afirma Vitor Asselin (2009, p.151), a grilagem é uma ferramenta que vem sendo utilizado como um manejo para a obtenção de terras devolutas. No caso do Maranhão não é diferente, o Estado vem sendo cúmplice no uso da grilagem e das consequentes ações de violências que tem se vivenciado no campo maranhense, atendendo aos interesses dos projetos econômicos em curso, que visam a obtenção de grandes extensões de terras para desenvolvê-los.

Nesse processo de apropriação de terra, o uso de violência tornou-se frequente e de tipos variados, como física, psicológica, patrimonial, entre outras, como afirma Barbosa (2013, p.160-161). Tanto os camponeses, suas lideranças, freis e outros agentes envolvidos na luta pela terra, sentiram na pele agressões, ameaças de morte, dentre outras medidas de violência. Para o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, a violência é:

[...] como um dispositivo de poder, no qual se exerce uma relação específica com o outro, mediante o uso da força e da coerção: isto significa estarmos diante de uma modalidade de prática disciplinar, um dispositivo, que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano. (SANTOS, 1995, p.288 apud PEREIRA, 2013, p.15)

O desejo eminente de desenvolver os grandes projetos econômicos motivou diversos crimes, objetivando conseguir as extensões de terra necessárias para seus empreendimentos, como: queima e violação de casas, ameaça de morte, matança proposital de criação doméstica (porcos, galinhas), apropriação ilegal de terras, agressões físicas, prisões indevidas, cobrança de elevadas taxas pelo uso da terra, dentre outros. Desse modo, grandes proprietários e grileiros expulsam famílias ou provocam direta ou indiretamente sua expulsão.

A intensificação dos conflitos ocorreu após a Lei de Terra de 1969, acirrando a disputa entre posseiros e os supostos proprietários que apresentavam uma documentação fraudulenta, exigindo que famílias fossem expulsas de sua propriedade. Esses grileiros, contando com a participação do Estado e dos seus agentes, que atuam de forma truculenta cometendo diversos crimes, em alguns casos contratando pistoleiros para fazer valer seu poder, queimam casas, dão cabo a agressões físicas e psicológicas, tiram a vida dos militantes, dentre outros crimes. O Médio Mearim foi assim pontilhados de conflitos, como narra o entrevistado Gonzaga (2016):

[...] Os conflitos maiores foi na região do Mearim todos, mas, mas tinha vários lugares, mas mais era Lago da Pe, era Pio XII, era Olho D'água, era Vitorino, era Paulo Ramos, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Poção de Pedras, Esperantinópolis, Lagoa Grande, Pio XII, era as regiões mais que, mais de conflito, mas mesmo era a região de Bacabal, Olho D'água e tinha também essa Lima Campos também.

Como afirma Guilhermina Aguiar (2014), várias foram às formas de violências praticadas contra as famílias de diversos povoados, em que alguns conflitos resultaram na morte de lideranças, geralmente do sexo masculino, mas a violência não fica restrita ao sexo masculino. As mulheres são participantes ativas nessa luta, sofrendo também na pele a criminalidade, como os atos de estupros, espancamento, em alguns casos assassinatos e, o mais comum, presenciando as atrocidades contra maridos, filhos, pai etc.. Ao lembrar esses fatos traumáticos, perpassados por silêncios e esquecimentos (Pollak, 1989), ela se emociona e chora, o indizível torna-se dizível em meio as lágrimas. Segundo Guilhermina Aguiar (2014), nem as mortes acabaram com os movimentos de resistência, e quanto mais os trabalhadores rurais são conscientizados, a luta vai se fortalecendo. O ataque as lideranças foi uma estratégia de tentar desestabilizar a luta pela terra, como também sinaliza o entrevistado Gonzaga (2016):

[...] Naquela época era aquela coisa, nessa época o que funcionava era quem era líder, quem fosse líder podia ser mulher fosse homem estava na folha de, de ser eliminado, mas podia ser. [...] Os pecuaristas eles tinha, quem é cabeça, é fulano, é fulano, é fulano, lá pronto, eles, existia a lista, aquelas pessoas elas tinha que andar mais atento [...] o crime desse pessoal era tirar o cabeça aí o conflito acabava, mas não acabava, fazia era aumentar mais, mas eles tinham isso, na cabeça deles passava isso. A liderança, que foi muito, muito, muito abatido, Pio XII, Pio XII Zé Machado, aqui Lago da Pedra acho que foi Tintio, Tintim, esqueço o nome, teve outros vários lugares que eu não to lembrado, foi muita liderança, muito mesmo.

A prática da pistolagem é um recurso que foi sendo acionado nos conflitos agrários, e é praticada a mando daqueles que supostamente estariam sendo lesados. Contratam homens especializados para preservar a sua “propriedade”, apresentam uma documentação, mesmo que tenha conseguido de forma duvidosa, o legitima como proprietário. Os pistoleiros estão preparados para matar, com requinte de crueldades, para servir de exemplo a qualquer um que intente desobedecer às ordens. Dessa forma, o silêncio impera no campesinato que no cotidiano vivencia assassinatos, torturas, ameaças, dentre outras práticas da pedagogia do medo. O quadro de violência que tem se reproduzido no campo, com números que se tornam assustadores, tornou-se uma constância, a Igreja Católica e suas instituições fazem o papel de denuncia dessa triste realidade, como aponta os indicativos:

	1983	1984	1985
Eventos Violentos	76	121	99
Espancamento/ Agressão física	42	49	40
Sequestro/ prisão arbitrária	27	23	22
Derrubada e destruição de casa	3	10	13
Ferimentos à bala	7	13	14
Violência sexual	3	2	3
Homicídios	8	27	16

Tabela 1: Práticas de violência no Maranhão
Fonte: Jornal de Hoje, 23 de março 1986.

As práticas de violência são variadas e de forma indiscriminada, mesmo após o “fim da ditadura” e início da redemocratização do país, o campo viveu um clima de intensa violência.

Nesses assassinatos encomendados, deixar o corpo da vítima em exposição e muitas vezes desfigurado, como por exemplo, com uma parte arrancada, é um mecanismo disciplinador dos corpos dos que presenciam ou ouvem falar do ocorrido. “São práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos”. (PEREIRA, 2013, p.151). Nos velórios de lavradores o medo e o silêncio têm imperado, os atos de barbáries vêm se tornando constantes no cotidiano das famílias de lavradores, que tem perdido seus entes queridos na luta pela terra, como mostra a imagem.



Figura 1: Velório de delegado Sindical Francisco Rodriguês, no povoado Palmeiral, Município de Bacabal.

Fonte: Acervo fotográfico de Guilhermina Aguiar (2014)

Os olhares de dor, indignação e ao mesmo tempo o olhar fixo das crianças para o corpo, sem compreender o porquê de toda essa violência. Até quando homens e mulheres choraram seus mortos, nessa guerra que tem se tornado a permanência na terra e a luta por dias melhores.

A convivência dos agentes do Estado se torna notório nos atos de violência, desde a demora no recolhimento do corpo, na tomada das providencias para a elucidação do crime, poucos são aqueles presos e condenados pelo crime cometido. O aparelho do Estado é cúmplice, omisso e trata com desleixo as denúncias dos familiares. Essa teia do crime é bem esquematizada, envolvem empresários, comerciantes, influentes proprietários, policiais e em alguns casos políticos e outros agentes do Estado. Os responsáveis quase nunca respondem pelos seus atos. O nome do contratante do crime é bem preservado pelo pistoleiro contratado. Nesse jogo a impunidade reina.

A violência do campo decorre, a grosso modo, da ação de milícias formadas e armadas pelos grandes proprietários de terra, atemorizando e assassinando trabalhadores rurais, mas também devido à atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário que, na maioria das vezes têm favorecido os interesses dos proprietários e empresários rurais. (PERREIRA, 2013, p.142-143)

Nos fragmentos de jornais de circulação das décadas de 1980 em São Luís, obtidos por Alfredo Wagner Almeida (1981, p.3), são apresentados inúmeros casos de violência contra trabalhadores rurais. Eles nos ajudam a apreender que as injustiças eram praticadas indiscriminadamente a homens e mulheres. As motivações para os crimes cometidos são diversas, e geralmente atreladas à questão fundiária. Muitos destes conflitos eram deflagrados na região do Médio Mearim- MA.

Em um dos casos, os lavradores que foram os prejudicados com a queima de suas casas, sofrem a ação de manutenção de posse, além de não contar com a proteção do Estado. Os papéis se invertem, e os verdadeiros criminosos não são julgados, e ainda são resguardados pelo Estado e seus agentes que tem contribuído para essa teia de impunidade. Como exemplifica essa reportagem:

Está marcada para hoje no município de São Luís, a audiência de instrução e julgamento de uma ação de manutenção de posse, proposta pela Companhia Agropecuária do Meio Norte (Camena) contra lavradores residentes no povoado Monte Alegre e Olho d'Água dos Grilos, numa área aproximadamente três mil hectares. A Camena é responsável por tentativa de despejo e incêndio de 93 casas, fato ocorrido no dia 13 de novembro, numa operação comandada pelo grileiro Nivaldo Bueno e no cumprimento de uma liminar expedida pela Juíza Maria das Graças Mendes. Para defesa e assistência dos lavradores ameaçados, já se encontra em São Luís Gonzaga,

o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Maranhão, José de Oliveiras Sales. (Diário do Povo 17 mar 1980) ³⁵

As situações de violência no campo são noticiadas nos jornais em circulação nas décadas de 1970-1990, com visões distintas e espaços variados sobre a realidade violenta em que as famílias camponesas estão vivenciando. A Igreja Católica e as instituições vinculadas à mesma como a CPT, também se utilizaram desses meios de disputas, os jornais são armas (Capelato, 2015), muito bem usados para a venda de uma “opinião pública”. As tabelas 2 e 3 nos permitem visualizar a quantidade de conflitos e como é veiculada nos jornais a violência no campo.

Jornal	ANO	Mês	Quantidade
Diário do Norte	1985	Dezembro	01
	1986	Abril e maio	04
	1988	Fevereiro	04
Jornal de Hoje	1985	Dezembro e novembro	04
	1986	Janeiro	01
	1988	Fevereiro	02
Jornal Pequeno	1985	Dezembro e novembro	06
	1986	-----	-----
	1988	Fevereiro	06
O Debate	1985	Dezembro e novembro	03
	1986	Maio	01
	1988	Fevereiro	03

³⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conflitos de Terra no Maranhão. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Coleção Transformações, Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, volume 6).

O Imparcial	1985	Novembro	01
	1986	Maio	03
	1988	Janeiro e fevereiro	03
O Estado do Maranhão	1978	Julho	01
	1985	Novembro	01
	1986	Maio	01
	1988	Janeiro e fevereiro	04

Tabela 2: Quantitativo de conflitos agrários no Médio Mearim veiculados nos jornais. Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (Seção- Recortes de Jornais- Ano- 1978; Seção- Recortes de Jornais- Ano- 1985 (setembro a dezembro) e Recortes de jornais- Conflitos Agrários 1986) e Acervo da Biblioteca Benedito Leite.

Jornal	Análise
Diário do Norte	É um jornal que enfatiza as reportagens de violência no campo, geralmente são anunciados na primeira página do jornal. A matéria é apresentada com títulos em letras medianas e com realce amarelo de fundo. Os espaços reservados a esse tipo de reportagem são medianos. Refere-se por vezes ao trabalhador rural como “humilde trabalhador”.
Jornal de Hoje	É um jornal que apresenta as reportagens de violência no campo na coluna reservado na parte local, às vezes sendo a primeira reportagem da página. A matéria é apresentada com títulos em letras grandes. Os espaços reservados a esse tipo de reportagem são medianos. Refere-se aos trabalhadores rurais como insurgentes, invasores, violentos. Cede espaço a fala da CPT.
Jornal Pequeno	É um jornal que apresenta as reportagens de violência no campo. A matéria é apresentada com títulos em letras grandes. Os espaços reservados a esse tipo de reportagem são medianos. Cede espaço a fala da Igreja Católica.

O Debate	É um jornal que apresenta as reportagens de violência no campo. A matéria é apresentada com títulos em letras médias e em realce. Os espaços reservados a esse tipo de reportagem são medianos, tendo algumas reportagens no meio do jornal.
O Imparcial	É um jornal que apresenta as reportagens de violência no campo, mas não em destaque. A matéria é apresentada com títulos em letras médias ou pequenas sem realce. As reportagens de violência geralmente têm um espaço pequeno ou médio, assim, como o espaço que por vezes é cedido a CPT. A coluna reservado para esse tipo de reportagem são variados: cidade-polícia, local economia. Refere-se por vezes aos trabalhadores rurais como arruaceiros, destruidores de propriedades. Por mais que apresentem o fato, a imagem dos trabalhadores é representada como violentos, que atacam a propriedade legítima.
O Estado do Maranhão	É um jornal que não dá destaque as reportagens de violência no campo, geralmente são as últimas da página do jornal na coluna reservado a cidade ou violência. A matéria é apresentada com títulos em letras medianos. Os espaços reservados a esse tipo de reportagem são geralmente pequenos ou medianos. Cede espaço a fala da CPT, porém com espaços pequenos.

Tabela 3: Análise da veiculação da violência no campo nos jornais.

Fonte: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra e do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

A CPT e outras instituições ligada a Igreja Católica barganharam os seus espaços nos jornais, ainda que pequenos, como no Jornal *O Estado do Maranhão*, que não enfatiza a realidade de violência camponesa, e do *O Imparcial* que marginaliza os trabalhadores rurais, por vezes os jornais invisibilizam essa realidade de conflitos, as diferentes formas violências, que tem resultado em execuções com requintes de crueldade. O papel de denúncia nos periódicos foi importante para cobrar uma ação das forças competentes à situação da realidade campesina.

Outras formas de denunciar a violência foram usadas pela Igreja Católica, diante dos poucos espaços concedidos nos jornais que inviabilizam a problemática fundiária e as

violências cometidas contra os trabalhadores rurais, suas lideranças, representantes da Igreja, entre outros que defendem a luta pela terra. Dentre elas podemos destacar as romarias, espaços em rádio, comunicados oficiais enviados às comunidades, as missas, as crônicas que foram sendo registradas, dentre outras formas alternativas para denunciar os assassinatos e as outras formas de violência, como indicam a tabela a seguir:

Nome	Idade	Data	Local	Violência
Gonçalo Ferreira Campos (Ferreirinha), Delegado Sindical.		11/08/1985	Povoado Santa Tereza, município de Lago da Pedra.	Gonçalo Ferreira foi assassinado com 5 tiros.
-----	-----	14/10/1985	Serra Bonita, Município de Vitorino Freire.	Prisão indevida de 15 pessoas. Presos amarrados em árvores e um dos deles foi queimado com ponta de cigarro. Um dos presos foi obrigado a cavar um buraco para ser enterrado vivo. Violência patrimonial, quebrando portas e utensílios de casa. Fizeram ameaças aos moradores.
		23/11/1985	Povoado Aldeia, município de Bacabal.	Invasão de 115 soldados da Polícia Militar, prenderam dois jovens de menor.
Manoel Monteiro de	76 anos	23/11/1985	Povoado Pau Santo, município	Assassinato de Manoel com 5 tiros. Cometeram

Souza.			de Lago do Junco.	violência patrimonial, quebrando a porta da escola municipal e agrediram um rapaz com uma coronhada de revolver.
Antonio Fontenele Araujo.	26 anos	17/05/1986	Povoado Centro do Aguiar, no município Lago do Junco.	Assassinado de Antonio Fontenele Araujo.
-----	-----	06/08/1986	Povoado São Manoel, município de Lago do Junco.	Queima de casas.
Trazibe Teixeira da Conceição.	64 anos	14/02/1988	Povoado Aldeia, Município de Bacabal	Assassinato

Tabela 4: Denúncia de violência nas crônicas do Frei Adolfo Temme
 Fonte: Crônicas do Frei Adolfo Temme

A impunidade é a resposta às atrocidades praticadas. A Justiça tem se mostrado omissa, defendendo os interesses dos detentores do poder econômico em detrimento dos que realmente necessitam de ajuda. A ilegalidade é marca emblemática da dita legalidade que os proprietários utilizam em seus discursos, de que tudo foi feito conforme a Lei determina. Conforme Martins (1998):

Nas áreas novas, na chamada frente de expansão, estamos em face, portanto, de uma ilegalidade fundante, a lei imposta em favor de alguns, dos ricos e poderosos, por meio da violação de costumes e dos direitos legitimamente tidos por outros, os pobres e desvalidos. (MARTINS, 1998, p.676).

A violência é a marca estruturante da apropriação das terras devolutas do Estado, são praticas que fazem parte do cotidiano das famílias camponesas, uma forma de puni-los fisicamente, psicologicamente e simbolicamente, por se colocarem contra um modelo político e econômico desenvolvido na Ditadura Civil- Militar e que se desdobra na forjada democracia, que na verdade vai ser uma perpetuação da herança do governo ditatorial. Todavia, não

podemos pensar nos trabalhadores rurais como indivíduos passivos, são sujeitos do seu tempo e suas ações de resistências refletem a falta de um Estado que cumpra a Lei indiscriminadamente, mas que na verdade se exime de suas responsabilidades, sendo conivente, quando não provedor da violência no campo. O clamor por justiça continua a motivar a luta pela posse e uso da terra.

4. UM NOVO JEITO DE SER IGREJA

Como desdobramento do Estado de exceção proveniente da Ditadura Civil-Militar configura-se um quadro de verdadeira negação dos direitos e de extrema violência, marcas que incidem sobre a massa da sociedade. Nesse momento em que vozes são caladas e críticas ao governo são duramente reprimidas, a Igreja Católica se levanta como uma voz ao “sem vozes” e passa a denunciar os atos de barbáries do governo ditatorial. Essa mudança foi possível pela renovação interna que a Igreja Católica experimentou e que resultou no posicionamento em favor dos pobres, inspirados nas ideais da Teologia da Libertação.

Para Wagner Cabral da Costa (1994), o processo de reorganização política, no caso do Brasil, ocorre com o golpe de 1964, que resultou na violação dos direitos humanos, no fechamento político, na repressão, dentre outros. Nesse contexto gestam-se projetos nacionais, inspirados no modelo do capitalismo monopolista. O modelo político e econômico adotado pelas ditaduras militares, então em vigência na América Latina, com temporalidades diferentes e suas devidas especificidades, foi fundamental para a emergência da renovação da Igreja, que se posicionou em favor dos pobres, que viviam em situação miserável. Por outro lado, as práticas truculentas do Estado contra fieis e membros do clero, possibilitaram a tomada de posição como opositores do governo ditatorial. [...] “Na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar”. CAVA (1986, p.17).

O final da década de 1960 foi marcado por um processo de revolução na postura da Igreja Católica, que se voltou para os pobres, passando a criticar o sistema que causava a pobreza e as formas de opressão. Foi nesse contexto que nasceu o que se designou Teologia da Libertação, diante do modelo de governo ditatorial que estava tomando conta da América Latina, nascedouro e seu foco de atuação desse novo jeito de ser igreja, numa perspectiva de libertação dos jugos econômicos, políticos e sociais e no intuito de mudar o quadro de desigualdades em que estavam envolvidos.

O Concílio Vaticano II, que iniciou em 11 de outubro de 1962- 1965, liderado pelo Papa João XXIII, foi um momento de reflexão para pensar o novo rumo da Igreja, que precisou dialogar com a realidade do mundo em que se inseria e desenvolver ações que visassem tanto o aspecto espiritual como o físico, porque o ser humano é composto de carne e espírito. A Igreja Católica que se mostrava de cunho elitista e desenvolvia um trabalho social

voltado para a caridade, passou por transformações significativas que resultaram em um posicionamento de parte da instituição na defesa dos excluídos da sociedade.

O processo de revolução interna que cindiu o corpo institucional da Igreja Católica, dividindo entre conservadores e progressistas. A nova postura em defesa dos pobres, aqueles que necessitavam de uma maior atenção por parte da Igreja, foi amplamente difundida pelos progressistas. A libertação de todos os meios de opressão foi então levantando como bandeira. O Concílio do Vaticano II (1962-1965) já sinalizava a necessidade de uma adequação da Igreja Católica a realidade do mundo, em uma ação mais participativa na sociedade, e a II Conferência dos Bispos da América Latina realizada em Medellín, no ano de 1968, que foi um trabalho de refletir as necessidades da América Latina e qual postura a ser adotada pela Igreja Católica diante das transformações em curso, e da situação de pobreza em que se encontram a população marcada pela injustiça social que os tem abatido, se tinha uma necessidade de colocar em prática os ensinamentos do Concílio do Vaticano II, foram pontos chaves nesse novo jeito de ser Igreja.

Essa transformação institucional da Igreja católica como afirma Cava (1986), precisa ser refletida levando em conta fatores internos e externos que nos ajudam a um melhor entendimento. No caso do Brasil, internamente a Igreja Católica estava passando por um “esvaziamento” de fieis que estavam se convertendo ao pentecostalismo. Outro elemento que intensifica a mudança é a “crise de vocações” que atingia a Igreja Universalmente, muitas tentativas foram feitas na busca de sanar esse problema recrutando europeus para ocupar a vacância. O fator externo que muito influenciou o novo posicionamento foi a deflagração do governo ditatorial que estava tomando conta da América Latina, e no caso específico do Brasil se inicia em 1964, e logo se mostrou repressivo, violento, negou os direitos civis, dentre outras medidas que vieram a tona.

A instituição da Igreja e seus fieis logo sentiram na pele as medidas dos militares, como prisão e torturas, chegando até casos de assassinatos, o governo ditatorial reprimiu duramente as contestações. Os fieis que militavam na Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), também foram coagidos pela repressão, diante da convulsão que assolava o Brasil, a Igreja Católica se posiciona contra o governo. [...] “Na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja católica já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar”. (CAVA, 1986, p.17). A postura mudou se antes apoiaram agora se colocavam contra, nos discursos oficiais

na década de 1970, já podia ser percebido esse novo alinhamento. A Igreja torna-se porta-voz de denúncias contra a institucionalização das diferentes formas de violências e passa a defender a volta da democracia. Todos os fatores citados acima foram importantes para a reflexão da realidade social e da necessidade de ação da Igreja, imbuída de libertar os homens tanto das amarras espirituais quanto das injustiças em que estavam vivendo.

Os discursos oficiais da Igreja Católica no início da Ditadura Civil- Militar, estava de acordo com o episcopado conservador, que no ano de 1965 era maioria, por ter sido eleito para ocupar o Secretariado Nacional de Bispos do Brasil. O que vai mudar com a eleição de uma chapa mais liberal em 1970, como afirma Cava (1986). Essa cisão nos ajuda a compreender a oscilação nos discursos oficiais da Igreja Católica e nas novas condutas como, por exemplo, a criação das CEBs, que já tinha sido apontada no Concílio do Vaticano II, se intensifica na década de 1970 como uma nova estrutura da Igreja, buscando aproximação com seus fiéis, uma inovação na maneira de evangelização e de presença mais direta nas bases.

A reflexão da real situação da América Latina que vivenciou a experiência da Ditadura que foi varrendo seu território, entregue a própria sorte de um sistema opressor que nada faz para mudar a situação de uma população que clama por justiça e libertação. É com essa análise crítica da realidade que nasce a Teologia da Libertação. Como afirma Boff (2014), o nascedouro da Teologia da Libertação é na América Latina, foi expandida para a África e a Ásia. No final da década de 1960, com o resultado de Medellín em 1968, começa a se gestar a nova teologia, que na década seguinte surge com toda força e desejo de transformação social. Tem como missão uma opção pelos pobres, se colocando contra qualquer mecanismo de perpetuação da pobreza e das formas de opressão. A América Latina era, então, propícia para esse projeto por ser um lugar marcado por mazelas sociais e necessitava de uma libertação.

A Teologia da Libertação nasceu como propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] “A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora”. (BOFF, 2014, p.61)

Conforme Teixeira (2014), a Teologia da Libertação é um novo modo de ser Igreja, com abertura para a participação dos pobres e leigos. Essa nova postura foi possível

pela experiência vivenciada pelos teólogos da América Latina, que, quando se aproximaram da realidade social dos fiéis, puderam compreender a complexidade em que estavam inseridos e como precisavam libertar-se. Era necessário, pois, libertar os oprimidos e os marginalizados da condição de dependência econômica e social, pois se concebia o homem como livre para conduzir seu destino. Dessa forma, seria preciso quebrar as algemas que os prendiam e restringiam-nos a sujeitos limitados.

Os teólogos daqueles países vivem mais no meio do povo que nas bibliotecas, devem se esconder da polícia, conhecem o cárcere e a tortura, e viram com seus próprios olhos o sangue derramado pelo amor dos seres humanos. (...). São estas comunidades que cumprem o metabolismo providencial onde o Evangelho dos conquistadores transforma-se no Evangelho dos libertadores. E é seguramente por seu mérito que somos hoje, aqui homens de esperança. (BALDUCCI, 1985, p.22 apud TEIXEIRA, 2014, p. 30).

Há um clamor por justiça e uma convocação dos fiéis para uma ação conjunta de libertação. O cristão precisa ser motivado em mudar essa realidade, analisando e interpretando à luz da palavra revelada a sua vida, e tendo Jesus Cristo como exemplo, comprometido com os excluídos e os marginalizados. Segundo a TdL o povo precisava ser liberto do êxodo que o tem colocado como prisioneiro. É preciso tanto uma reflexão crítica da realidade, quanto da própria fé cristã ao estar ou não desenvolvendo uma ação libertadora integral do homem e não mantenedora da dominação e de privilégios. O caminho da fé é uma práxis libertadora não só no sentido espiritual, mas em todos os aspectos da realidade humana. Como afirma Boff (2014, p.17):

Os pobres somente deixaram de gritar quando lhes fizeram justiça, lhes devolverem a dignidade e forem considerados pessoas e filhos e filhas de Deus. A fé cristã, portanto, a partir de seu íntimo, sente-se comprometida com a libertação dos injustamente feitos sofrendores e oprimidos. Daí a prática de libertação a partir da própria fé cristã.

Segundo Faustino Teixeira (2014, p.39), passa a ser pregado um evangelho de libertação, levando esperança para os que estavam oprimidos, cumprindo a missão do Reino de Deus, que é levar salvação para os que necessitam, demonstrando assim um compromisso bíblico com o povo. A construção do Reino de Deus começaria aqui, libertando os elementos que alienam e oprime o ser humano, para se construir uma sociedade mais justa. O maior desafio seria manter viva a compaixão nas pessoas, como afirma: “Talvez hoje o maior

desafio da TdL, é o de acordar nos corações e mentes a “ecumene da compaixão”, num tempo marcado pelo desgaste da sensibilidade e pelo assustador embrutecimento das pessoas, dominadas pela lógica do mercado, da produtividade e da competição”. (TEIXEIRA, 2014, p.54).

A parte da Igreja Católica que se posicionou em favor da Teologia da Libertação percorreu um longo caminho, enfrentando lutas e desafios, que possibilitaram novas questões, sem, contudo, perder o eixo de defesa dos pobres e excluídos, ajudando-os a se organizarem e resistirem nos combates da vida. A Igreja do Povo, termo que passa a ser designada para aqueles alinhados à Teologia da Libertação, que são chamados de progressistas, e que são criticados pela ala conservadora por estarem segundo eles, politizando a Igreja e desviando de sua missão evangelizadora. Os entraves internos foram tomando grandes proporções, como por exemplo, expulsão e perseguição de membros do corpo episcopado da Igreja que se alinhavam a ala mais liberal.

Os conservadores intentam reverter³⁶ esse quadro de propagação da Igreja do Povo, na III Conferência dos Bispos da América Latina em 1979, em Puebla, México, fica explícito essa tentativa de derrocar esse modelo de Igreja que se volta para o pobre, as questões sociais e a busca pela libertação o povo da opressão seja ela no aspecto econômico, político, social e espiritual. Essa é uma luta travada dentro do corpo institucional da Igreja Católica e dos fieis que ainda está longe de chegar ao fim.

4.1 Ações Pastorais da Igreja Católica no Médio Mearim

Os trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica junto às comunidades de base espalhadas pelo Médio Mearim ajudaram os trabalhadores a se organizar politicamente e a buscar formas de resistência nos embates da luta pela terra que foi se intensificando nas décadas de 1970 e 1980. Conforme Airton Reis (2013, p. 171), com as realidades de violência e injustiça em que os camponeses se tornaram vulneráveis, especialmente a partir da década de 1970, o apoio da Igreja e das instituições ligadas à mesma foi fundamental para a organização dos movimentos de resistência e de mobilização política com a criação de pastorais que defendiam as causas dos trabalhadores rurais, auxiliando em questões políticas,

³⁶ Para o assunto de “restauração conservadora” e os embates com os progressistas, ver de CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo e SCOTT, Mainwaring (Org.). A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985). Porto Alegre: L & M; CEDEC, 1986, p. 13-45.

sociais, religiosas. A Igreja Católica desenvolveu práticas político- pedagógicas, que ajudaram na logística da luta do campesinato. Talvez a única instituição civil da sociedade a levantar a bandeira em defesa das questões agrárias. Sua ação foi importante, no momento em que os direitos dos cidadãos foram negados pelo sistema ditatorial em vigência.

O Médio Mearim foi ocupado por sujeitos que tiveram experiências de vida diversas, dentre elas podemos citar a vivência de pessoas ligadas aos movimentos de luta pela terra e vinculada à Igreja Católica, que contou também com a atuação de Freis franciscanos da ordem menor oriundos da Alemanha. Sua vinda foi em virtude de uma “crise de vocação”, precisando ocupar os cargos de vacância da Igreja, e ampliação do seu campo de atuação. A escolha do Brasil foi acertada após várias reuniões, o Arcebispo de São Luís Dom Adalberto Sobral teria feito solicitação de religiosos para reatar as tradições de franciscanos no Maranhão.

Os Freis franciscanos chegam ao Brasil em 1952 para atuar nos estados do Maranhão e Piauí. No Maranhão, a proposta inicial era trabalhar na diocese de São Luís, após perceberem que Bacabal estava em crescimento e contava com uma população considerável de migrantes, ampliaram o projeto de missão para Bacabal em 1953, dando início a trabalhos voltados para evangelização, educação, saúde, entre outros aspectos, como a terra que foi se tornando uma necessidade diante dos conflitos deflagrados e da grande luta que se tornou permanecer na terra.

Segundo Costa (1994), ficou estabelecido que a Igreja se voltasse para sua base e tivesse a tarefa de criação e ampliação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), incorporando o povo à Igreja de maneira mais participativa. Foi um momento de inserção da Igreja na realidade social, fazendo suas reflexões a partir do evangelho.

A experiência em comunidade de base proporcionaria uma aproximação com os fiéis, seria uma Igreja viva que buscaria sanar a ausência que por muito tempo foi frequente e a perda de fiéis para a Igreja Pentecostal que estava se firmando na região, era ainda uma oportunidade dos leigos desenvolverem funções dentro da Igreja. Conforme afirma Adolfo Temme (2011), os fiéis relatam com grande satisfação que estavam ajudando na construção das capelas, indicando o quanto a religiosidade era forte e presente na população.

Em *Mala de Couro*- diário de uma desobriga do Frei Adolfo Temme (2011), é recorrente em sua fala que a missão confiada não era tarefa fácil, requeria sacrifícios e abnegação do conforto, em uma região desprovida pelo Estado, que negava as condições básicas de subsistência. Enfatiza que o grupo de franciscano evangelizava com sol ou chuva,

dentre outras dificuldades citadas, o importante era libertar os oprimidos, assim como Jesus se voltada para os pobres, buscavam seguir o mesmo exemplo. Neste documento, portanto, reitera-se a representação dos franciscanos e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) como meios de libertação dos trabalhadores rurais oprimidos.

Nessas comunidades eclesiais eram realizadas por um padre as desobrigas, era um momento muito esperado e festejado, conforme o Frei Adolfo Temme (2011), em suas visitas pastorais pelas comunidades de base do Lago da Pedra em 1978. Em algumas eram recebidos com foguete, pois demorava muito de uma visita para outra. Eram celebradas missas que aludiam à luta dos trabalhadores rurais, realizados casamentos e batizados, oferecidos cursos bíblicos, orientação à saúde. Preocupavam-se também com questões referentes à educação, dentre diversos outros trabalhos realizados. Tendo um grande papel de conscientização política. Os leigos vão assumindo atribuições, como funções de dirigentes, secretários entre outras, participando de forma mais efetiva.

Os trabalhos estavam voltados para a área da educação, realizando cursos e treinamentos, reservando espaços para que as crianças fossem alfabetizadas; no campo da saúde auxiliavam com práticas farmacêuticas, como a fabricação de soro caseiro, na área da justiça, com acessória jurídica, realizando denúncias, auxiliando os trabalhadores a tirar documentos, por exemplo, certidões de nascimento, dentre outros trabalhos desenvolvidos. O estudo do evangelho também fazia parte da rotina das comunidades rurais de base do Médio Mearim. Nas homilias proferidas na década de 1970 durante as missas são recorrentes alusões à vida cotidiana dos trabalhadores rurais com o evangelho, porque além de sua vida religiosa são homens e mulheres marcadas pela luta em prol da permanência na terra de onde tiravam o sustento para suas famílias. Através da experiência nas comunidades de base, o cotidiano dos trabalhadores rurais é integrado às práticas religiosas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também teve grande importância na luta pela causa dos trabalhadores rurais. Nasce no Maranhão em 1976, como afirma Wagner Cabral da Costa (1994), com o intuito de ser uma organização autônoma, concedendo assessoria jurídica aos camponeses. Nos entraves jurídicos eram disponibilizados advogados que auxiliavam os trabalhadores rurais, os mesmos sendo acionados pelos freis ou em alguns casos pelas próprias vítimas.

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 como fruto da reação da Igreja Católica do Brasil em relação à ditadura militar. Sua criação foi uma

vitória da igreja progressista (baseada na Teologia da Libertação) que conseguiu que a secular estrutura eclesial incorporasse esse novo instrumento para lutar ao lado dos trabalhadores rurais. Assim, a CPT surgiu como um órgão ligado à CNBB e encarregado de interligar e dinamizar toda a ação da igreja no campo. (COSTA, 1994, p.14)

A CPT foi uma das instituições ligada à Igreja Católica que acolheu os trabalhadores, fazendo registro da violência, dos assassinatos, mapeando as áreas em litígio, faziam denúncias aos órgãos competentes, concedia assessoria jurídica, dentre outros trabalhos realizados. A CPT denunciava essa conivência do Estado e dos seus órgãos nas atrocidades cometidas contra os trabalhadores rurais.

O progressivo desaparecimento da propriedade rural, a expulsão ilegal de posseiros, com a conivência do Incra, e a corrupção dos cartórios, que de instrumentos da justiça fundiária tornaram-se, em vários casos, auxiliares da grilagem de terra, são algumas das denúncias contidas num documento divulgado ontem em São Luís, pela seção maranhense da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O documento acusa também os órgãos policiais com atuação no Maranhão de maltratos e assassinios, assinalando que “o que aumenta a crítica à polícia é a ligação dela com os grandes empresários e grandes grileiros”: “Nunca foi preso um latifundiário nem um grileiro, mas sempre e injustamente são espancados lavradores. Espalha-se o medo nos povoados. Ameaça-se”. (O Estado do Maranhão 17 jun 1978)³⁷.

Analisando os fragmentos de jornais disponibilizados no arquivo da CPT, é possível empreender que O Jornal *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* têm uma tendência política favorável a Ditadura Civil- Militar. Nos jornais de 1978, nas suas tiragens enfatizam que o governo e seus agentes como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³⁸, por exemplo, estão trabalhando em questões do problema fundiário no estado, que conta com o apoio do Governo Federal (período ditatorial). Em outras reportagens dos jornais são apresentadas denúncias por Bispos e representantes da CPT, se mostrando contrária à situação do campesinato que vem sofrendo violências e da conivência do Estado e dos seus agentes.

Nos jornais de circulação de 1970 a 1990, a Igreja Católica se posiciona em favor dos trabalhadores rurais, fazendo diversas denúncias sobre os conflitos agrários que tem assolado o campo maranhense. Inúmeras são as acusações trocadas nos jornais de circulação do

³⁷ Retirado dos fragmentos de jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recortes de Jornais- Ano- 1978.

³⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970, com o objetivo prioritário de realizar a reforma agrária, o cadastro dos imóveis rurais, registrar, demarcar e titular terras publicas, entre outras atribuições.

Maranhão, entre a Igreja Católica e as instituições ligadas à mesma, e os associados da UDR que responsabiliza a Igreja por incentivar atos ilegais de invasão de propriedade. Os trabalhadores rurais são representados como arruaceiros, invasores, violentos, dentre outros atributos negativos. A Igreja se contrapõe a essa visão e se defende, afirmando que não incentiva a violência, mas trabalha na politização dos trabalhadores rurais e defende sua luta em prol da terra.

No caso específico do Médio Mearim vamos ter uma instituição que surge na década de 1980, que também vai atuar no assessoramento jurídico dos trabalhadores rurais, chamada de Ajuda a Lavradores- AJULAV. Como afirma LOHER (2009), para esse trabalho jurídico, o Conselho da Custódia decidiu em reunião que fosse contratado o trabalho do advogado João Batista Sandes Macedo, pela Vice- Província Franciscana de Nossa Senhora da Assunção, e que ficariam responsáveis pelas despesas dos processos, viagens, e honorários. Inicialmente a secretária funcionou na portaria do Convento de Bacabal. Essa ajuda foi muito importante para os lavradores, que foram orientados nos procedimentos para reivindicar o direito a propriedade, em alguns casos conseguiram êxito, além no auxílio referente a prisões indevida, referente também a alguma ação de Manutenção de Posse requerida por fazendeiros, dentre outros serviços prestados.

A Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) é outra entidade ligada à Igreja Católica, que também foi muito atuante no Médio Mearim. A ACR surgiu em Pernambuco, teve suas ideias anunciadas no Maranhão pelo Frei Godofredo no fim da década de 1960, sua atuação de forma mais intensa ocorre na década de 1980, com atuação na paróquia de Bacabal, e foi estendida para outras paróquias.

O Movimento surgiu em Pernambuco e até hoje tem sua Central lá. Frei Godofredo Bauerdick conhecia o fundador Pe. Servat já no fim da década de 1960, introduziu o ideário da ACR no Maranhão. [...] A partir de 1981, Frei Godofredo começou a organizar com sua equipe encontros de conscientização também com outras paróquias. Em 1982, Frei Godofredo foi transferido para Bacabal como ecônomo. A coordenação da ACR se instalou na “casa dos professores”, ao lado do Convento de Bacabal e permanece ali até hoje. (LOHER, 2009, p.401)

Conforme Guilhermina (2014), a ACR trabalhava em parceria com a CPT, dando assistência aos trabalhadores rurais. Conscientizando-os com base no evangelho. “E a ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural era um, é um movimento. Então, tem mais essa função

de com base no Evangelho, motivar as pessoas, despertar nas pessoas as consciências delas. Então, era esse o nosso trabalho.”

Os participantes da ACR davam apoio durante os conflitos e providenciando o que as comunidades necessitavam. Como narra seu Gonzaga (2016): [...] “A ACR era mais direcionada aqueles conflitos de terra dar apoio em conflito de terra, aquele. Levar alimentação, trazer gente doente, aquela coisa, era um apoio eles”.

A ACR tinha como método ver, julga e agir. Refletindo sua realidade viam nela a necessidade de mudança, e de um julgamento pela fé através da leitura da Bíblia para a transformação da opressão em que estavam vivendo, era preciso agir, assim como o povo do êxodo caminhava em busca de uma terra prometida, eles caminhariam em busca da libertação, através da conscientização e da leitura do evangelho.

Dessa forma o trabalho das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBS), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Ajuda a lavradores (AJULAV), e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), movimentos que atuaram no Médio Mearim, ligados à Igreja Católica e as ideias da Teologia da Libertação, participaram do processo de conscientização dos direitos dos trabalhadores, e com na leitura do evangelho, sendo um auxílio, por vezes um alento diante de tanto sofrimento, e possibilitando uma logística de luta para aqueles sujeitos, que viviam em constantes conflitos.

4.2 Experiências de liderança e formas de resistências na luta pela terra.

Diante do quadro de mudanças adotado por parte da Igreja Católica que passou a ser chamada de igreja progressista, por adotar a Teologia da Libertação e por buscar libertar os pobres das injustiças e desigualdades, sejam elas econômicas, políticas ou sociais, assumem um compromisso contra a pobreza e torna-se uma aliada no processo de transformação social no campo maranhense.

O envolvimento de freis em questão de cunho político ou social foi questionado por parte da Igreja Católica alinhada a ala conservadora que via como desvio de atividades, estando contribuindo para politizar a Igreja, perdendo o foco da missão espiritual que lhes foi confiado. Nesse contexto de embates internos e da mudança de parte da própria Igreja Católica que assume uma postura de defesa do pobre e oprimido, veiculados a Teologia da Libertação que foi um novo jeito de ser Igreja, voltada para o aspecto social, com uma preferência para o pobre, aquele que clamava por libertação.

Vinculados a essa transformação que passava a Igreja Católica e as ideias da TdL, Freis franciscanos que estavam atuando no Médio Mearim envolvem-se com questões na luta pela terra, tendo em vista que a região passou a viver de forma mais intensificada conflitos agrários no final dos de 1960 e nas duas décadas seguintes. A violência que se abateu no campo maranhense contra os defensores da luta pela terra envolveu trabalhadores rurais, membros do corpo eclesiástico da Igreja, leigos e agentes que faziam parte das instituições ligadas a Igreja.

Destacarei o engajamento dos Freis franciscanos Heriberto Rembecki e Adolfo Temme que chegaram ao Maranhão em junho de 1964, foram ordenados em 1966. Atuaram na Diocese de Bacabal, que ficava responsável pelos municípios do Médio Mearim. Suas ações ministeriais foram marcadas pelos conflitos agrários em que estavam envolvidos os fieis da região. Um clima de tensão era assim experimentado pela população que passou a viver um intenso conflito para permanecer nas terras ocupadas pelas famílias de lavradores perseguidos pelos latifundiários que requeriam a terra para desenvolver seus projetos.

Em visita pastoral pelas comunidades do interior de Lago da Pedra, no ano de 1978, realizada pelo Frei Adolfo Temme, então diretor do Seminário Catequético da Diocese de Bacabal, pelo Frei Heriberto Rembecki, pároco em Lago da Pedra e o seminarista Almecy. Nessa experiência poderão ter contato com as necessidades de uma população carente de recursos básicos de sobrevivência, e dos conflitos pela questão de terra que já se tornava um triste fato.

As experiências dos freis foram assim marcadas por um clima de violência como queimas de casas, expropriação de terras, assassinatos, ameaças de mortes, entre outras ações de que eram vítimas também os leigos e como freis que passaram a ser acusados como incentivadores da agitação dos lavradores. O papel desenvolvido em dar assistências às famílias dos lavradores tanto nas suas necessidades básicas como na questão jurídicas e de denúncia foi muito significativo para essas famílias que estavam a mercê dos poderes que impunham sua dominação na apropriação das terras devolutas do estado do Maranhão.

A luta dos trabalhadores rurais do Médio Mearim não se resume apenas ao conflito. Através da leitura de Temme (2011) pode-se apreender que essa luta é feita no embate do cotidiano, buscando novas alternativas de sobrevivência. Dentre as formas de resistência descritas nas crônicas redigidas por Frei Adolfo Temme na década de 1980 (Carta vai carta vem. Lago da Pedra, 04 de setembro de 1987.), podemos citar os clubes de mães, que recebiam treinamento para se organizarem em resistência, lutando pela permanência das

famílias na terra. Auxiliam com alimentos, com instruções de como fazer o soro caseiro, que tem ajudado a salvar a vida de muitas pessoas, principalmente de crianças que são bastante afetadas pela falta de condições básicas, como por exemplo, ter direito a água tratada. Essa realidade tem se agravado tornando-se frequente a mortalidade infantil.

A conjuntura em que foi desenvolvida a ação dos freis em prol da luta pela terra foi possível pelo engajamento de lideranças ligadas às instituições vinculadas à Igreja Católica como as CEBS, CPT e ACR. Dentre esses líderes analiso inicialmente a entrevista de Guilhermina de Lima de Aguiar Silva³⁹, que foi uma coordenadora atuante da (ACR), um movimento de base ligado à Igreja Católica, que tem atuação em nível nacional. Guilhermina nasceu em 1957 em Bernardo do Mearim, (neste momento parte do município de Pedreiras e hoje pertencente ao município de Igarapé Grande), atualmente residente no município de Bacabal- MA.

A narradora tem um perfil de militante diferenciado, por ser mulher e dotada de certos conhecimentos, no setor jurídico, teológico, além da formação superior em Pedagogia. Em seu discurso enfatiza que desde cedo se envolveu com questões referentes à luta pela permanência na terra. Ao rememorar os conflitos ela vai associando a algum fato familiar, como por exemplo, a idade do filho, a sua vida familiar perpassa suas narrativas, assim como se apresenta enquanto uma liderança importante no desenvolvimento da ACR no Maranhão, que começou em 1966, porém só foi organizada no Médio Mearim em 1983 quando foi trabalhar no movimento como narra Guilhermina (2014): “Em 66. Agora, de forma mais organizada foi exatamente com a minha chegada pra cá em 83”. É uma fala bem emblemática que auto-afirma uma “pré-disposição” para militar pela causa da terra. Ela apresenta, portanto, sua trajetória com uma sequência bem estruturada, com começo, meio e fim, caindo na chamada *ilusão biográfica*, como aponta Pierre Bourdieu (1996).

Guilhermina vem de uma família de pais lavradores e de 12 irmãos. Relata que sua família era muito pobre e que seu avô materno possuía uma condição melhor. Seus pais são maranhenses e acredita que seus avôs paternos sejam de origem cearense e migraram para o município de São Luís Gonzaga, no Médio Mearim. Seus avôs maternos moravam em Matões – MA e migraram para Bernardo do Mearim, por motivo da seca de 1930, que também atingiu parte do Maranhão.

³⁹ Entrevista realizada pela Prof.^a Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira em agosto de 2014 na cidade de Bacabal.

A migração é um assunto recorrente em sua fala. Ela narra que nasceu em Bernardo do Mearim e migrou para a zona rural de Lago da Pedra antes de completar um ano. Lá cresceu e começou a ter contato com questões referentes à luta pela terra, através de interações com a Igreja Católica, participando de grupos de jovens na década de 70. Foi convidada para ir à cidade de Lago da Pedra, no início da década de 1980 por um padre da paróquia, para tomar conta de uma casa que seria um ponto de referência para os trabalhadores rurais, dando informação sobre seus direitos e auxiliando no que precisavam. Em 1983 foi transferida para o município de Bacabal, dando continuidade ao trabalho da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), que já se expandia em todo o Nordeste. A militância vai se tornando necessária e frequente diante da intensidade dos conflitos. O seu envolvimento com questões da luta pela terra começa ainda nos anos de 1970, como narra Guilhermina (2014):

Através da igreja, né. É participando de grupo de jovem ainda na década de 70, nessas coisas. Então, em Lago da Pedra quando eu morava lá na zona rural, eu fui convidada pelo padre da paróquia mais um grupo de lavradores que já participava com os jovens dali pra aquela cidade, né, pra tomar conta de uma casa, onde seria uma referência, um ponto de apoio para lavradores. Onde a gente poderia dar aquelas informações, esclarecer eles sobre os direitos que eles tinham, e como eu já tinha experiência da roça, era da roça, mas tinha toda essa convivência, né, com essa problemática, então eu fui. Por outro lado seria uma oportunidade de estudar, né. E isso foi mais ou menos na década de 80, no início da década de 80. Aí eu fui pra cidade, comecei a trabalhar com aquele grupo de lavradores, e a gente era muito ligado, organizado em células mesmo, a gente se envolvia com tudo. Aí eu comecei a me envolver também com partidos políticos, já naquela época, e a gente viajava para a paróquia do Lago da Pedra que compreendia vários municípios que era São Luís Gonzaga, Paulo Ramos, Vitorino Freire, Lago do Junco. Então, a gente andava nesses municípios todos, na zona rural, né, comunidade por comunidade fazendo esse trabalho de conscientização com os lavradores, porque eles eram posseiros. Então, a luta pela terra aqui na região, não era luta assim de ocupação de terras. Nunca foi! Mas, era de resistência na posse. [...] Então, foi a partir daí que eu me envolvi e depois eu fui transferida aqui pra Bacabal, foi em 83. Aí eu já não era responsável apenas por esses trabalhadores, a gente já era uma equipe que já acompanhava esse trabalho com os lavradores já em todo o nordeste, mais precisamente o Maranhão e o Piauí, porque a entidade que a gente trabalhava funcionava a nível de Brasil.

Outra experiência de liderança ligada a ACR é de seu Luís Gonzaga de Souza Machado, que nasceu em 1966, em Pio XII- MA. Sua mãe é do Piauí, mudou para Timbira e, depois foi morar em Pio XII. Sua família paterna é do Ceará, seu avô tinha oito filhos, sendo

o seu pai o caçula, ele tinha dois anos de idade quando saiu da cidade Pedra Branca e migraram para o Maranhão no ano de 1932, durante a viagem a mãe dele morreu no caminho, foi criado por uma e morou em Pio XII. Seus pais eram viúvos e se conheceram em Pio XII, onde se casaram e tiveram mais seis filhos, seu Gonzaga é o quinto do segundo casamento. Seu pai, do primeiro casamento, tinha cinco filhos e seu mãe tinha sete filhos. Narra uma infância difícil, com muitas privações, que trabalhou desde cedo para ajudar no sustento da família.

Uma experiência marcante na sua vida foi o assassinato do seu irmão José Machado em 29 de fevereiro de 1984, o crime foi motivado pelo seu envolvimento no conflito de terra, ele foi muito atuante como líder da CEB em Pio XII, se engajou também no Sindicato de Trabalhadores Rurais, e nos últimos anos de vida atuou na equipe da ACR da Diocese de Bacabal. Seu Gonzaga ao ser entrevistado narrou que tinha perdido um irmão em envolvimento com conflitos de terra.

[...] Apenas eu tinha treze anos, já por causa de conflito de terra, é foi morto um irmão meu, é o Zé Machado lá em Pio XII né, ele não tinha nada ver com o conflito, era, mas ele ia lá dava um apoio ao pessoal, aí ele vinha de Bacabal, quando desceu do ônibus, aí uns caras deram doze tiros nele, aí desse tempo pra cá, dessa época foi que eu conheci o frei Godofredo, foi quem me trouxe, me chamou pra ser motorista e entrar no, na, na, no ramo, na ação de apoio né. (GONZAGA, 2016)

Ao falar do assassinato do irmão, seu Gonzaga informa que ele tinha 13 anos quando ocorreu, entretanto, procurando em outras fontes novas informações como, por exemplo, nos jornais a data do ocorrido não confere. O crime ocorreu em 1984, e não em 1979, segundo sua narrativa. São traumas que deixam sequelas e cicatrizes que nem o tempo fecha, o silenciar ou o esquecer são mecanismos da memória. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. (POLLAK, 1989, p.3). Em algum momento essa memória será dizível. O assassinato do seu irmão José Machado foi bastante repercutido.



Figura 2 : Líder Camponês assassinado em 1984
 Fonte: Acervo fotográfico de Guilhermina Aguiar (2014)

Em 1984 seu Gonzaga se mudou para Bacabal a convite do frei Godofredo, para aprender a dirigir, e ocupar o cargo de motorista na paróquia de Pio XII. Nesse mesmo ano se casou com dona Ivonete, com a qual teve 2 filhas. De uma relação extraconjugal teve 1 filho. Morou no povoado por nome Mandioccal com sua esposa e trabalhava na paróquia de Pio XII, onde passou 9 meses trabalhando, depois não deu certo pois começou a se desentender com padre João que era responsável pela paróquia.

Em 1985 foi para Bacabal onde começou a trabalhar na Diocese como motorista e a fazer parte da ACR, sua esposa ficou no Povoado Mandioccal, só depois de cinco anos que conseguiu levá-la para morar com ele. Sua narrativa é construída com muito entusiasmo e satisfação por ser motorista da ACR. Enfatiza algumas ações como a de levar alimentação, pessoas doentes na Toyota e ressalta que nos momentos de conflitos sua atuação na ACR foi muito importante. Teve ações próprias como a de ajudar as mulheres a conseguir fazer a cirurgia de laqueadura, tentando convencê-las que aquela situação de carência em que viviam, com mais filhos se tornaria ainda mais difícil, já que pela sua própria experiência de uma família grande com muitos irmãos, passou muita dificuldade.

Como motorista, como motorista, era naquela época dos conflitos, aí eu era aquela pessoa que levava alimentação, trazia gente pra rua, naquela época tinha muito, não era proibido fazer ligação né, hoje se chama laquiadura, não era proibido, aí eu trazia muita gente, vendo aquelas mulher aí eu ficava com pena no interior, com cinco, seis, oito menino, não quer ligar não, ela disse:

mas não tem, aí eu tinha (...), o ex prefeito doutor Lisboa e doutor Ribeiro, era dois médico muito amigo meu, aí eu trazia, (...) vez trazia de cinco, seis mulher, aí ficava com pena delas, com um monte de menino, parindo mais tudo, eu trazia, era uma das coisas que eu fazia também muito. Uma ação minha mesmo, uma ação minha, não era da Diocese. (GONZAGA, 2016)

Em sua narrativa apresenta um homem destemido que segundo ele não tinha medo de nada, porque “o cabra só morre uma vez”. Sofreu duas tentativas de emboscada, uma em Lago do Boi e outra em São Luiz Gonzaga, por ser envolvido nas questões de conflito, ao ser um homem de frente como ele mesmo se apresenta. Ao ser perguntado sobre seu envolvimento nas questões de conflitos de terra, afirma que já participava dos encontros da ACR, porém ressalta que sua participação de forma mais efetiva é quando começar a fazer parte do grupo.

É, antes disso eu já acompanhava vários encontro de trabalhador que é a ACR, fazia muito encontro de trabalhador, com 100, 200 pessoas aqueles encontro tal, era três dia, quatro dia de encontro, eu já acompanhava assim tal, mas quando eu, eu comecei a trabalhar mesmo na Diocese, aí foi que eu, eu era um dos cabeças de entrar no conflito, a onde ninguém ia. (GONZAGA, 2016)

Seu Gonzaga é um homem de pouco estudo, conseguiu concluí a 5^o série do antigo fundamental, hoje é proprietário de um restaurante, de onde tira seu sustento. Tem uma experiência de luta e superação, que muito contribuiu na ACR e na luta pela terra.

O engajamento de seu Antonio José Carvalho é outra experiência de um líder atuante que desenvolveu sua ação na luta pela terra no povoado Aldeia e em outras localidades do Maranhão em que o conflito agrário corria solto. Ele nasceu em 1959, no povoado Brejinho, a 11 km de Aldeia, povoado localizado em Bacabal. Seus pais são cearenses, vem de uma família de 16 irmãos, e de pais lavradores. Sua família volta ao Ceará no início da década de 1960 e retorna no final da mesma. Quando chegam ao Maranhão voltam para o povoado Brejinho. Em 1972, foi morar em Aldeia. Em 1975, foi morar novamente em Brejinho. Em 1980, foi para o Bambu, município de Vitória do Mearim, onde enfrentou um conflito de terra, de lá voltou para o Brejinho. Sua presença em Aldeia já não era com residência fixa, continuava frequentar o povoado em virtude da sua irmã que morava em Aldeia e para ajudar os moradores, lá permaneceu ainda um ano.

Em 23 de novembro de 1985, Aldeia foi invadida por policiais, na ocasião acabou sendo preso, no momento estavam realizando uma reunião para discutir a situação do

povoado e quais medidas seriam então tomadas, nela estava presente Guilhermina Aguiar uma das coordenadoras da ACR e o Frei Heriberto Rembecki, que muito contribuíram na luta do povoado Aldeia. Seu Antonio participava ativamente das reuniões em que discutiam estratégias da luta que deveria ser desenvolvida em Aldeia, que estava constantemente sendo ameaçada de invasões. Seu Antonio José (2016), narra a primeira invasão do povoado Aldeia e sua prisão:

No dia que eles invadiram era uma reunião que agente tava lá e tinha muita gente, era a reunião da ACR que é a (Animação do Cristão no Meio Rural), dona Guilhermina, era o Raimundo, aí veio o doutor Sandes que é o advogado.[...] Aí o Coronel Silva Junior, com o Bacharel e os outros autoridades né, delegado, entraram na reunião, na hora que eles foram entrando o advogado foi logo no encontro com ele, disse: Coronel Silva Junior, eu sei que você tá aqui com sua tropa toda, sua tropa toda, mas eu espero que você não faça o que você fez na comunidade, na outra comunidade que ele fez, você não faça aquilo aqui, você não faça. [...] Inclusive na hora que eles entraram no barracão, era eu que tava dando depoimento lá no quadro. Dizendo quem era os culpados de invasões, de briga de terra, aí um, aí uma das pessoas culpadas que eu tinha colocado lá na hora era a, á policia do Maranhão. [...] E aí eles arrudiam e viram que não tinha outro, outro jeito começaram a conversar e andar no barracão, aí foram em cima foram em baixo, aí não acharam outro jeito aí, aí ele chegou mesmo o coronel, o Secretário de Segurança, e disse olha você tá detido, você ta detido, você vai. Eu disse não, não to fazendo nada. Não, você ta detido, levou logo, levou logo pro carro né, aí pegou outro rapaz lá na frente e pegou outro e levou, aí agente passou o dia até mais ou menos umas três horas da tarde andando com esse pessoal, aí da Aldeia agente foi pra, pra Paú Santo, só que na entrada do Paú Santo, tem uma casa de fazenda que é, é de outro fazendeiro cúmplice deles, aí agente ficou lá , nós dois ficamos lá junto com alguns policiais e os outros foram lá pro Paú Santo e lá atiraram lá pra todo lado e mataram o finado Manoel Monteiro.

Na segunda invasão do povoado Aldeia em 14 de fevereiro de 1988, seu Antonio se encontrava em Vitória do Mearim. Antes de fazer esse deslocamento já tinha conversado com os moradores sobre as possíveis invasões, tinha orientado a cortarem a estrada para impedirem a invasão do povoado. No ano de 1990, seu Antonio foi morar em Bacabal, casou-se e tiveram dois filhos, um morreu ainda bebê, sua esposa já tinha três filhos de um relacionamento anterior. Hoje continua atuando nas comunidades, e ratifica que onde tiver precisando de alguma ajudar ele está disposto a contribuir, como narra seu Antonio José, (2016):

E agora tem a comunidade do Centro do Cirilo, que é a 40 km daqui, que onde papai tá morando lá, lá praticamente é possível acontecer um conflito, já avisei o coordenador da comunidade, lá praticamente vai dar um conflito de terra. Porque o Bispo, oh o Dom Henrique quando era Bispo comprou as terras lá e deu pro povo, e agora já ta entrando fazendeiro lá dentro, e se o fazendeiro começar a meter o pé lá vai dar conflito lá na comunidade. E eu já disse pra eles, se eu tiver vivo nessa região, eu vou dizer pra eles, que a gente ta disposto a ajudar na medida do possível, que o povo não tem conhecimento, não tem tanto conhecimento.

Nos relatos das lideranças, os conflitos agrários são recorrentes. A disputa pela terra é deflagrada em vários estados brasileiros, envolvendo diversos atores como posseiros, comerciantes, empresários, grandes e pequenos proprietários de terra, instituições estatais e agentes sociais ligados à Igreja Católica e aos sindicatos rurais. Dessa forma, não se pode resumir essa luta a uma disputa entre posseiros e latifundiários, pois são conflitos complexos e compostos por vários atores, resultando em uma situação de vulnerabilidade do campesinato, uma realidade que não é exclusiva do estado do Maranhão.

Como afirma Airton Pereira (2013, p.16), estudioso de conflitos de terra no sul e sudeste do Pará a partir da década de 1970, não podemos conceber os trabalhadores rurais como passivos e apáticos nessa luta. Como sujeitos, eles se organizavam e, quando necessário, atacam, buscam formas diversas de resistência, diante de ataques de pistoleiros, ameaças de morte e outros meios usados contra eles.

Como forma de sobrevivência, os trabalhadores rurais vão buscando formas diversas de resistir. Diante do novo modelo político e econômico instaurado na Ditadura Civil- Militar, conter os movimentos e as lideranças que se levantavam contra o novo governo foi uma das medidas tomadas de forma enérgica e arbitrária. Os movimentos sociais e sindicais, e suas lideranças foram atacados como forma de desestruturar a luta. Guilhermina (2014) afirma que, uma das estratégias de luta é não identificar a liderança como forma de resguardá-los, porque são os primeiros a serem procurados pelos criminosos, que na busca de desestruturar a luta assassinam as lideranças, é uma forma de dominação sobre o corpo.

Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirar-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores. (PEREIRA, 2013, p.15)

A fuga para o mato também se tornou outra forma de resistência, pois durante as invasões dos povoados, quando a polícia, pistoleiros ou outros que estivessem aterrorizando

do local, os homens saíam e as mulheres permaneciam, participando ativamente da luta. Os trabalhadores voltavam para suas respectivas casas ou para o que havia sobrado delas, quando as ameaças eminentes do perigo se evadem do local do conflito. Foi recorrente, portanto, no Médio Mearim a permanência de lavradores após ataques aos povoados. Consideramos o não-abandono das terras, apesar do perigo iminente, uma forma de resistência. Seu Antônio Pinto (2016), ao ser perguntado sobre ação de se esconder dos homens quando o povoado era invadido, ressalta o papel da mulher na luta pela terra:

Se escondia, geralmente era o jeito viu, a metade dos homens, os armados se escondia tudo né, fica só a mulher. Agora vou lhe dizer uma coisa viu, bicho que tem coragem no mundo é mulher, mulher tem coragem, aí tinha muita mulher que enfrentava, enfrentou a policia rapaz, prensou foi no sério mesmo viu não abria pra eles não. Mas também até faca de cozinha eles levaram. Levaram tudo. [...] As mulher tinha muita coragem, mulher tem muita coragem. olha no dia que eles tocaram fogo aqui viu, eu tava lá em casa mais a mulher, a mulher disse: corre, mandando eu correr, que ela ia ficar para tirar a metade das coisas, mas como é que eu corro, corre que eu escapo, fui obrigado eu correr mesmo e ela escapou mesmo tirou a metade das coisas, coisinha pouca baldinho com roupa, rede velha, escapemo.

Outra forma de resistência são as cooperativas⁴⁰, uma atividade organizada de forma coletiva, que buscar proteger os preços e comercializar os produtos produzidos de forma autônoma em relação à hierarquização econômica, em que os comerciantes compravam a preço bem abaixo e revendiam por um mais alto, ficando com o maior lucro.

[...] Aí quando se plantava aí, aí o que, que acontecia, aí vinha o presidente da Associação comprava aquele, aquele tudo daquele pessoal, com um preço razoável, aí botava lá, aí depois com o tempo ia vendendo, as vezes quem não queria vender botava na Associação deixava lá, não fulano tem lá 15, 20 sacos de arroz tal, ele não vendeu não, não é dele lá, ta só lá segurando, era mais. [...] Aí a Associação segurava o preço né, não, tinha o dinheiro, aí não vendia mais, começou a vender mais valorizado né. Porque o cara tinha o dinheiro, não, deixa pra vender quando melhorar o preço tal. Tinha, que na hora de (inaudível) no tempo da colheita, é aquela coisa o cabra ta, o cara tem que colher o arroz, tem que colher a mandioca e não tem dinheiro, aí ele vai pega na mão do cara, o cara compra tudo baratinho, e quando a Associação ela começava, ela segurava a pessoa com o dinheiro, (inaudível), começou a valorizar mais. (GONZAGA, 2016).

A presença de freis e padres era solicitada pelos camponeses, pois passavam confiança e acreditavam que as ações truculentas e de violência seriam minimizadas com a

⁴⁰SANTOS, Manoel da Conceição. Chão de minha utopia / Manoel da Conceição Santos; Paula Elise Ferreira Soares, WilkieBuzatti Antunes, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

presença de membros da Igreja. Essa estratégia por vezes deu certo, no entanto, até os freis não era poupados das ameaças e da violência. A resistência era também na posse, mesmo diante toda pressão exercida, e diversas formas de violência no intuito de fragilizar a luta e conseguir a efetivação da expulsão das famílias dos lavradores, a decisão de permanecer na posse não era fácil, envolvia os riscos eminentes da morte, agressões, entre outras formas de violências, entretanto, foi uma estratégia muito utilizada pelas comunidades. Contaram com ajuda da Igreja Católica e das suas instituições que propiciaram toda uma logística de luta.

Entretanto, as leituras de *Mala de Couro*- diário de uma desobriga e das crônicas do frei Adolfo sinalizam para certo isolamento e autonomia das comunidades rurais. É provável que nelas a interpretação dos conflitos agrários, a luz da Teologia da Libertação se dava principalmente através da experiência cotidiana dos trabalhadores rurais. Conforme Temme (2011, p.11), assim se referia um lavrador do Médio Mearim aos pecados mortais: “exploração do próximo, grilagem de terra, bigamia pública e outros escândalos que gritam ao céu”. Essa conscientização dos trabalhadores rurais teve papel importante nas ações empreendidas na luta pela terra.

Ainda não é possível mensurar o grau de contribuição de Freis, agentes, agências, e de leigos ligados à Igreja Católica na formação e mobilização política do campesinato maranhense nas décadas de intensos conflitos no campo. É preciso rigor metodológico para analisar os discursos provenientes deste lugar. Porém é inegável o papel desempenhado por freis, padres, leigos e agências ligados à Igreja Católica neste momento, e aos projetos e ideias da Teologia da Libertação, que tornaram-se um pilar importante na resolução e fortalecimento dos embates no campo maranhense.

5 ALDEIA: ENTRE O QUERER E O RESISTIR

O povoado Aldeia fica localizado no município de Bacabal, é um dos inúmeros exemplos de conflitos deflagrados no Médio Mearim. Também conhecido por Aldeia do Odino, nome dado em homenagem a um dos primeiros moradores e considerado o fundador do povoado. Segundo os dados obtidos, Odino tinha descendência indígena.

Era o antigo que morava lá, mais velho, foi o que fundou a Aldeia. Praticamente ele era o mais velho, era mais velho, era quem organizava o povoado a comunidade, aí era respeitado como se fosse assim o delegado do povoado. Aí colocaram, o nome dele como Aldeia do Odino, assim ficou. Tinha descendência mais já longe. (Antonio José, 2016)

O povoado também era conhecido como *Aldeia dos índios*, referência aos antigos moradores, como narra dona Raimunda uma moradora antiga do povoado que se apresentou disposta a fala, dessa forma centro minha análise da história dos conflitos de terra da década de 1980 em Aldeia na sua entrevista e do seu Antonio José, pois encontrei certa resistência para conseguir entrevistar outros moradores. Alguns pelo avançar da idade tendo dificuldade de lembrar, outros que evitam falar sobre as invasões do povoado, pelo medo ainda muito visível da experiência vivida. Os mais antigos relatam que quando chegaram ao povoado, ainda viam índios, mas com a chegada de novos moradores, eles foram se afastando.

Aí eles, eles viam assim os mais antigos que ainda tinham índio assim, mais eles vinham assim provisória né, não era mesmo Aldeia mesmo certa deles né. Aí só que eles ainda chegaram a ver, aí que começou o pessoal chegarem morando, fazendo casas, acho que eles foram se afastando, mas aí, na nossa nação pra cá a gente não conheceu mais índio. Aí chama assim Aldeia dos índios né porque, porque era antigamente. Era mesmo dos índios né, mas a gente não chegou a alcançar esse tempo deles. (Raimunda, 2016)

O povoado conta com mais de um século de existência. No cemitério ainda são preservados alguns artefatos materiais, como lápides de moradores antigos que datam do século XX, sendo mais antigo que a própria cidade de Bacabal. Os moradores passaram a utilizar os artefatos como provas diante das tentativas de expulsão dos moradores, que envolve também a própria identidade do povoado. Os Freis franciscanos foram orientando os moradores da importância da conservação do cemitério antigo, tendo em vista que a

comunidade dispõe hoje de dois cemitérios, como prova cabal e legítima da existência do povoado.

As lápides que ainda são preservadas nos cemitérios, as missas realizadas no dia 23 de novembro de cada ano, em memória da primeira invasão do povoado, são rituais carregados de simbolismos, uma maneira de “reatualizar” a memória dos moradores antigos, e passa para os novos as experiências vividas nesse espaço de conflito e resistência. Os moradores enfatizam a importância de não se perder essa história, que precisa ser passado de pai pra filho, diante do esfacelamento da memória desse lugar, lembrar tem se tornado uma necessidade no curso da modernidade. São lugares de memória, como afirma Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993, p.12 e 13, grifos meus)

Um povoado antigo, inicialmente de população nativa. Os brancos foram chegando e ocupando o lugar. Alguns moradores têm características de descendência indígena, apesar de não assumirem essa identidade. O lugar era tranquilo, com plantações de roça e igarapé, que possibilitava aos moradores se alimentarem de peixe. Com o passar dos anos, se tornou um espaço de disputa e conflitos intensos.

O povo já vivia na Aldeia, já tava já com muitos anos já morando na Aldeia, inclusive lá chamava *Aldeia dos índios*, porque lá morava os índios era dos índios, ah muitos tempos atrás, inclusive lá dentro do terreno tinha uma área mais ou menos de uma meia hectare que era só frechau [sic], aquela flecha [sic], que índio atira, era só essas flechas lá, que agente tinha que tirar as flechas pra fazer gaiola pegar passarinho, essa coisas assim. Aldeia era muito, Aldeia tinha fartura, tinha fartura, porque as pessoa da época ainda tinha muito homem trabalhador que botava muita roça nessas terras, então tinha muita fartura ainda de legume, muito babaçu, muito peixe naquele igarapé, vocês que não andaram no igarapé, tinha muito peixe, hoje não tem porque já se acabou, praticamente no Brasil inteiro, mas era tranquilo agente, podia dormir desse jeito ai, com a porta aberta, não tinha movimento de ladrão não tinha essas coisas nada o povo vivia tranquilo aí foi que surgiu os fazendeiros lá querendo expulsar o povo. (ANTONIO JOSÉ, 2016)

O povoado passou a ser alvo de disputas, o desejo eminente de expulsar os moradores e se apossar das terras, resultou em conflitos e mortes. No livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*, do Frei Eurico Loher, (2009, p. 413), é apresentado um histórico dos possíveis compradores dessas terras, entre esses são citadas empresas e o último proprietário citado é Ananias Vieira Lins. Os moradores não relatam ou desconhecem essas empresas, mas falam que um fazendeiro começou a negociar a venda das terras com um morador, preferindo não revelar o nome, porque pessoas de sua família ainda residem no local. O nome de Ananias é citado como o fazendeiro que teria comprado a terra, e que contava com o apoio de seu irmão José Vieira, (político atualmente influente de Bacabal) que estaria por trás das investidas para expulsão dos moradores e apropriação das terras.

4.1 A invasão de 1985

O povoado foi invadido duas vezes, em 1985 e 1988. As ameaças de invasões são constantes e anteriores a primeira invasão que ocorreu no dia 23 de novembro de 1985. O clima de tensão é vivenciado no cotidiano. Desde proibição de fazer roça, de sair de casa, a intimidação por meio de tiros disparados por pistoleiros próximos as plantações. O medo imperava na comunidade, por outro lado, a terra é o único recurso de sobrevivência dos trabalhadores, era preciso resistir e lutar para permanecer na terra.

As primeiras invasão que a gente teve aqui foi dos jagunços querendo tomar a terra né. Pistoleiro, muito pistoleiro, alugaram uma casa ali pra beira da estrada (faz gestos), aí fazia muito tiroteio pra cá que era pra gente saí pra eles se apossarem né. Aí botaram pistoleiro lá dentro da, da nossa área pra onde a gente ia trabalhar, ficou tomada de pistoleiro, de dia que a gente quase não saía nem na porta com medo de tiro, que era muito tiro, eles faziam tiro de lá pra cá, do povoado pra cá, porque pra li realmente morava pouca gente, só morava mais mesmo era pra cá. Eu mesmo quando era de dia lavava as roupas dos meus meninos era aqui dentro de casa, que eu não tinha coragem de saí nem no meio do terreiro. Lavava dentro da bacia as roupinhas deles na bacia e estendia dentro de casa mesmo. De dia os homens ia dormir e as mulher ia fazer comida e cuidar dos meninos, de noite as mulheres ia dormir e os homens vigiar, pra eles não invadir, porque a vontade deles era de invadir a noite, aí os homens ficam de vigiar a noite todinha .Vinha comunidade de fora ajudar a gente aqui também, aí ficamos nisso, ficamos, ficamos, e eles atentando a gente pra saí, a gente sem querer saí, que não era pra saí mesmo que não era deles né, não era deles, não tinha comprado, a gente não tinha dado pra eles. (RAIMUNDA, 2016)

No dia 23 de novembro de 1985, Aldeia sofreu sua primeira invasão “oficial”, pois as ameaças já eram parte do cotidiano dos moradores que viviam sobressaltados diante das constantes intimidações. Como relatam os moradores, parecia uma guerrilha, que contou com um contingente de policiais, muito bem armados, o que foi tido como desnecessário para apenas o cumprimento de uma Ação de Manutenção de Posse, obtida por Ananias Vieira na Comarca de Bacabal⁴¹, contra sete famílias do povoado. Seu Antônio Pinto (2016), narra a primeira invasão do povoado pelos policiais:

Um dia reuniu todo mundo, todo mundo, todas essas igrejas aqui da reunião, reuniu nós passemos uma cerca bem aqui lá pra casa da Santinha, lá foi que montaram o lugar de celebrar missa viu e a reunião, quando nós tava lá, chegou 13 d-20 cheia de saldade [sic], 13, tudo armado viu, armaram a metralhadora bem aqui, armaram outra lá na saída, aí foram viu investigar o povo, rapaz nós tivemos muita sorte de não ter, mas nós só não peguemos taca nesse dia porque Deus é bom, quando ele chegou a primeira cara que ele viu foi do advogado de São Luís o senhor doutor Sandra apareceu, era Silva Junior, aí falou pra ele: mais doutor que isso dia de sábado, cê ta aqui um dia de sábado, que negocio é esse, aí ele maneirou né, mais o que tudo que é de ferro essas coisas, só não levaram arma nossa porque foi escondido tudo no mato né. Quando eles saíram daqui uma hora da tarde foram no senhor (inaudível), Pau Santo e lá eles mataram um. A polícia matou lá um velho de, nesse mesmo dia saíram daqui pro Pau Santo e os cabras do Pau Santo tavam tudinho aqui. Chegaram lá acharam o velho, o velho foi correr, correr escondendo um rifle, saiu na carreira com o rifle nas costa pra esconder, o safado atirou nele matou, tudo nesse dia. [...] Prendeu dois, inclusive Manoel aqui Tintino foi um dos que vinha, parece que veio foi mandado, prenderam ele e um rapaz do Pau Santo mesmo prenderam ele, mais com dois dias saiu. (grifos meus)

A ação era truculenta e desmedida. Chegavam invadindo as casas em busca de alguma suposta prova que legitimasse suas ações indevidas. A violência era praticada de forma indiscriminada, independente de sexo e de idade. Dona Raimunda, uma das entrevistadas relata os momentos difíceis que passou ao lado da filha, e ressalta que a presença de um representante da Igreja, era vista como um alívio, uma proteção divina naquele momento.

Eu dando papa pra menina que eu tinha tava, tava começando assim engatinhar, um chegou escançou a metralhadora bem assim no canto da

⁴¹Para mais sobre o conflito de Aldeia ver, LOHER, Eurico. Franciscanos no Maranhão e Piauí. Teresina, Halley, 2009.

mesa que eu tava dando papa pra menina né, também eu fiz de conta que eu nem tava vendo aquilo ali não, comecei a dá comida pra minha filha, aqui é na vontade de Deus, se eu tiver de morrer dando comida pra essa menina, então chegou o meu dia eu não posso correr pra lugar nenhum mesmo, porque pra todo lado que agente corria tinha gente, tinha policial, aí foi que graças a Deus, que tinha umas pessoas aqui que tava o Bispo Bom Pascar nessa época. (RAIMUNDA, 2016, grifos meus)

Provavelmente a ação da polícia não teve resultados mais drásticos no povoado, em virtude de ter a presença do advogado Sandes que trabalhava dando assistência jurídica aos trabalhadores, o Bispo Dom Pascácio, representantes da ACR, dentre outros. Levaram nesse dia três homens presos e foram em direção ao povoado Pau Santo, onde cometeram o assassinato de Manoel Monteiro de 76 anos de idade, com cinco tiros. No momento da chegada no povoado Pau Santo, seu Manoel segundo as informações nas crônicas produzidas pelo Frei Adolfo Temme e das narrativas dos moradores do povoado Aldeia, ele teria corrido para esconder uma arma no mato, quando saiu na porta do fundo da casa foi alvejado.

Aí ele chegou mesmo o coronel, o Secretário de Segurança, e disse: olha você tá detido, você ta detido, você vai. Eu disse não, não to fazendo nada. Não, você ta detido, levou logo, levou logo pro carro né, aí pegou outro rapaz lá na frente e pegou outro e levou, aí agente passou o dia até mais ou menos umas três horas da tarde andando com esse pessoal aí, aí da Aldeia agente foi pra, pra Pau Santo, só que na entrada do Pau Santo, tem uma casa de fazenda que é, é de outro fazendeiro cúmplice deles, aí agente ficou lá, nós dois ficamos lá junto com alguns policiais e os outros foram lá pro Pau Santo e lá atiraram lá pra todo lado e mataram o finado Manoel Monteiro. (ANTONIO JOSÉ, 2016)

Nesse ínterim dos conflitos, o apoio de representantes da Igreja foi muito importante, por outro lado, uma nova organização estava surgindo para fortalecer as investidas contra os trabalhadores rurais. Os proprietários rurais se unem em resposta ao anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Governo Federal, que tinha como presidente José Sarney. Em 1985, foi organizada a UDR (União Democrática Ruralista). Posteriormente foi constituindo sedes em outros estados, como por exemplo, no Maranhão, com a primeira sede em Bacabal. Essa entidade tinha como intuito proteger o direito de propriedade e lutar contra a reforma agrária.

Houve grande mobilização de Bispos, Padres e Leigos em apoio aos lavradores. Nesse período, os proprietários de terra contavam com o apoio integral da UDR- União Democrática Ruralista, que dispunha de muito dinheiro para comprar armas e munições, bem como para contratar

pistoleiros e jagunços, tentando a qualquer custo demonstrar a sua força e a fragilidade dos lavradores. No presente caso, havia interesse maior, visto que o proprietário Ananias Vieira Lins é irmão de José Vieira Lins, um dos fundadores da UDR na região, e sendo este violento e orgulhoso não poderia sair como perdedor desta disputa. (LOHER, 2009, p.415)

5.2 “Uma chuva de bala”: a invasão de 1988

Um clima de muita tensão toma conta dos moradores do povoado Aldeia, pois anterior a segunda invasão, ocorreu o assassinato do morador do povoado Manoel Neco Pereira, conhecido como Manoel Tintino, no dia 22 de janeiro de 1988, esse crime foi noticiado nos jornais de circulação da época. Como afirma Loher (2009), ele era um dos réus da Ação de Manutenção de Posse, obtida por Ananias Vieira em 1985, contra sete famílias do Povoado Aldeia. Ele foi assassinado em Bacabal, um crime de muita comoção, o sofrimento da família reflete uma realidade que vem se tornando frequente entre a população campesina, como mostra a figura.



Figura 3: Filhos de Manoel Neco choram seu assassinato.
Fonte: Acervo fotográfico de Guilhermina Aguiar (2014)

A segunda invasão, que teve proporções ainda mais drásticas, ocorreu em um domingo de carnaval, no dia 14 de fevereiro de 1988, foi liderada por policiais misturados com pistoleiros em uma ação violenta contra a comunidade. Inaldo (2016), narra que essa segunda invasão contou com uma ação conjunta de agentes do Estado e de particulares:

[...] Mas dizem que tem policial pelo meio os mesmo policiais que vieram em 85, foi os mesmo que vieram em 88. Só que assim eles não vieram fardados, vieram mesmo aí acho que pago, porque né, na época todo mundo fazia esse serviço surjo né, e era fácil, eu creio que era fácil né, mais fácil de fazer, aí eles vieram aproveitaram a oportunidade né, já tinham o desejo mesmo de tirar a gente daqui, acho que eles eram bem pago por quem tinha o interesse de tirar, de tomar essa terra da gente, e aconteceu isso aí, veio jagunço veio, tem até jagunço que o pessoal aqui conhece já, que trabalhava aqui dentro, que convivia aqui dentro entendeu da comunidade, era o que, aquele cabeça que vinha, que indicava, que mostrava tudo né, que mostrava qual o melhor caminho, como chegar até aqui. Mas tinha muito policial pelo meio entedeu, até então tem gente que fala que conhece policial que entrou aqui dentro armado nesse dia pra poder fazer esse serviço aqui com a gente né, aí a gente fica assim querendo não acreditar, porque quem pode nós defender nesse momento são, é a própria policia, e a própria policia que veio aqui atacar a gente, então a gente fica assim, ficou assim meio paralisado, sem querer acreditar, sem querer dar crédito naquilo que o pessoal falava, mas disse que houve muito policial que entrou aqui nesse dia houve, o mesminho que vieram em 85. Muitos foram os mesminho.

Antonio José (2016), ratifica essa questão:

Era misturado, misturado, pistoleiro, é tanta da gente que ninguém via quem era dentro dos carros. O pessoal não via quem era dentro do carro. E na caçamba tinha uns buracos na caçamba, que cabia só a boca da espingarda, aí era só atirando, atirando, sei lá pra onde, pra que lado fosse. (grifos meu)

Um dia aparentemente normal, até que caçambas blindadas cheia de homens fortemente armado invadiram o povoado tocando tochas de fogo nas casas. Momentos aterrorizantes, descrito por dona Raimunda, moradora das primeiras casas do povoado, que não teve tempo de correr. Seu esposo quase foi atingido por um tiro de fuzil.

Aí depois vem os fogos nas casas, botaram fogo nas casas, queimaram as casas, se o espírito não me engana foi vinte, vinte seis casas, vinte seis casas que foram queimadas, eu tava dentro de casa nesse dia, nesse dia foi um terror, foi no dia 14 de fevereiro, dia dos carnaval, os homens tinha passado a noite em vigília né, de dia eles dormia, agente ficava lutando que quando deu assim negócio de doze pra uma hora eu chamei minha garota assim (faz gesto mostrando a altura da filha), ela tinha sete anos nessa época, é, não nove anos, ela tinha nove anos nessa época, eu chamei ela pra nós ir buscar água pra lavar roupa dos meninos que eu só lavava dentro de casa né, meu marido ficou dormindo, eu disse vamos, vamos buscar um caminho de água no poço, ela levou uma latinha e eu levei uma maumita[sic], o poço era lá embaixo não tinha água, nesse tempo ainda agente buscava água no poço, quando nós chegamos no poço eu escutei os tiros, só que eles estavam avisando que eles iam entrar, as caçambas ia entrar, ninguém nem acreditava né, pensava que era só pra amedrontar agente mesmo, aí quando eu cheguei

que eu vi aqueles carros diferentes, eu disse:- minha filha corre, corre que aí vem uns carros, aí ela já com a mamita[sic] cheia na cabeça e eu também, eu correndo e pegando aqui no bracinho dela e puxando, quando nós chegamos bem aqui, aí meu menino mais velho, eu gritando pra ele, chama teu pai, chama teu pai, nessas alturas o pessoal já tava tudo correndo, só via era gente correr pra todo lado, chama teu pai, chama teu pai, com medo dele chegar e achar ele dormindo. Ele acordou torduado e correu foi pra porta. Quando ele correu pra porta eles atiraram, agente mediu um chave (faz gesto de um palmo...) assim da cabeça dele pra onde o tiro pegou. (RAIMUNDA, 2016)

A invasão de 1988 é veiculada nas reportagens dos jornais em circulação que teria sido comanda por pistoleiros. Ao entrarem no povoado mataram o morador chamado Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos de idade, que tentava fugir no momento da invasão e teve sua vida ceifada de forma brusca. Foi um momento de muito sofrimento para os moradores que não sabiam o que fazer diante da perda de um morador e da destruição do povoado. A Igreja Católica deu assistência aos moradores da comunidade prestando auxílio nas suas necessidades básicas já que muitos tinham perdido tudo, e buscava confortar o lado espiritual com celebração de missa e na participação do funeral do morador assassinado na invasão de 1988, como mostra a fotografia.

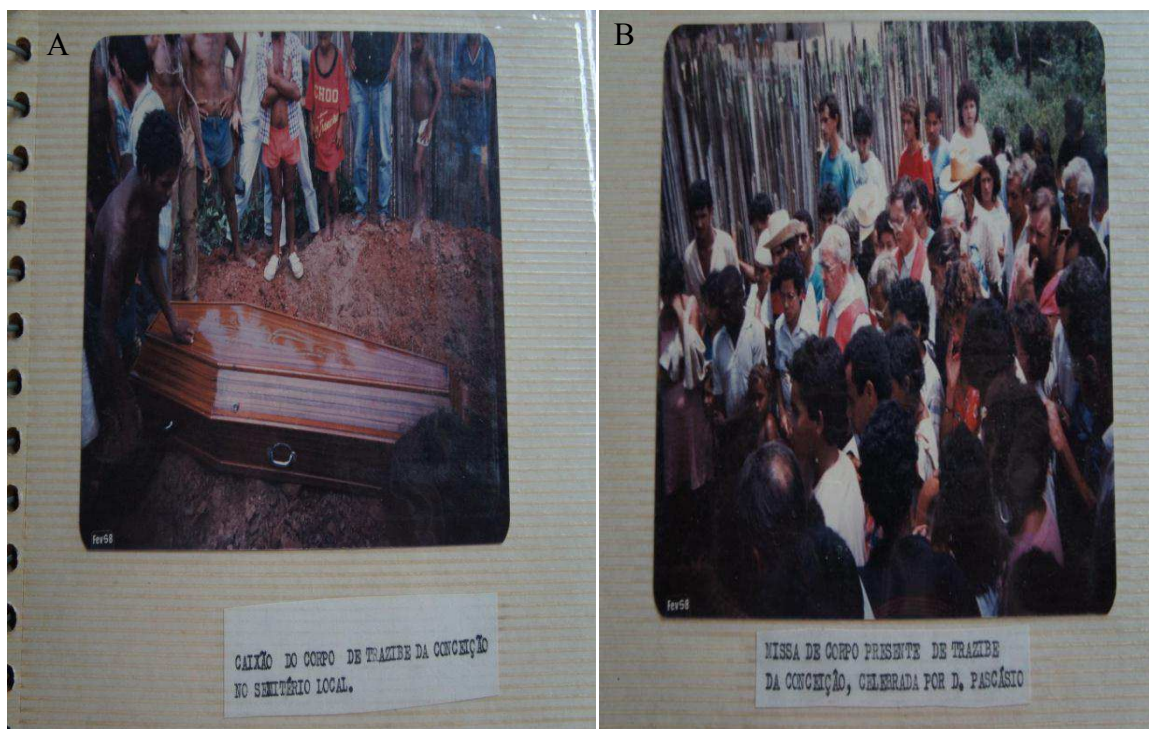


Figura 4: Enterro de Trazibe da Conceição (A). Missa de corpo Presente de Trazibe da Conceição (B).

Fonte: Acervo fotográfico de Guilhermina Aguiar (2014)

Para proteger os filhos da eminência da morte, dona Raimunda colocou-os debaixo da cama. Viveu momentos angustiantes ouvindo tiros. Sua casa ficou destruída. O povoado recebeu auxílio de outras comunidades, que se ajudavam mutuamente, pois qualquer dia podiam ser elas precisando de socorro. O Médio Mearim, por ser pontilhado de conflitos, essa troca se torna frequente e necessária. Todos ficaram surpresos por sua família conseguir sobreviver.

Aí já tava caindo os bolões de barro ali da parede do quarto e os bichinhos deitadinho debaixo da cama, já tava começando a cair bolão de barro, meu esposo chegou tirou o colchão da cama, encostou na parede, encostava caixa, encostando tudo que nós ia achando, assim pegando e encostando na parede do quarto, que eles perceberam que tinha gente aqui dentro de casa, porque tinha oitenta, oitocentas pessoas de comunidade de fora que tava nessa época pra ajudar nós, aí eles vieram daqui (fez gesto apontando pra porta do quintal), disse assim rapaz:- o Domingos e nem a família dele não saiu, já tão morto uma hora dessa, todo mundo pensou que nós estava morto, mas se não morreram até agora eles não more só (grifo meu) aí vieram, todos assim arrastando assim no chão com as armas atravessadas na boca né (faz gestos), travesando, nessa hora, nessa hora eu senti medo, ainda não tinha sentido medo até essa hora, essa hora me transpassou o medo, nessa hora eles entraram, quando eles entraram tudo de barriga no chão, aí foram atirar neles também, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, eles atiravam pra cá, eles atiravam neles, aí furaram os pneus da caçamba, das caçambas blindadas, furaram dois pneus ainda aqui, furaram, eles saíram tira, tira, tira, tira, mais (...) de covarde, saíram chamando nós aqui de covarde né, aí foram embora, aí gente foi, quando eu sai fora que eu olhei, vi logo um morto ali, (...) eles ficaram colocaram fogo naquelas casa de cima lá do alto (faz gestos apontando o lugar). (RAIMUNDA, 2016)

Em uma atitude desesperada, dona Raimunda decidiu tirar os seus filhos da casa, com medo de consumarem a tentativa de matar sua família, já que atiravam sem parar. Levou os filhos pelo quintal até o igarapé, mesmo com medo que morressem afogados. Muitas crianças ficaram perdidas dos pais, correram no mato na busca de encontrar um refúgio e um alívio para seus pés que estavam cheios de espinhos. Atravessaram igarapé e chegavam a outras comunidades. O terror assola a população.

Até agora eu guentei, mas agora vamos correr, vamos tirar os meninos daqui, os bichinhos tudo rajadinho, tudo lamiadinho de terra, tiramos e saímos com eles aqui no quintal, ficou tudo aberto, ficou tudo cheio de bala, aí eu fui e deixei eles num lugar chamado barreira, descemo aqui traversando igarapé, dentro de solta, aí deixei eles lá e voltei pra cá, eu disse vou em casa de novo pra ver, porque Domingos tinha ficado, voltei quando eu voltei só vi os estragos, muita casa queimada, muita fumaça, aqui dentro de casa o

arrependimento que eu tenho que eu não guardei as balas, que eu achei aqui dentro de casa, e os chumbos, deu dois litros. (...) Menino perdido, mãe perdeu filho, filho perdeu mãe, teve menino que pai veio ver com três dias depois sem saber onde era que tava, se pensou que tinha era morrido afogado dentro do igarapé que os bichinhos só fazia (faz gesto dos meninos pulando) cair dentro da água e saia do outro lado, foram saí em comunidade aqui, Bomba, Boa Vista, foram saí, as comunidades acolhendo os meninos, aí depois que vinha deixar, tirando os espinhos dos pés, os pés chega que tava (gestos com a mão) tudo assim duro de espinho de correr dentro do mato, aí foi que depois as comunidades vinha deixar as crianças, sem saber pra onde tava menino, menino sem saber pra onde tava mãe, (música) foi pavor, aqui foi pavor grande de mais esse aqui. (RAIMUNDA, 2016)

Após o massacre, os pistoleiros se retiram. O trabalho de entidades ligadas à Igreja Católica foi muito importante nesse momento em que as famílias perderam o pouco que tinham e recomeçar do zero não era tarefa fácil. Os auxílios começaram a chegar no dia seguinte. Nesses momentos de intenso sofrimento a solidariedade se aguça entre as comunidades, na ocasião após o massacre foi realizado uma caminha de apoio a Comunidade Aldeia, que começou do Sítio Novo e contou com um número significativo de público.

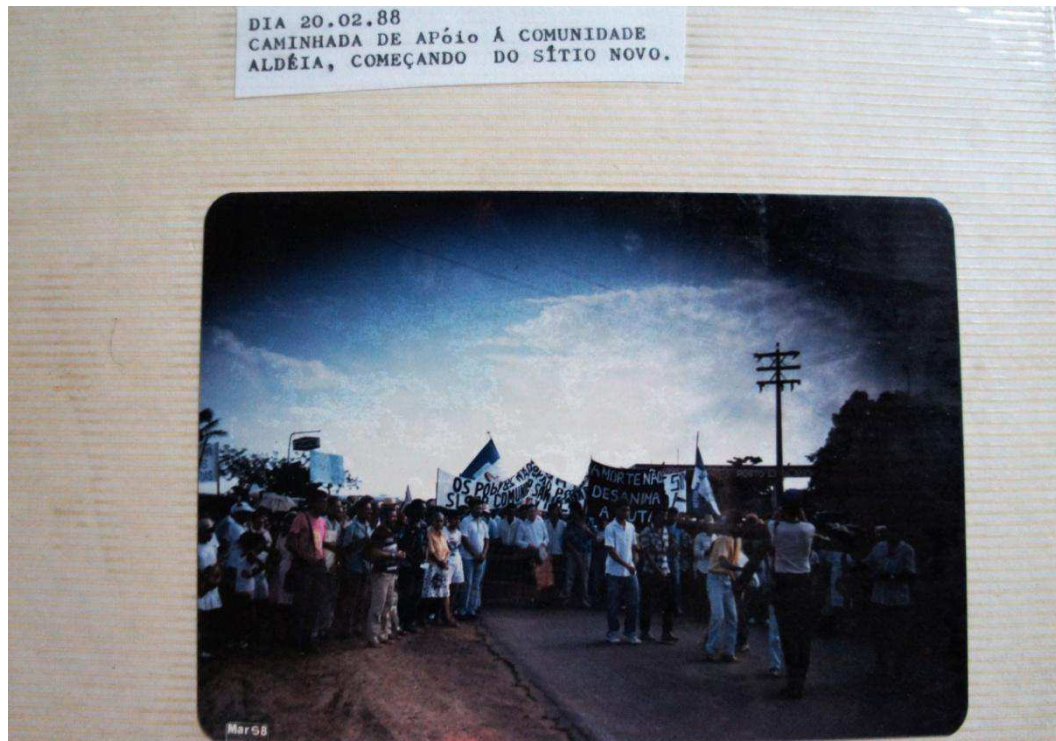


Figura 5: Caminhada de apoio a Comunidade Aldeia
Fonte: Acervo fotográfico de Guilhermina Aguiar. (2014)

A postura do governador do estado, Eptácio Cafeteira, depois do massacre foi de disponibilizar uma “proteção”, enviando policiais para permanecer no povoado. Esta ação da polícia é de certa forma contraditória, e, em um momento são os agentes da violência, e em outros são chamados para proteger a comunidade. O governador Eptácio Cafeteira determinou as construções das casas queimadas e que providencias fossem tomadas para a desapropriação da área em questão, como afirma Loher “[...] Uma área de 600 hectares de terra do Povoado Aldeia foi desapropriada pelo Governo Federal e entregue aos lavradores e suas famílias, onde permanecem morando e trabalhando até os dias de hoje. (2009, p.416). Para além das contradições inerentes ao processo, o Vice-Governador do estado, João Alberto, que no momento se encontrava em Bacabal, deu assistência ao povoado que se encontrava devastado.

Do outro dia em diante começou a chegar, era carrada mesmo de coisa pra nós, porque ninguém podia saí, aí ninguém tinha nem coragem, que um drama desse que agente passou aqui, ficou todo mundo traumatizado, quem não tinha casa que queimaram, aqueles tinha ficado casa chamava pra vim, ficava um monte, tudo dentro de uma casa só, até que mandaram fazer novamente as casa, aí foi só isso, isso aí foi verdade pura. (RAIMUNDA, 2016)

E o que ficou, foi um povoado destruído, e o sentimento de indignação, diante da barbárie sofrida. Muitos, ainda atônitos sem entender o porquê de tudo aquilo, um ódio desmedido contra os trabalhadores que resistiam em permanecer na terra. Os “trabalhadores” do suposto proprietário executavam a ordem de acabar com empecilhos para os grandes negócios. A impunidade que imperava com a conivência do Estado e dos seus agentes permitia-lhes agir das formas mais sórdidas possíveis. Pelos crimes cometidos não foram responsabilizados, e nem seus mandantes.

Diante de um estado de recessão de direitos, apoio de parte da Igreja Católica e entidades ligadas à mesma contribuíram de forma significativa na luta em prol da terra no Povoado Aldeia, assim como outros povoados na região, são exemplos de comunidades que resistiram aos ataques de pistoleiros, e dos agentes do Estado que atuaram ao lado do interesse do capital. Os diversos crimes cometidos após as duas invasões não tiveram os culpados responsabilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Médio Mearim, portanto, era ocupado por levadas de sujeitos em busca de dias melhores, com experiências de vida diversas, tornando o lugar culturalmente rico. O Médio Mearim, como afirma Marcia Ferreira (2015, p. 169), é um “locus de passagem” e também de fixação, em que muitos migrantes chegam, trocam experiências e retornam para sua terra natal com outras bagagens sociais. Essas trocas enriqueceram a construção desse espaço social. O trânsito entre o Médio Mearim e a terra de origem, faz parte do cotidiano das famílias dos migrantes. [...]. Esses cearenses eles chegam aqui no Maranhão aí quando começam a melhorar de vida de alguma coisa aí sente saudade do Ceará aí volta pra lá de novo. Aí quando começa a passar dificuldade no Ceará, aí corre pra cá pro Maranhão de novo. (ANTONIO JOSÉ, 2016).

Essa conjuntura de migração é perpassada na experiência de inúmeras famílias camponesas. As migrações são experiências recorrentes no meio rural. As mudanças constantes em busca de novas terras, quando as mesmas ficam impróprias para os plantios ou quando eram expulsos pelos supostos proprietários. “O espaço não é um cenário fixo onde se desenrolam histórias, mas um construto histórico e cultural, mutável, fugidio, penetrado e reinventado por múltiplas temporalidades. (FERREIRA, 2015, p.99)”. Assim os espaços construídos pelas famílias camponesas eram diversificados e permeados por mudanças.

Teve migração gerenciada pelo Estado, mas na maioria das vezes era espontânea, a decisão era tomada como forma de sobrevivência e da possibilidade de dias melhores, ou como em alguns casos vinham em busca de melhorias e não somente por motivo da seca. Posteriormente, a partir das transformações no campo, o Médio Mearim foi palco de inúmeros conflitos e de uma exclusão social, e ainda hoje seus desdobramentos tem se perpetuado no campo maranhense.

A segunda metade do século XX é marcada por diversas tentativas de expulsão e de formas de violências contra as famílias que resistiam na posse. Propagado enquanto um “eldorado”, em outras representações como “um grande celeiro de arroz”, o imaginário social fluía, sendo propagadas as boas novas de uma terra prospera, o que foi atraindo migrantes e demandando uma quantidade de terras que foi se tornando escassa, por outro lado a disputa com os detentores do poder econômico aliado ao poder político, que passam a investir nos grandes projetos agropecuários, financiados pelo próprio Estado, ao se apossar das terras devolutas,

aproveitando da conjuntura da Ditadura Civil- Militar, uma realidade que permanece na redemocratização do país.

O Médio Mearim não foge a essa realidade, conforme Lhoer: “os anos mais quente dos conflitos de terra foram os anos 1985-1986.” (2009, p.387). Podemos destacar ainda segundo o autor, alguns fatores que potencializaram para o aumento dos conflitos como, o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, a criação da UDR, a conscientização dos lavradores e o governo de Luís Rocha (1982- 1986). O papel da UDR nos conflitos deflagrados na região são enfatizados por alguns entrevistados, e nas reportagens de circulação nos jornais do Maranhão, em que a Igreja Católica já sinaliza a ação desse grupo, que muito contribuiu para o conflito. Nos jornais se tem uma tentativa de invisibilizar o quadro de violência que se abateu no campo maranhense, no entanto o papel de denúncia desenvolvido pela Igreja Católica e as instituições ligada a mesma, com destaque para a CPT, foi de grande valia no embate da luta pela terra

No caso específico do Maranhão, uma área de intensos conflitos agrários, e de números assustadores de violências, vai contar com um aparato jurídico, como a Lei de Terras (Lei nº 2.979, de 17/07/1969), um fator de grande relevância nessa dominação do capital nas terras do Estado, intensificando no campo maranhense o processo de privatização de terras públicas, sendo vendidas por preços baixos aos grupos de empresários, entre outros que fortaleciam as elites rurais, e fomentando os projetos agropecuários, agroindustriais. Voltando-se também para a pecuária extensiva que resulta em uma mudança significativa da terra, sendo ocupada por pastagem e cercas.

A propriedade privada tornou-se um bem apreciável, e para sua obtenção foi utilizado diversos recursos desde a coerção a violência física, era o alavancar de uma corrida por terras, obstruindo todos os empecilhos para sua realização. Dessa forma os trabalhadores rurais foram atacados duramente, pois ocupam áreas que se tornaram em disputas para os empreendimentos dos projetos industriais e agropecuárias legitimado pelo “desenvolvimento” da economia.

Desapropriação de terra em prol da Reforma Agrária é uma medida que foi e continua sendo vista com maus olhos pelas elites rurais que atacam duramente o governo quando este intenta alguma ação nessa perspectiva. A concentração fundiária é uma estrutura que se fortalece ainda hoje no país, e não tem medidas efetivas do governo para a mudança dessa realidade, acaba recuando e mantendo as alianças com velhos e novos atores, que preservam a propriedade privada como um bem intocável, e são essas manutenções que

perpetuam as desigualdades sociais e intensificam o quadro de violência no campo contra os trabalhadores rurais.

O papel desempenhado por parte da Igreja e das suas instituições foi importante pela própria fase política e econômica em que o país estava vivendo, com a Ditadura Civil-Militar, o que propiciou um cenário convulsivo da sociedade, que tiveram seus direitos retirados e a opressão tomou conta. A Igreja Católica tornou-se uma aliada importante no processo de luta pela terra, ao se voltar para os problemas da sociedade, essa mudança foi possível pela renovação interna da Igreja e pelas ideias da Teologia da Libertação, passando a se posicionar em defesa dos pobres, e criticando o governo ditatorial.

A Igreja Católica passou um processo de renovação interna, passando a refletir sobre a realidade social em que seus fieis estava inserido, e pela necessidade de se adequar as transformações em curso tanto internamente como externamente. América Latina se mostrava um campo de intensas mudanças no campo político, econômico e social, em decorrência dos governos ditatoriais em vigência.

No Brasil também um fator que muito intensificou a mudança de postura da Igreja foi a perda de fieis para o pentecostalismo, além da violência e da negação de direitos proveniente da Ditadura Civil-Militar. A opção preferencial pelos pobres se apresentava como um novo jeito de ser Igreja para parte da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, que propiciou um novo olhar para aquela parcela da sociedade que foi mais duramente atacada pelo estado exceção. No momento em que o clamor dos pobres se aguça, a Igreja Católica se coloca contra o governo ditatorial, e se levanta como uma voz defensora das causas dos oprimidos, dentre essas a luta pela terra que torna-se um bandeira tendo em vista a realidade dos conflitos agrários que estavam sendo deflagrados.

Dentro desse período, a violência é intensificada contra aqueles que ameaçavam a ordem, dentre esses estão os camponeses que sofreram as ações truculentas e desmedidas de um Estado que operava em favor do grande capital. O Estado e seus agentes favoreceram os detentores do poder político e econômico do Maranhão como de outros Estados, que foram atraídos pelas ofertas do governo na aquisição fácil de terras públicas e dos incentivos fiscais consideráveis para o desenvolvimento dos ditos grandes projetos. A apropriação de terras do estado tem se configurado em uma situação de violência cotidiana, de forma irrestrita e em números alarmantes, como vivido pelo Povoado Aldeia, assim como outros da região do Médio Mearim, são marcados pela luta em prol da permanência na terra. Esta se faz no cotidiano diante de um clima tenso de ameaças constantes de invasões e de diversas formas de

violências que foram empreendidas contra as famílias dos trabalhadores rurais, no intento de expulsá-los.

A violência, que tem assolado o campo maranhense não se restringe apenas ao período da Ditadura Civil- Militar. O Estado de exceção, de ações truculentas e desmedida do governo autoritário são ainda sentidos no período de abertura política, em que o número de ações violentas aumenta de forma significativa, e seus desdobramentos chegam até os dias atuais, o que nos faz refletir se a ditadura realmente acabou ou apenas se reconfigurou, pois a violência no campo continua e novas são as formas de reivindicação e permanência na terra, uma esperança por dias melhores ainda arde e renasce nos corações de novos e velhos atores que não desistem da luta em prol da posse e uso da terra.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo, Cortez, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Transformações, Econômicas e sociais no Campo Maranhense, volume 6).

ALVES, Rubens. **O que é religião?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ASSELIN, Victor. Grilagem, instrumento de poder. In: **Grilagem: corrupção e violência em terras dos Carajás**. Imperatriz- MA: Ética, 2009, p. 151-174.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 (Tese de doutorado).

_____. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto .O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRRJ, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: Mariana Villaça, Maria Lígia Coelho Prado (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação de Reforma Agrária**. Revista Negra, ano 7, n.5, p. 113- 122. Agosto-dezembro de 2004.

CATROGA, Fernando. Recordação e esquecimento. In: **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo e SCOTT, Mainwaring (Org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L & M; CEDEC, 1986, p. 13-45.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no Maranhão**. São Luís, UFMA, 1994. (Monografia de graduação)

_____. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). **História do Maranhão em Tempos de República**. 1 ed. São Luís/ MA; Jundiaí/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representações**. Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro: CPDO/FGV, 1991, v.5, n. 11, p.173-191.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez Ferreira. Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história política”: o retorno da História política**. Revista estudos Históricos CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, v.5, n.12, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p.224.

HERMANN, Jaqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HUNT, Lynn. A retórica da Revolução. In: **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: a história de dona Maria, história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Teresina, Halley, 2009.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA**. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **Ação política, missão pastoral e instância de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)**. São Luís: UFMA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012 (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no período de 1939-1955. In: **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.45-79.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil. Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 157-186.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez.1993.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>> Acessado em: 03/05/2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. **Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)**. *Revista Tempos Históricos*, volume 18, 1º semestre de 2014, p. 73-111.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *O Massacre de Chivitella Val diChiana. (Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REMONT, Renê. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha utopia**. Paula Elise Ferreira Soares, WilkieBuzatti Antunes, (org.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245-279.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: ALENTEJANO. P., CALDART, R. S., FRIGOTTO, G., PEREIRA, I. B. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular e Escola Politecnica de Saúde Joaquim Venâncio/ FIOCRUZ, 2013, p. 641-646.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e teologia da libertação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XIX. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: Estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Documentos escritos

TEMME, Adolfo. Mala de Couro- diário de uma desobriga. Teresina: OFM, 2011. 94 p.

_____. Fraternidade sim- violência não. 25 de fevereiro de 1983, Bacabal- MA.

_____. Onde Pedro abre, ninguém pode fechar. 01 de julho de 1984.

_____. Ferreiro da reforma. Data não informada.

_____. Via sacra do Pau Santo I. 11 de junho de 1985.

- _____. Abra a porta, povo, que já vem Jesus. 25 de outubro de 1985, Lago da Pedra.
- _____. O dia do grande horror. 23 de novembro de 1985, Lago da Pedra- MA.
- _____. Pala cruz se chega à luz. 23 de novembro de 1985, Lago da Pedra- MA.
- _____. Irmãos em Cristo: Feliz Páscoa. 30 de março de 1986.
- _____. Comunicação de Dom Pascácio Rettler. 26 de abril de 1986, Bacabal- MA.
- _____. Notícias sobre São Manoel. 29 de abril de 1986.
- _____. Simão é proibido de ser Cireneu. 17 de maio de 1986.
- _____. Funeral do lavrador. 18 de maio de 1986, Lago da Pedra- MA.
- _____. Festa da trindade. 25 de maio de 1986, Lago da Pedra- MA.
- _____. Carta vai carta vem. Junho de 1986.
- _____. Como são numerosos os meus perseguidores. 23 de julho de 1986, Lago da Pedra- MA.
- _____. Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha. 11 de agosto de 1986, Lago da Pedra- MA.
- _____. São Manoel- rogai por nós. 18 de agosto de 1986, Lago da Pedra- MA.
- _____. Desprovidos de qualquer amparo legal. Deus nos acuda. 1986.
- _____. Carta vai carta vem. Setembro de 1986.
- _____. Primeira Romaria da terra. 15 de setembro de 1986.
- _____. Notícias da paróquia. Julho de 1987.
- _____. Carta vai carta vem. Lago da Pedra, 04 de setembro de 1987.
- _____. Notícias da paróquia. Setembro e outubro de 1987.
- _____. 2ª Romaria da terra. 15 de setembro de 1987, Bacabal- MA.
- _____. Carta de Ludovico. Outubro de 1987.
- _____. Como é que vou anunciar a BOA NOVA? Dezembro de 1987.
- _____. Onde vai terminar isso? 1987/ 1988.

_____. A chacina no povoado Aldeia. 15 de fevereiro de 1988, Bacabal- MA.

_____. Quando falta justiça, a paz não pode viver. Data não informada.

_____. Hoje tirei de vós a vergonha do Egito. 10 de março de 1989, Lago da Pedra- MA.

_____. Um grito do fundo do poço. 10 de outubro de 1989, Lago da Pedra- MA.

_____. O conflito do Aguiar. 27 de outubro de 1989, Lago da Pedra- MA.

Fontes Orais

AGUIAR, João Batista. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

ASSIS, Antonio Pinto. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

CARVALHO, Antônio José. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

GUILHERMINA, de Lima de Aguiar Silva. Entrevista realizada por Márcia Milena Galdez Ferreira em Bacabal em agosto de 2014.

_____. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

LEMOS, Floripes Batista. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

MORAES, Raimunda de. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

MACHADO, Luis Gonzaga de Sousa. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

REMBECKI, Heriberto. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

REZENDE, João Batista Daguimar de. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Bacabal em Novembro de 2016.

JORNAIS

Cinco mil invasões levam terror ao Lago da Pedra. Jornal de Hoje, São Luis, 22 dez. 1985.

“Justiça e Paz” repudia a violência no interior. Jornal de Hoje, São Luis, 29 nov. 1985.

Violência no Maranhão. Jornal de Hoje, São Luis, 27 nov. 1985.

- D. Paulo adverte: Maranhão à porta de uma guerra civil. *Jornal de Hoje*, São Luis, 27 nov. 1985.
- Silva Junior comanda assassinato de lavrador. *O Imparcial*, São Luis, 24 nov. 1985.
- CPT acusa o governo de violência. *O Estado do Maranhão*, São Luis, 31 dez. 1985.
- Conflito de terra mata 25 este ano no Maranhão. *Diário do Norte*, São Luis, 29 dez. 1985.
- Vinte Federações rurais condenam Silva Junior. *Jornal Pequeno*, São Luis, 08 dez. 1985.
- CNBB solidariza com bispos do Maranhão. *Jornal Pequeno*, São Luis, 05 dez. 1985.
- Guerra no Campo. *Jornal Pequeno*, São Luis, 30 nov. 1985.
- Caos no Estado. *Jornal Pequeno*, São Luis, 28 nov. 1985.
- Cel. Silva Junior afirma: Bispo prepara uma guerra civil no Maranhão. *Jornal Pequeno*, São Luis, 27 nov. 1985.
- Comissão elabora dossiê sobre violência no campo. *O Debate*, São Luis, 14 dez. 1985.
- Advogado sofre atentado por causa de loteamento. *O Debate*, São Luis, 20 nov. 1985.
- Posse da terra causa conflitos em Bacabal. *O Debate*, São Luis, 24 nov. 1985.
- Invasão esquenta o clima no município de Lago da Pedra. *Jornal de Hoje*, São Luis, 31 jan. 1986.
- Sem terra morto por pistoleiros. *O Imparcial*, São Luis, 20 mai. 1986.
- Inquérito não está concluído. *O Imparcial*, São Luis, 25 mai. 1986.
- Polícia Federal apura crime de Lago do Junco. *O Imparcial*, São Luis, 23 mai. 1986.
- Pistoleiros assassinam posseiro e ameaçam padre. *O Estado do Maranhão*, São Luis, 20 mai. 1986.
- Padre está marcado. *Diário do Norte*, São Luís, 20 maio. 1986.
- Clima tenso na cidade de Lima Campos por causa da terra. *Diário do Norte*, São Luís, 20 maio. 1986.
- Clima tenso em Lima Campos. *Diário do Norte*, São Luís, 18 abr. 1986.
- “Mendigo” tenta matar um padre: Lima Campos. *Diário do Norte*, São Luís, 20 maio. 1986.
- Maio é “mês de morte” no interior maranhense. *O Debate*, São Luís, 28 maio. 1986.
- Padre responsabilizado por mortes e conflitos de terra. *Jornal Pequeno*, São Luis, 30 jan. 1988.
- Dezenas de casas incendiadas e lavrador é assassinado *Jornal Pequeno*, São Luis, 18 fev. 1988.
- Chacina de Bacabal mobiliza Governo. *Jornal Pequeno*, São Luis, 19 fev. 1988.

- Preso 7 pistoleiros da Chacina de Bacabal. Jornal Pequeno, São Luis, 24 fev. 1988.
- Corpo de lavrador. Jornal Pequeno, São Luis, 26 fev. 1988.
- Decreto de Sarney encerra mortes em Bacabal. Jornal Pequeno, São Luis, 27 fev. 1988.
- Governo garante segurança a lavradores de Bacabal. Jornal de Hoje, São Luis, 24 fev. 1988.
- Polícia faz exumação de um cadáver no Povoado Aldeias. Jornal de Hoje, São Luis, 26 fev. 1988.
- Casas incendiadas em Aldeia tem reconstrução. O Debate, São Luis, 19 fev. 1988.
- Governo garante tranquilidade para lavradores de Aldeia. O Debate, São Luis, 21 fev. 1988.
- Morte de lavrador tem inquérito instaurado. O Debate, São Luis, 26 fev. 1988.
- Violência se alastra no interior do Estado. Diário do Norte, São Luis, 19 fev. 1988.
- Aldeias volta à paz com desapropriação. Diário do Norte, São Luis, 21 fev. 1988.
- João Alberto dá garantias a lavradores. Diário do Norte, São Luis, 24 fev. 1988.
- Lavradores protestam na Igreja. Diário do Norte, São Luis, 03 fev. 1988.
- Líder sindical é assassinado por dois pistoleiros. . O Estado do Maranhão, São Luis, 23 jan. 1988.
- Fazendeiro e pistoleiros queimam casas em Aldeia. O Estado do Maranhão, São Luis, 18 fev. 1988.
- Governo ajuda posseiro de Aldeia. . O Estado do Maranhão, São Luis, 19 fev. 1988.
- Aldeia vai ser desapropriada. . O Estado do Maranhão, São Luis, 25 fev. 1988.
- Lavrador morto a tiros em Bacabal. O Imparcial, São Luis, 23 jan. 1988.
- Jagunços sitiavam posseiros. O Imparcial, São Luis, 02 fev. 1988.
- Governo garante apoio a lavradores. O Imparcial, São Luis, 19 fev. 1988.

Site

Portal de Agroecologia da Amazônia: <http://redeanaamazonia.blogspot.com.br>

APÊNDICE 1

Histórico dos Jornais

<p>Título: Diário do Norte</p> <p>Sem subtítulo</p> <p>Local: São Luís- MA</p> <p>Data: 1986</p> <p>Periodicidade: Diário</p> <p>Resumo: Jornal noticioso, com colunas variadas: Policial, social, esportiva, classificadas, cultural e televisão.</p>
<p>Título: Jornal de Hoje</p> <p>Sem subtítulo</p> <p>Local: São Luís- MA</p> <p>Data: 1981</p> <p>Periodicidade: Diário</p> <p>Resumo: Jornal noticioso, de grande formato, com colunas variadas, que surgiu no cenário jornalístico no dia 10 de julho de 1981.</p>
<p>Título: Jornal Pequeno</p> <p>Subtítulo: Esporte</p> <p>Local: São Luís- MA</p> <p>Data: 1947</p> <p>Periodicidade: Diário</p> <p>Resumo: Jornal nascido em 1947, com o nome de O Esporte. Em 1951 mudou o seu nome para Jornal Pequeno/ O Esporte, conservando- se um jornal essencialmente esportivo. Com o passar do tempo, o jornal tornou-se noticioso e crítico, passando a apresentar um panorama nacional, com pequenas noticias sobre alguns estados e colunas relacionadas a cinema, agricultura e pecuária, assim como, noticias de esporte. Com os anos é possível perceber o</p>

caráter nitidamente político desse periódico. Diário de orientação popular, tendo como diretor, José Ribamar Bogéa e gerente, Quintino Bogéa. Atualmente, permanece sendo um jornal diário com colunas diversificado, mas tendo como destaque as denúncias políticas. A diretora-presidente é Hilda Marques Bogéa.

Título: O Debate

Subtítulo: Uma tribuna do povo

Local: São Luís- MA

Data: 1983

Periodicidade: Seis vezes por semana

Resumo: Jornal noticioso, com colunas variadas, que nasceu em 24 de maio de 1983, com o objetivo de ser “um instrumento de debate e discussão de ideias, em que todos tenham voz e vez”. No dia 28 de outubro de 1989, interrompeu sua circulação para uma reciclagem gráfica e editorial e retornou em 1992, circulando até os dias atuais.

Título: O Estado do Maranhão

Sem subtítulo

Local: São Luís- MA

Data: 1973

Periodicidade: Diário

Resumo: Jornal noticioso, que surgiu em 1º de maio de 1973, fundado por José Sarney. Substituiu o Jornal o Dia. O editorial inicial, escrito pelo seu fundador, descreve o objetivo do jornal: “Modernizar a imprensa maranhense. inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, estimular vocações novas, semear ideias, discutir problemas. Um simpósio permanente sobre o destino de nossa vida, da vida de nosso Estado, da vida de nossa cidade, reflexo e alma do nosso grande povo”. Periódico de grande circulação no Estado. Possui muitos encartes como sete Dias, Revista Nacional, PH Revista, entre outros.

Título: O Imparcial

Subtítulo: Diário Matutino e Independente

Local: São Luís- MA

Data: 1926

Periodicidade: Diário

Resumo: Jornal noticioso fundado a 1º de maio de 1926, tendo J. Pires como diretor. Tornou-se, mais tarde, órgão dos Diários Associados. Jornal de grande circulação no Estado, com notícias variadas, até hoje.

APÊNDICE 2

Breve Biografia dos Entrevistados

Antonio José Carvalho nasceu em 1959, no povoado Brejinho, fica a 11 km de Aldeia, povoado localizado em Bacabal. Seus pais são cearenses e enfrentaram a seca. Vem de uma família de 16 irmãos, e de pais lavradores. Sua família volta ao Ceará no início da década de 60 e retorna no final da década de 60. Quando chegam ao Maranhão voltam para o povoado Brejinho. Em 1972, foi morar em Aldeia. Em 1975, foi morar novamente em Brejinho. Em 1980, foi para o Bambu, município de Vitória do Mearim, onde enfrentou um conflito de terra, de lá voltou para o Brejinho, e depois foi novamente para Aldeia. Em 1985, Aldeia foi invadida por policiais, na ocasião acabou sendo preso. Constitui família em 1990 e teve dois filhos, um morreu ainda bebê, e sua esposa já tinha três filhos de um relacionamento anterior. Hoje mora em Bacabal com sua família.

Duração: 58 min. e 46 seg.

Antônio Pinto Assis, conhecido como Cocosa, nasceu em 1937 no povoado Aldeia. De uma família de 22 irmãos. Seu pai era lavrador e sua mamãe quebradeira de coco babaçu. Constituiu família, teve um filho e adotou outro. Vivenciou as duas invasões do Povoado Aldeia.

Duração: 45min. e 21seg.

Guilhermina Aguiar nasceu em 1957, em Bernardo do Mearim, que na época era município de Pedreiras. Saiu de Bernardo do Mearim com oito meses e foi morar numa comunidade rural no município de Lago da Pedra. Em 1983 foi para Bacabal. De uma família de 12 irmãos, e de pais lavradores. A sua mãe é de Matões- MA, tem traços indígenas. Seu pai nasceu em São Luiz Gonzaga, tem traço branco e olhos azuis. Os avôs paternos são de origem cearense. Segundo narra, as migrações foram motivadas pela seca. Foi uma militante atuante na ACR (Ação Cristã no Meio Rural). É formada em Pedagogia e hoje trabalha como professora.

Duração: 2 h. 18 min. e 35seg.

Inaldo nasceu em 1982 no Povoado Barreira, mas vivia no povoado Aldeia trabalhando com seu pai. Vivenciou as duas invasões no Povoado. A primeira invasão tinha 03 anos de idade e na segunda tinha 06 anos. Hoje reside em Aldeia, atuando

como dirigente da comunidade.
Duração: 39 min. e 28 seg.
João Batista Daguimar de Rezende nasceu em 1954 no povoado Flor de Dia, município de Bacabal. Seus pais são de origem piauiense. De uma família de 9 irmãos, e de pais lavradores. Vivenciou as duas invasões do Povoado Aldeia, na segunda invasão a casa do seu pai foi queimada. Hoje reside em Aldeia com sua família.
Duração: 21min. e 35 seg.
João Batista Aguiar nasceu em 1946 em Rosário e foi criado em Santa Rita. Em 1964 foi morar sozinho em Bacabal, trabalhou de ajudante de pedreiro e passou por muitas dificuldades. Trabalhou na fabrica Continental e Brasoleo. Hoje reside em Bacabal, onde casou e teve quatro filhos.
Duração: 1h. 19 min. e 07seg.
Luís Gonzaga de Souza Machado nasceu em 1966, em Pio XII- MA. Sua mãe é do Piauí, mudou para Timbira e, depois foi morar em Pio XII. Sua família paterna é do Ceará, seu pai tinha dois anos de idade quando migraram para o Maranhão, durante a viagem sua mãe morreu e foram morar em Pio XII. Seus pais eram viúvos e se conheceram em Pio XII, onde se casaram e tiveram mais 6 filhos. Seu pai, do primeiro casamento, tinha 5 filhos e seu mãe tinha 7. Um dos seus irmãos foi assassinado, o crime foi motivado pelo seu envolvimento no conflito de terra. Com 18 anos mudou para Bacabal, a convite do frei Godofredo, para aprender a dirigir e ser motorista da paróquia de Pio XII. Em 1985, começou a trabalhar na Diocese de Bacabal, e a fazer parte da ACR (Ação Cristã no Meio Rural). Constitui família com dona Ivonete, com a qual teve duas filhas. De uma relação extraconjugal teve um filho. Hoje reside em Bacabal.
Duração: 39min. e 22seg.
Raimunda nasceu em 1952, em Bacabal. Seus pais são maranhenses, nasceram em Bacabal. De uma família de oito irmãos e de pais lavradores. Seu pai morreu quando

tinha nove anos de idade. Não frequentou escola, trabalhava para ajudar sua mãe a criar os irmãos mais novos. Sua mãe casou e saíram de Bacabal, foram morar no outro lado do rio, num povoado chamado Quebra mão, onde conheceu o Domingos com quem casou. Sua mãe faleceu e depois seu pai adotivo também. Foi morar em um povoado chamado Canta Galo, onde se casou com 13 anos de idade e teve quatro filhos. Hoje reside no Povoado Aldeia.

Duração: 37min. e 04seg.

Floripes Batista Lemos, nasceu em 1947, em Santa Emília no município de São Luiz Gonzaga. Seu pai é cearense e sua mãe é do sertão, município de Carolina. Seus pais se conheceram em um povoado do município de Pedreiras, e tiveram nove filhos. Em 1952 sua família mudou para Bacabal. Seu pai tinha roça, vendia palha, água, e sua mãe quebrava coco babaçu. Dona Floripes teve 20 filhos, porém só dez se criaram. Hoje reside em Bacabal

Duração: 57min. e 43seg.

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista

1. Qual o seu nome?
2. Em que ano nasceu e onde?
3. Você tem quantos irmãos?
4. Seus pais trabalhavam de que?
5. Os seus pais são do Maranhão?
6. Se não, quando chegou ao Maranhão?
7. Quais os motivos da migração para o Maranhão?
8. Como era a sua infância?
9. Quais as atividades que vocês desenvolviam na infância?
10. Existia divisão de trabalho entre mulheres e homens?
11. Como foi se dando a privatização das terras no Médio Mearim?
12. Onde os conflitos foram mais explosivos?
13. Quais as estratégias de resistência utilizadas?
14. Os conflitos de terra já aconteciam antes de 1969, da Lei de terra Sarney?
15. Como era a atuação do Estado nesses conflitos?
16. Quais os tipos de violência eram praticadas?
17. Quais as violências cometidas contra as mulheres no conflito?
18. Quando começa a se intensificar o uso de pistoleiro no conflito de terra?
19. Os Freis sofreram violência?
20. Qual o envolvimento da Igreja Católica no conflito agrário?
21. Qual a postura da Igreja em relação às lutas armadas?

22. Você participou de alguma reunião das CEBs?

23. Quais outras instituições atuavam no Médio Mearim ligado a Igreja Católica? Como eram suas atuações?

✓ Lideranças

24. Quando começou seu envolvimento com a questão do conflito de terras?

25. Fale um pouco das comunidades que o senhor atuou? E qual o período?

✓ Povoado Aldeia

26. Como era o povoado Aldeia?

27. O povoado Aldeia foi invadido duas vezes, uma em 1985 e outra em 1988. Você poderia falar sobre essas duas invasões?